

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

## **" FIDES NOSTRA, VICTORIAN NOSTRA"**

**Os italianos católicos e o processo de aquisição  
do poder político na Intendência de Caxias  
( 1890 - 1924 )**

Eliana Rela Alves

Dissertação elaborada sob orientação da  
Prof<sup>a</sup>. Dr. Margaret Marchiori Bakos e apresentada como  
requisito parcial e final para obtenção do grau de Mestre em  
História/Área de História do Brasil

Porto Alegre

1995

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

# Sumário

<b>Sumário</b> .....	4
<b>Lista de quadros</b> .....	5
<b>Introdução</b> .....	6
<b>Capítulo I - A Romanização em Terras Devoluta</b> .....	21
1.1 A ocupação de terras gaúchas pelos imigrantes italianos .....	23
1.2 O contexto da unificação italiana .....	25
1.3 A Igreja no século da unificação italiana .....	26
1.4 A postura da Igreja católica no final do século XIX e início do século XX .....	28
1.5 A Igreja católica e a transição no Brasil .....	29
1.6 O Rio Grande e o catolicismo .....	33
1.7 Os imigrantes italianos católicos e a colonização na região nordeste.	36
1.8 Formação política da Colônia Caxias .....	39
1.9 A Colônia Caxias: o imbricamento da necessidade política com o clima de cristandade .....	47
<b>Capítulo II - Um Processo em Duas Fases</b> .....	55
2.1 A extensão do PRR em Caxias .....	56
2.2 O primeiro momento: enfrentamentos .....	62
2.3 O segundo momento: Monsenhor Meneguzzi e a mudança de postura da Igreja local .....	75
<b>Capítulo III - A Experiência Italiana de Poder</b> .....	89
3.1 Um plano de consenso .....	90
3.2 O início da experiência .....	93
3.3 O positivismo da administração: o progresso pelas obras .....	103
3.4 O progresso gerador de crise .....	107
<b>Conclusão</b> .....	112
<b>Referências bibliográficas</b> .....	117

## **Lista de quadros**

<b>Quadro 1</b> - Integrantes do Conselho Municipal de Caxias 1890-1928 .....	42
<b>Quadro 2</b> - Relação dos Intendentes Municipais de Caxias do Sul 1890-1928 .....	45
<b>Quadro 3</b> - Comitês da Federação Católica Caxias .....	64
<b>Quadro 4</b> - Eleições municipais - 1924 .....	94

## **Introdução**

No ano em que completamos 120 anos de imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul, elaboramos uma dissertação cujo tema é uma vertente pouco explorada: o aspecto político da Igreja católica na imigração italiana.

Ao definirmos o tema e arrolarmos as problemáticas já pesquisadas, chamou-nos atenção a abordagem dada à Igreja: de elemento secundário nas análises e não como o objeto de estudo propriamente dito. E, sendo muitos os fatos, no processo histórico de Caxias, que envolveram elementos do clero, um especificamente tornou-se o fato motivador. A Arquidiocese de Porto Alegre enviou para a região, em 15 de julho de 1896, o jovem padre Nosadini. Recém-chegado da Itália, ele criou comitês católicos cujo principal objetivo era o combate à Maçonaria.

A atuação do Padre Nosadini, através dos comitês católicos, provocou acirradas lutas entre os elementos católicos, os membros da administração pública e os integrantes da Maçonaria em Caxias. Como resultado dessas lutas houve: a crescente manifestação dos imigrantes italianos católicos contra administração pública; constantes ataques à sociedade maçônica; e a expulsão do Padre Nosadini, um ano depois da sua chegada.

A partir daí, nos motivamos para um estudo detalhado do envolvimento da Igreja nas questões políticas de Caxias durante o período República Velha.

A bibliografia específica sobre o tema em estudo é reduzida e a existente tende a revelar o caráter da religiosidade como assistencialista. Nessa ótica, o papel da Igreja, é amparar espiritualmente ao imigrante e sua família, ou ainda, o de auxiliar a organização social dos colonos.

Como exemplo de bibliografia com a visão acima referida, temos o trabalho ***O significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul***, no qual Pe. Antonio Galioto apresenta um estudo sobre o aparecimento e a evolução do fenômeno das Capelas no sul do Brasil .<sup>1</sup>

A capela, organização típica da colonização, era construída com a doação de materiais e da própria mão-de-obra dos colonos.

“Ao redor dela surgiu a bodega (esta, muitas vezes, a precedeu), o salão de festas, a cancha de bochas, o cemitério e, quando foi o caso, também a escola ... . A capela foi uma realização espontânea do grupo, como tal, que se organizou, traçou normas, escolheu dirigentes ... “.<sup>2</sup>

Carlos A. Zagonel escreveu ***Igreja e imigração italiana - Capuchinhos de Sabóia um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul***. Em seu trabalho encontramos os dados que explicam a trajetória desenvolvida pelos religiosos de origem francesa, que trabalharam na Colônia italiana e

" ... organizaram uma Missão na área nordeste do estado, com finalidade específica de pregação de missões populares, mas terminaram por fundar seminários, dirigir paróquias, organizar escolas, publicar um jornal e administrar o próprio seminário diocesano..."<sup>3</sup>

Dom José Baréa organizou em 1925, ***La vita spirituale nelle colonie italiane dello Stato***. Monografia realizada por decorrência das atividades comemorativas do cinquentenário da imigração italiana no estado. Nessa monografia, D. José Baréa, escreveu sobre o trabalho dos sacerdotes que, a

---

<sup>1</sup> Antonio GALIOTO In: Luis DE BONI (org.). *A presença italiana no RS*. p. 293-312.

<sup>2</sup> Luis DE BONI In: José H. DACANAL (org.). *RS: Imigração & colonização*. p. 236-237.

<sup>3</sup> Carlos A. ZAGONEL. *Igreja e imigração - Capuchinhos de Sabóia um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*. p. 10.

princípio, teriam sido o principal elo entre o imigrado e a pátria mãe. Falando na língua do imigrante, os sacerdotes recordavam o que de mais precioso haviam deixado e também recomendavam aos colonos que os mesmos deveriam manter-se na tradição da família, da Pátria e da religião.<sup>4</sup>

Em sua cronologia sobre as primeiras assistências religiosas em Caxias, D. José Baréa abordou a atuação do Padre Nosadini que se notabilizou por lutar contra a Maçonaria.

Em uma perspectiva diferenciada, Luis A. De Boni, estuda a Igreja católica da imigração sob a ótica das grandes mudanças estruturais ocorridas no período que está entre a proclamação da República e a 1ª metade do século XX. Seu trabalho ***O catolicismo da imigração: do triunfo à crise*** retoma a questão da língua como fator de integração; a organização das capelas e avança para as questões da participação da Igreja em um período em que se havia restabelecido um clima de cristandade.<sup>5</sup>

" Num clima como este, os valores religiosos e sua expressão normativa tendem a tornar-se valores sociais, ou melhor, estes se legitimam através dos valores e normas sagrados".<sup>6</sup>

Um trabalho que remete a uma radiografia para a compreensão da posição política adotada pelo magistério católico gaúcho, durante o período da República Velha até a década de 40 é ***O cajado da ordem - Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo***. Elaborado pelo Prof. Dr. Artur Cesar Isaia, é obra ímpar, que imprime fôlego e credibilidade às pesquisas que buscam ultrapassar os limites da História Eclesiástica.

***A Igreja católica no Brasil e o Regime Republicano***, de Oscar de Figueiredo Lustosa, apresenta uma coletânea de textos sobre o relacionamento entre a Igreja católica e o regime republicano e suas conseqüências no processo do catolicismo nacional. O trabalho expõe, de forma concisa, o

---

<sup>4</sup> D. José BARÉA. *La vita spirituale nelle colonie italiane dello stato*. p. 56.

<sup>5</sup> Pablo Richard define cristandade como uma forma determinada de relação entre a Igreja e a sociedade civil, relação cuja mediação fundamental é o Estado. Em um regime de cristandade, a Igreja procura assegurar sua presença e expandir seu poder na sociedade civil, utilizando antes de tudo a mediação do Estado. Pablo RICHARD. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. p. 9.

<sup>6</sup> Luis DE BONI In: José H. DACANAL (org.). *RS: Imigração & Colonização*. p. 242.

processo desenvolvido pela Igreja para encaixar-se "... no novo regime que acabava de ser estabelecido ...".<sup>7</sup> Leitura indispensável para elucidar a atuação da Igreja católica, em nível nacional, durante o período da República Velha.

Sergio Miceli em seu trabalho ***A elite eclesiástica brasileira*** aborda questões que envolvem o relacionamento dos membros da Igreja com a classe dirigente, bem como as figuras-chaves na condução da política eclesiástica destinada aos grupos dirigentes. O autor apresenta, também, a estratégia utilizada pela Igreja na tentativa de sua aproximação com os grupos dirigentes locais. Era o processo de "estadualização" que seguia os padrões de controle político e de tendências descentralizadoras do regime republicano.<sup>8</sup>

Lorraine Slomp Giron publicou, em 1994, ***As sombras do littorio - O fascismo no Rio Grande do Sul***. Neste trabalho, a historiadora aborda o papel da Igreja na Região Colonial Italiana, afirmando ter sido ele decisivo na formação cultural e política dos imigrantes italianos. Apresenta uma síntese da atuação política da instituição religiosa, em nível local e estadual, bem como dos conflitos e incidentes políticos em que esteve envolvida. Um desses incidentes diz respeito à Revolução de 1923. Dele, a historiadora escreve:

"A participação política do clero secular nos incidentes da Revolução de 1923 demonstra que os padres se colocavam ao lado do Partido Liberador, contra o Partido Republicano. A posição do clero era coerente, visto que o PRR no poder revelara-se agnóstico, positivista e ligado à Maçonaria, o que contrariava as posições regionais".<sup>9</sup>

O posicionamento descrito pela autora é coerente com a documentação existente, porém, acreditamos que deveria ser complementado com a informação sobre a opção da Arquidiocese de Porto Alegre, a qual se havia posicionado a favor do PRR, corroborando um padrão de relacionamento harmônico, entre ambos. A ausência dessa informação dificulta a compreensão da súbita mudança de postura da Igreja caxiense, no período 1923-24.

---

<sup>7</sup> Oscar de F. LUSTOSA. *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano*. p. 10.

<sup>8</sup> Sergio MICELI. *A elite eclesiástica brasileira*.

<sup>9</sup> Lorraine S. GIRON. *As sombras do Littorio*. p. 56.

Com relação a estudos realizados sobre Maçonaria (um dos aspectos abordados pela nossa pesquisa), destacamos o excelente trabalho do Pe. José Antonio Ferrer Benimeli intitulado ***Relaciones Iglesia Catolica - Masoneria***.<sup>10</sup> Pe. Benimeli resgata o processo histórico das relações Igreja-Maçonaria, sendo sua obra imprescindível para a compreensão das relações que se travaram em sociedades onde aquelas duas instituições estavam presentes. O resgate do processo histórico inicia no séc. XVI e chega ao ano de 1980, apresentando análises de encíclicas, publicações antimaçônicas e resoluções de Direito Canônico, que promoveram períodos de crises profundas até períodos em que se percebe relações de tolerância entre Igreja e Maçonaria.

A bibliografia acima relacionada possibilitou, a partir de suas análises, selecionar o tipo de documentação a ser utilizada, bem como o que deveria ser destacado no próprio documento. O inter-relacionamento bibliografia-fontes documentais nos permitiu articular o contexto sócio-político desta pesquisa.

Frente ao material disponível e à lacuna existente, este estudo, busca demonstrar o processo de aquisição do poder administrativo local pelo grupo de imigrantes italianos católicos, bem como as expressivas manifestações desse grupo, que, associado ao clero, enfrentam maçons e lusos na luta pelos seus fins.

Os trabalhos já realizados abordam isoladamente, ora o aspecto político local, ora o aspecto religioso, que recebe um tratamento de História Eclesiástica, aqui compreendida como a história cujo objeto fica centrado na própria obra da Igreja, isto é, tem por base uma autocompreensão dominante, em um dado momento, limitando a compreensão do que lhe é exterior a sua própria (ao que ela é e ao que ela faz).

Na concepção deste trabalho tentamos ampliar essa idéia de História Eclesiástica. Ao invés de buscarmos explicações teológicas para a

---

<sup>10</sup> José Antonio F. BENIMELI Apud E.VASQUES & O.D.B. DUTRA. *Maçonaria em Caxias do Sul*.

participação da Igreja no processo político local, buscaremos explicações históricas.<sup>11</sup>

Em nível nacional vários trabalhos foram publicados na perspectiva acima e demonstrando a relação religião-sociedade. Oscar de Figueiredo Lustosa, Sergio Miceli, José Ivo Follmann e Pablo Richard nos remetem a temas como: relacionamento entre Igreja Católica e regime republicano; processo de "construção institucional" da Igreja Católica brasileira ao largo da República Velha (1890-1930); Igreja e classes sociais; relações Igreja, sociedade civil e estado<sup>12</sup>, que são abordados como parte de um contexto maior e integrado às relações manifestas no mesmo.

Tais análises buscam entender o papel da religião, na sociedade civil, entendida como "o conjunto dos organismos vulgarmente ditos 'privados' e corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade."<sup>13</sup>

É também em Gramsci que vamos buscar a leitura e a compreensão do que é Religião. Gramsci procurou precisá-la tomando de "... Croce a idéia de que a religião é uma concepção da vida a que corresponde uma atitude ética e a aplica ao conjunto das ideologias."<sup>14</sup>

O próprio Gramsci coloca:

"Mas, neste ponto, coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo, de toda filosofia que se transforma em um movimento cultural, em uma 'religião', em uma 'fé', isto é, que produziu uma atividade prática e uma vontade, nas quais esteja contida como 'premissa' teórica implícita (que é uma 'ideologia', poderemos dizer desde que se dê ao termo 'ideologia' o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas ...".<sup>15</sup>

---

<sup>11</sup> Emile POULAT. *Compreensão histórica da Igreja e compreensão eclesiástica da história*. p. 812-816.

<sup>12</sup> Oscar de F. LUSTOSA. *A Igreja católica no Brasil e o Regime Republicano*. 1990.

Sergio MICELI. *A elite eclesiástica brasileira*. 1988.

José Ivo FOLLMANN. *Igreja, ideologia e classes sociais*. 1985.

Pablo RICHARD. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. 1982.

<sup>13</sup> Hugues PORTELLI. *Gramsci e o bloco histórico*. p. 20.

Para aprofundar o assunto ver: Antonio GRAMSCI. *Os intelectuais e a organização da cultura*. p. 10-11.

<sup>14</sup> J. M. PIOTTE Apud Carlos A. DÓRIA. Religião e política em Gramsci (elementos de uma pesquisa). *Religião e Sociedade*. p. 146.

<sup>15</sup> Antonio GRAMSCI. *Concepção dialética da História*. p. 16.

Na sua visão dialética, Gramsci atribui à religião, uma forma ideológica, complexa e heterogênea,

“... por atravessar o conjunto das classes sociais de um país e sofrer os condicionamentos inerentes à diversidade de situações, além de vincular as formas de consciência com a tradição, isto é, com situações históricas passadas.”<sup>16</sup>

Compreendemos então que, no nível conceitual, o lugar da religião pode ser o de " espaço em que os homens se tornam coesos para a ação." <sup>17</sup>

No contexto da colonização italiana local, observamos, na prática, a coesão do grupo de imigrantes italianos católicos pela necessidade de supremacia frente a um grupo social que já era dominante nas três décadas de existência da Colônia Caxias: os descendentes dos lusos, funcionários públicos designados pelo Estado para a Diretoria de Terras e Colonização, e que geralmente estavam vinculados à Maçonaria.

A superação desse domínio luso, com o desmantelamento da eficácia organizativa de suas ideologias, corresponderá à conquista do poder governativo, pelo grupo de imigrantes italianos católicos. Este grupo, demonstrou buscar, no decorrer do processo histórico analisado, a condição de dirigente antes mesmo de conquistar o poder governativo.

Entendemos que, em Caxias, política e religião caminharam juntas. Isto se explica pela autocompreensão que a Igreja, enquanto instituição, possuía:

"... a de uma Igreja cuja função não é mais de um magistério divino, ligado à propriedade de uma essência divina, mas a de uma assembleia de crentes comungando somente a fé no Cristo." <sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> J. M. PIOTTE Apud Carlos A. DÓRIA. *Religião e política em Gramsci (elementos de uma pesquisa)*. *Religião e Sociedade*. p. 149.

<sup>17</sup> Carlos A. DÓRIA. *Religião e política em Gramsci (elementos de uma pesquisa)*. *Religião e sociedade*. p. 157.

<sup>18</sup> Antoine SAUCEROTTE. *As sucessivas autocompreensões da Igreja vista por um marxista*. p. 913.

Nossa pesquisa abrange o período de estudo de 1890 a 1924. O marco inicial, 1890, por ser o período de imposição, no Rio Grande do Sul, de uma Constituição Positivista e, também, momento de separação entre Estado e Igreja. Fechamos esse período no ano de 1924, por ter início a primeira experiência político-administrativa local, pelos italianos.

No decorrer desse período, a Igreja havia retomado a consciência de si mesma como depositária da vontade de Deus, reafirmava a perenidade dos princípios e a volta da supremacia Papal, sob centralização e proteção de Roma. Essas características registravam a visão ultramontana do catolicismo vigente então, a qual buscava combater a racionalidade contemporânea e os movimentos de modernização surgidos na sociedade civil.

No período em estudo, o Brasil estava em meio aos efervescentes movimentos que tendiam a uma reorganização da sociedade civil. E aquela hierarquia eclesial enfrentava, além dos conflitos impostos pela modernização, também a separação entre Estado e Igreja, representada pela extinção do regime de Padroado.

O momento não poderia ser de maiores embates, pois:

" Os Papas proclamaram, desde Leão XIII, não somente o direito, mas também o *dever* de a Igreja intervir em matéria econômica e social ( em sentido lato), uma vez que esse domínio não pode ser isolado da moral."<sup>19</sup>

Para o período, a concepção da Igreja era a valorização da noção tridentina

" ... na qual a Igreja aparece como sociedade perfeita ao lado do Estado... . Esta concepção conviverá, como orientação do catolicismo brasileiro na primeira metade do século XX, com o modelo medieval, onde se identificam as idéias de fé e nacionalidade, confundindo-se os interesses da Igreja com os do Estado" .<sup>20</sup>

Na mescla de interesses onde a Igreja buscava, frente ao mundo, a ascendência espiritual e moral, as regiões brasileiras que receberam imigrantes italianos, ficaram expostas à atuação do catolicismo ultramontano

---

<sup>19</sup> Hugues PORTELLI. *Os socialismos no discurso social católico*. p. 11.

bem como àquela noção tridentina. As regiões do estado do Rio Grande do Sul, tendo recebido numeroso contingente de imigrantes italianos (aproximadamente 70.000)<sup>21</sup> não fugiram daquela situação.

O processo de imigração decorreu da própria situação sócio-

-político-econômica da Itália e da Europa como um todo. Nação recém unificada, em um contexto de expansão do capitalismo, possuía um significativo contingente de mão-de-obra excedente. Este fato, aliado à política do governo brasileiro para substituição da mão-de-obra, povoou parte da região nordeste do estado, incluindo-se aí a criação da Colônia Caxias.

Para esta Colônia foi enviado um grupo numeroso de italianos católicos, que possuíam entre si a idéia comum de defesa ao direito que o Papa teria sobre as regiões pontifícias, anexadas pelo Reino da Itália. Esse apoio irrestrito ao direito do Papa sobre o território italiano era sustentado, também, pelos padres que na Colônia atuavam. Em menor número estavam os italianos maçons, que, aqui estabelecidos integraram, mais tarde, o grupo maçônico local.

Na Península Itálica, os maçons participaram do processo de unificação. Conforme Benimeli, para os Estados Católicos, pertencer à Maçonaria constituía-se em delito político, pela sua matiz de sociedade secreta e como algo relacionado com a ordem pública mais do que com a religiosa.<sup>22</sup>

Aliados os interesses entre os governos italiano e brasileiro, aliviaram-se tensões, de um lado, e impulsionou-se a engrenagem capitalista, por outro. Fé e nacionalidade demonstravam ser idéias subservientes ao poder civil e ao poder eclesial. A Igreja saberia, naquele contexto, utilizar-se do processo imigratório e, da idéia propagada pela unificação do Estado Italiano, de que esta teria sido realizada de forma anticatólica. O quadro para retomada do projeto de formação de um Estado Católico estava pronto.

---

<sup>20</sup> Cesar A. L. R. MOREIRA Apud Artur C. ISAIA. Catolicismo, regeneração social e castilhismo na República Velha Gaúcha. *Estudos Ibero- Americanos*. p. 13.

<sup>21</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 18 maio 1975. p. 19.

<sup>22</sup> José Antonio F. BENIMELI Apud E. VASQUES & O.D.B. DUTRA. *Maçonaria em Caxias do Sul*. p. 7-8.

Os imigrantes italianos, "...isolados da sociedade gaúcha, abandonados pelo poder público, carentes de recursos..."<sup>23</sup>, a princípio não possuíam um fator comum que os unisse. Recém-chegados, eram tratados como estrangeiros. Porém, também, não se sentiam mais italianos, pois a recente unificação atingira suas convicções, quer políticas, quer religiosas. A língua também não servia como fator de agrupamento, pois os dialetos eram os mais variados. Restou à

"... religião atuar como elo de união entre eles: a quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individual e coletivamente a existência."<sup>24</sup>

Aqui colocados, os colonos, manifestavam a preocupação de criar novas raízes, de compreender a nova língua e a nova linguagem existente para os diferentes mecanismos de funcionamento sócio-político-econômico. E num local onde "...não havia grandes fortunas e, a política estava reservada aos luso-brasileiros..."<sup>25</sup>, fazia parte da construção das novas raízes a necessidade natural de participação, não apenas nas questões do espírito, mas também nas questões políticas.

Era necessário ao grupo de imigrantes italianos organizar-se e mobilizar-se a fim de conseguirem desde uma estrutura básica no desenvolvimento local, até o acesso e o predomínio efetivo da administração.

Frente ao exposto, este trabalho se propõe a precisar os elementos fundamentais integrantes do processo de busca de hegemonia local na relação italianos católicos e Igreja.

Hegemonia, aqui compreendida segundo os estudos de Gramsci, como "... a 'direção' e a 'dominação' da sociedade, isto é, o controle das sociedades civil e política."<sup>26</sup>

Para precisarmos estes elementos fundamentais, trabalharemos as seguintes hipóteses:

---

<sup>23</sup> Luis DE BONI In: José H. DACANAL (org.). *RS: Imigração & Colonização*. p. 235.

<sup>24</sup> Luis DE BONI In: José H. DACANAL (org.). *RS: Imigração & Colonização*. p. 235.

<sup>25</sup> Id., *Ibid.*, p. 243.

<sup>26</sup> Hugues PORTELLI. *Gramsci e o bloco histórico*. p. 62-63.

a) Os imigrantes italianos que se radicaram em Caxias, trouxeram em sua bagagem também a vivência da política de romanização, pois, na Itália, já era operacionalizada pela hierarquia eclesial. Portanto, a Igreja e o grupo de imigrantes italianos, em Caxias, de 1890 a 1924, buscavam o seu fortalecimento político conjunto, através do processo de romanização da comunidade local. A busca desse fortalecimento era necessária tendo em vista a necessidade de superar a predominância luso-brasileira na administração de Caxias.

Por romanização compreendemos o conjunto de diretrizes políticas, adotado pela Igreja católica, em vigor durante o período da República Velha. Esse conjunto fazia parte de um esforço para uma sintonia organizacional e doutrinária com a firme disposição de implantar o estilo de mando episcopal europeizado.<sup>27</sup>

As diretrizes de romanização previam desde a adoção das pastorais, como instrumento por excelência de difusão das palavras de ordem eclesiástica, as visitas pastorais regulares, a convocação de sínodos e retiros para o clero, a imposição de novos padrões litúrgicos às diversas solenidades de culto, a divisão do trabalho diocesano ajustada a esse conjunto de mudanças, o controle do perfil doutrinário político dos jornais e periódicos diocesanos, até a criação de escolas e colégios diocesanos, de obras pias e assistenciais e novas dioceses.<sup>28</sup>

b) No período de 1890 a 1924, a Igreja católica local intensifica relações com o grupo de imigrantes italianos católicos, através da ativa atuação das associações católicas, para preparar lideranças na sociedade civil. Essas lideranças formariam o grupo social que conquistaria o poder governativo em 1924.

c) Em 1924, a eleição do engenheiro agrônomo italiano, Celeste Gobbato, vinculado ao PRR, representará a primeira experiência do grupo de italianos católicos na administração de Caxias. Essa eleição se dá em

---

Para aprofundar a noção de hegemonia ver: Antonio GRAMSCI. *Concepção dialética da história*. p. 21.

<sup>27</sup> Sergio MICELI. *A elite eclesiástica brasileira*. p. 135.

<sup>28</sup> Id., *ibid.*, p. 135-136.

detrimento do grupo luso-brasileiro que possuía entre seus membros atuantes, um número expressivo de maçons.

As dissidências entre os dois grupos possuíam raízes remotas não apenas no processo de relacionamento Igreja-Maçonaria, mas também no processo de unificação italiana. Durante esse processo, a Europa viu surgir e proliferar as sociedades secretas. Entre elas os *iluminados*, *bávaros*, *jacobinos* e *carbonários* que, erroneamente, tinham seus membros identificados como maçons. A aparição das chamadas sociedades secretas patrióticas ou políticas e suas lutas pela unificação italiana, em especial os *carbonários*, atraíram a preocupação e os ataques de Roma.<sup>29</sup>

Segundo Benimeli, a "Carbonária não deriva da Maçonaria nem sequer havia sido calcada sobre ela."<sup>30</sup>

Essa confusão foi trazida pelos imigrantes e na Colônia havia o consenso de que maçons e carbonários eram inimigos dos católicos pelo fato de terem auxiliado na derrocada dos Estados Pontifícios e haverem isolado o Papa Pio IX no Vaticano.

Na Colônia os maçons atuavam desde 1887 e o governo republicano designava para os cargos político-administrativos membros italianos da Loja "Força e Fraternidade", que traziam em si o gérmen das idéias liberais. "Postos chaves, como Prefeitura, escolas, polícia, cartório, tudo estava nas mãos de maçons."<sup>31</sup>

Quanto à sociedade política faremos a leitura de "sociedade política ou Estado, que corresponde à (função de) 'dominação direta' ou comando que se exprime no Estado ou governo jurídico."<sup>32</sup>

Chamamos a atenção de que a opção de destacar o aspecto político da pesquisa não significa desvinculá-lo do processo. " A análise separada

---

<sup>29</sup> José Antonio F. BENIMELI Apud E. VASQUES & O.D.B. DUTRA. *Maçonaria em Caxias do Sul* p. 10.

<sup>30</sup> Id., *Ibid.*, p. 10.

<sup>31</sup> E. VASQUES & O.D.B. DUTRA. *Maçonaria em Caxias do Sul*. p. 17.

<sup>32</sup> A. GRAMSCI Apud Hugues PORTELLI. *Gramsci e o bloco histórico*. p. 30.

Para aprofundar o conceito de sociedade política ver: Antonio GRAMSCI. *Os intelectuais e a organização da cultura*. p. 10-11.

de cada uma das duas esferas do momento superestrutural não corresponde, evidentemente, à realidade prática."<sup>33</sup>

Até por que Gramsci considera o bloco histórico - ou em termos luckacsianos, a totalidade concreta - a estrutura global na qual se inserem, como momentos dialéticos, a estrutura econômica e as superestruturas ideológicas. Não existe, assim, uma hierarquia a priori dos momentos da realidade.<sup>34</sup>

Para apresentarmos o inter-relacionamento proposto neste trabalho, desenvolveremos as hipóteses, anteriormente citadas, de forma a estruturar a argumentação nos seguintes capítulos:

O primeiro capítulo será ***A Romanização em Terras Devolutas***. Seus objetivos serão: (a) desenvolver nossa primeira hipótese e apresentar o contexto local onde se desenrolou a política de romanização.

***Um Processo em Duas Fases*** será o segundo capítulo, que nos trará a elaboração da segunda hipótese. Nele, analisaremos a atuação da Igreja católica junto ao grupo de imigrantes italianos católicos, bem como, destes com os grupos que ocupavam o poder administrativo local.

O terceiro capítulo: ***A Experiência Italiana de Poder***, visa analisar o processo desenvolvido pela primeira administração efetivamente italiana católica e, também, identificar as características que o definem como uma administração italiana católica.

Com relação ao processo metodológico para a composição desta pesquisa consultamos os seguintes arquivos:

Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, Arquivo Jornal Correio Riograndense, Arquivo Paróquia Santa Teresa de Caxias do Sul, Arquivo do Pio Sodalício Damas de Caridade, Secretaria do Apostolado da Oração, Biblioteca Pública de Caxias do Sul, entrevista com Sr. Hermes José Dip, entrevista com Sr.<sup>a</sup> Sueli Bascù, entrevista com Sr.<sup>a</sup> Paulina Moretto.

---

<sup>33</sup> Hugues PORTELLI. *Gramsci e o bloco histórico*. p. 32.

<sup>34</sup> Antonio GRAMSCI. *Concepção dialética da história*. p. 4.

Quanto ao tratamento dado às fontes, realizamos uma distinção entre as mesmas. Essa distinção classificou documentos possíveis de fornecer uma análise quantitativa e documentos possíveis de oferecer uma análise qualitativa.

Os documentos que possibilitaram a análise quantitativa foram os relatórios da intendência municipal, demonstrativos dos funcionários municipais e atas da comissão eleitoral. A análise qualitativa ficou por conta das fontes impressas, jornais e periódicos, quer de origem republicana, católica ou independente.

Iniciamos o trabalho pelo material que nos possibilitou uma avaliação quantitativa, como foi o caso dos relatórios dos intendentess, publicados ao final de cada ano. Estes nos permitiram fazer um levantamento exaustivo com relação aos cargos ocupados na intendência, quem os ocupava e por quanto tempo.

A seguir, realizamos um quadro com a descrição dos intendentess e vices, um quadro com os conselheiros e uma listagem com os funcionários da intendência cujos nomes foram confrontados com o livro de recolhimento de impostos.

As atas da comissão municipal e do conselho complementaram os dados para o quadro de Intendentess e Conselheiros.

A identificação como maçons, daqueles elementos, foi realizada com o auxílio de fonte complementar: uma entrevista com Sr. Hermes Dip, maçom atuante, que realizou a investigação e identificação dos nomes.

O tratamento qualitativo foi iniciado a partir das fontes que, no período em estudo, consistiam de vários títulos publicados semanalmente. As publicações ficavam divididas em quatro correntes : jornais intitulados órgãos do Partido Republicano Riograndense, jornais ditos " Folhas Independentes", fazendo oposição à administração municipal republicana; jornais de orientação religiosa e jornais humorísticos e literários.

Nossa análise qualitativa prendeu-se às três primeiras correntes e deles retiramos a documentação que poderia integrar um arquivo, cuja

classificação obedeceria aos seguintes itens: imigração italiana, clero italiano, intendentes, Partido Republicano Riograndense, maçom, caso Padre Nosadini, associações católicas, romanização, relações Igreja x Maçonaria, relações Igreja local x administração pública local, Celeste Gobato.

Após essa primeira classificação e uma análise do conjunto documental, realizamos um novo arranjo dessa documentação, cujo conjunto documental foi organizado por capítulo, isto é, conforme a narrativa exigida para a comprovação das hipóteses estabelecidas.

A ampliação da documentação, em alguns casos, foi inviabilizada, ou pela sua ausência ou pela falta de acesso a algum arquivo. A ausência de documentação corresponde às associações católicas. Do Apostolado da Oração, existe unicamente a ata de abertura e do Círculo Dante apenas os registros do Livro Tombo.

Com relação à falta de acesso à documentação, ocorreu com o Arquivo da Paróquia S. Teresa, a qual fez restrições, primeiro à consulta, e após várias tentativas, quanto à documentação que poderia ser consultada. Esses fatos tornam o trabalho de pesquisa que envolva a temática proposta, uma verdadeira "penitência", que em seu sentido mais católico, significa operar sacrifícios para remissão das culpas.

O título desta pesquisa: "***Fides Nostra, Victorian Nostra***": os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na Intendência de Caxias (1890-1924), tem os dizeres em latim assim traduzidos: "Nossa Fé, Nossa Vitória". Este foi o **dístico** utilizado por D. José Baréa, primeiro Bispo de Caxias. Os dizeres por si só revelam o processo histórico contido nesta pesquisa, justificando a escolha do título.

**Capítulo I**  
**A Romanização em Terras Devolutas**

## **I - A Romanização em Terras Devolutas**

Este primeiro capítulo possui dois objetivos. Um é desenvolver nossa primeira hipótese, a qual demonstrará a busca de fortalecimento político da Igreja e do grupo de imigrantes italianos através do processo de romanização da sociedade local. O outro é a exposição do contexto onde se desenvolveu aquele processo de romanização.

A forma de abordar esse contexto trará informações sobre o povoamento do local alvo desta pesquisa; a imigração italiana, como uma das parcelas daquele povoamento; as condições italiana e brasileira da imigração; o conflito ocorrido entre Igreja e Estado italianos; a postura da Igreja italiana e brasileira no período da imigração e a formação política da Colônia Caxias.

A opção por essa disposição das informações justifica-se, na medida em que utilizamos o avanço do capitalismo como gerador de problemas diferenciados de uma nação para outra. O que representava uma dificuldade a ser resolvida para uma, poderia ser a solução para outra. Em nosso caso, o excedente populacional italiano, visto como problema para aquela nação, foi a alternativa para a carência de mão-de-obra livre no Brasil e também a opção para um povoamento a ser concluído no Rio Grande do Sul. É por essa perspectiva que desenvolveremos a temática deste capítulo.

## **1.1 A ocupação de terras gaúchas pelos imigrantes italianos**

O estudo da ocupação das terras gaúchas pelos imigrantes italianos ocorre, como já referimos, no contexto da expansão do capitalismo na Europa e no Brasil.

No velho Continente, à medida que a economia liberal expandia-se, formava-se uma nova ordem política capaz de reorganizar estados e substituir antigos governos. Essa situação, aliada à expansão tecnológica, provocou desequilíbrios sociais, solucionáveis pela exportação não só de produtos industrializados e também da população excedente.

O Brasil, cuja economia estava assentada na monocultura escravista, não estava alheio à nova ordem mundial, gerenciada pelas idéias liberais. A substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre foi um ponto fundamental a ser resolvido. Outro ponto foi a política de terras que complementou o primeiro.

A substituição da mão-de-obra obteve solução no que era um problema europeu: o excedente populacional ocorrido com a nova ordem. Concomitantemente à substituição da mão-de-obra, a política de terras foi resolvida com a Lei de Terras de 1850, que

"Dispõe sobre as terras devolutas do Império, acerca das que são possuídas por títulos de sesmarias sem preenchimento das condições legais, bem como por simples títulos de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam ellas cedidas á título oneroso, assim para empresas particulares, como para estabelecimento de colonias nacionaes e estrangeiros, autorizado o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara."

A partir dessa Lei, as terras só poderiam ser adquiridas mediante a compra. Foi fixada também a sua forma de pagamento e organizada a Repartição Geral das Terras cuja responsabilidade seria criar e administrar as colônias, vender as terras e legalizar as mesmas.

---

<sup>1</sup> Augusto T. de FREITAS Jr. *Terras e Colonização*. p. 1.

No território rio-grandense, até aquele momento, apenas os campos haviam sido esquadrihados e agregados aos imensos latifúndios criadores, permanecendo as zonas florestais em abandono. O governo imperial, utilizando-se da nova política de terras, implementou o processo de expansão da pequena e média propriedades.

Se o processo de imigração atendeu duplamente o problema da mão-de-obra, o processo de colonização completou o de povoamento do Rio Grande do Sul. Objetivando o isolamento entre imigrantes e gaúchos, o Império, estrategicamente, criou colônias

"... entre a região dos Campos de Cima da Serra, onde habitavam os descendentes de portugueses ocupados na pecuária, a Depressão Central, onde se localizavam os alemães, e a zona da Campanha." <sup>2</sup>

Em 1875, iniciou o povoamento da Colônia Caxias, que, enquanto espaço agrário, ficou dividida em duas regiões distintas, pelos seus momentos históricos de criação e pelas funções específicas dessas regiões. <sup>3</sup> Uma região foi identificada como "zona de campo", parte integrante dos campos da Vacaria dos Pinhais e com suas bases ligadas ao momento histórico em que as terras do Brasil foram distribuídas sob forma de sesmarias. A fração social de luso-brasileiros, seus primeiros ocupantes, na utilização do solo agrícola, introduziu a criação de gado para corte, de muares e outros, com a adoção de sistemas extensivos em áreas revestidas por uma vegetação natural de gramíneas.

A outra região foi identificada como "zona de Colônia", gerada no momento histórico da colonização italiana no Rio Grande do Sul, ocorrido no último quartel do século XIX. Suas bases foram assentadas na pequena e média propriedades policultoras, empregadoras da mão-de-obra familiar.

O imigrante italiano, seguindo os rumos traçados pelo movimento imigrantista brasileiro, planejado e dirigido, passa a ocupar uma fração de terras "devolutas", florestadas e fortemente acidentadas. Ficou, então, institucionalizada a pequena propriedade individual, explorada via sistema policultor e com mão-

---

<sup>2</sup> Nilo BERNARDES. *Bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul*. p. 34.

-de-obra familiar.

## **1.2 O Contexto da Unificação Italiana**

A Itália, após o Congresso de Viena, estava dividida, ao norte, em Reino do Piemonte e Sardenha, Reino Lombardo e Veneziano, sob o domínio austríaco, e os ducados de Parma, Toscana e Módena, governados por duques também ligados ao reino austríaco. Ao centro, os Estados Pontifícios, sob o domínio temporal do Papa, dominavam a Itália central e Roma. Ao sul, havia o reino das Duas Sicílias, governados pelos Bourbons de Nápoles.

Em 1840, surgiu o movimento de exaltação nacionalista chamado "Jovem Itália" completado pelo movimento chamado "Risorgimento", cuja finalidade era reconstituir o espírito italiano da Renascença e do Império Romano. Este mesmo espírito de unificação nacional era articulado e difundido, também, pelas sociedades secretas nacionalistas, como os carbonários.

Entre os nacionalistas italianos havia divisões: os revolucionários e republicanos pretendiam a unificação nacional com a República; os moderados católicos defendiam o estabelecimento de uma federação sob a presidência do Papa; os moderados monarquistas, liderados por Cavour, pretendiam a unificação em torno do Piemonte, com regime monárquico parlamentar.

Cavour, como primeiro-ministro do Piemonte, liderou o processo de unificação. Venceu os austríacos, anexando ao Piemonte, a Lombardia, Parma, Toscana e Módena. Garibaldi dominou a Sicília e Nápoles. Em 1866, a Itália recebeu Veneza e, em 1870, os italianos ocuparam Roma, após a derrota da França na Guerra com a Prússia. Durante o processo de unificação, Cavour não podia atacar os Estados papais, pois estes estavam sob proteção de Napoleão III. Com a sua queda, Garibaldi anexou os Estados papais às demais regiões e ao Piemonte, passando a ser Roma a capital da Itália.

---

<sup>3</sup> Eliana Rela ALVES & Loraine S. GIROM. *Caxias do Sul: Homem, tempo, espaço - subsídios*. p. 56-57.

O Papa da época, Pio IX, declarou-se prisioneiro do governo italiano, gerando uma situação que só foi resolvida meio século depois, em 1929, com a assinatura do Tratado de Latrão, através do qual o estado do Vaticano obteve independência.

Concomitantemente às dissidências e conflitos gerados pelo processo de unificação, o país continuava agrário, socialmente atrasado, e com uma população carente. A emigração passou a representar, por um lado, o alívio de tensões políticas e sociais; por outro, esperanças de crescimento interno para o País: "... além da solução individual dos problemas econômicos, a saída dos italianos tornou-se um empreendimento altamente rentável para o Reino".<sup>4</sup>

### **1.3 A Igreja no século da unificação italiana**

Foi no contexto da unificação, que ocorreram as modificações básicas pelas quais passou a Igreja católica, que, após ter-se unido incondicionalmente às forças reacionárias, representou o último baluarte do "antigo Regime". Ela estava em meio à "... luta entre a Cultura e o Cristianismo, entre a razão e a fé, entre os homens da ciência e os homens da religião".<sup>5</sup>

Dentro desse espírito, apareceu, também, uma instituição que se empenhou na luta contra o chamado "domínio dos padres". Foi a Maçonaria, que já surgiu incorporada à sociedade não-cristã da época.

Nesse período, a característica fundamental foi o cisma criado entre sociedade moderna e Igreja, entendida então, como: "... uma realidade religiosa bem determinada, fora da sociedade moderna".<sup>6</sup>

Existe, ainda, durante o século XIX, uma reação contra a postura política da Igreja, que, em meio às grandes ideologias, lutava contra o racionalismo e o liberalismo.

---

<sup>4</sup> Loraine S. GIRON In J. H. DACANAL (org.). *RS: Imigração & Colonização*. p. 52.

<sup>5</sup> D. Dadeus GRINGS. *Dialética da política - História dialética do cristianismo*. p. 218.

<sup>6</sup> Id., *Ibid.*, p. 220.

Tanto o Papa Gregório XVI, quanto Pio IX, rejeitaram de forma global o Racionalismo e o Liberalismo, constituintes do florescente mundo moderno.

Pio IX, com sua postura e sua longa permanência no pontificado, "... numa época de profundas transformações sociais no mundo, foi um verdadeiro desastre para a Igreja." <sup>7</sup> Sua concepção política estava muito voltada para o absolutismo, tanto nas questões políticas e religiosas, quanto nas culturais e nas morais. De uma certa forma, centrados em sua figura estavam a Igreja e o Estado. Enquanto Estado, dirigia-o através da teocracia. Todos os postos eram ocupados por clérigos, isolando os leigos. Sua concepção tratava, também, o reino como propriedade de uma família real.

Com o movimento das novas ideologias, "o povo começava a tomar consciência de seus direitos e responsabilidades." <sup>8</sup> A tensão existente não revelava um descontentamento com o papel religioso, e sim com o papel político adotado.

"Reconhecia-se sem pestanejar, a autoridade religiosa do Romano Pontífice. Nenhum italiano dela duvidava. Mas revidava-se com a exigência de outra autoridade, de base popular e participação do povo, para dirigir os destinos temporais." <sup>9</sup>

Em 1870, quando se dava por consumada a unificação italiana, através da anexação de todos os reinos, inclusive dos Estados Pontifícios, Pio IX lançou a excomunhão contra o rei italiano e proibiu os católicos de participar da política. Cortou também qualquer possibilidade de diálogo com o mundo moderno.

Os intelectuais católicos desligavam-se cada vez mais da realidade e "a Igreja se tornava um gueto, tendo cortado toda a comunicação com o mundo externo. Uma Igreja fora do mundo." <sup>10</sup>

#### ***1.4 A postura da Igreja Católica no final do século XIX e início do século XX***

---

<sup>7</sup> D. Dadeus GRINGS. *Dialética da política - História dialética do cristianismo*. p. 264.

<sup>8</sup> Id. Ibid., p. 265.

<sup>9</sup> Id., Ibid., p. 267.

<sup>10</sup> Id., Ibid., p. 267.

Pensamos abordar esse tema, tendo em vista que as mudanças de postura da Igreja católica na Itália, refletir-se-ão na região de abrangência desta pesquisa, o que, enquanto temática, nos auxilia na argumentação da primeira hipótese estabelecida.

Dos fins do século XIX ao início do século XX, a Igreja Católica Romana, era clerical, isto é, "... o leigo não tem vez".<sup>11</sup> Ela defendia a ortodoxia e priorizava a teoria em detrimento da prática.

Até 1903 pontificou Leão XIII, que, assumindo em 1878, ficou conhecido pela sua atuação política. Sua ampla visão da problemática humana tirou a Igreja da atitude puramente defensiva e de condenações, que haviam marcado os dois últimos pontificados. Durante seus vinte e cinco anos à frente da Igreja católica, buscou o diálogo entre a Igreja e o mundo laico.

Escreveu a encíclica "Rerum Novarum", a qual transformou-se em base para a doutrina social da Igreja, situando a problemática social num amplo contexto ético-religioso-político. Para dar suporte ao pensamento católico, retomou a filosofia perene e estimulou o estudo de S. Tomás. No campo político, tentou o diálogo com as diversas autoridades civis, e enquanto movimentava-se nos vários acontecimentos das nações européias, apresentava sua concepção cristã de Estado. Também proclamava ser a política uma atividade pertinente aos leigos e, portanto, o clero deveria manter-se afastado dela.<sup>12</sup>

Ao chegar o ano de 1903, o novo Papa, Pio X, retornou à política das condenações indiscriminadas sem analisar e relacionar a complexidade dos problemas modernos. Ele via perigo em tudo. Na política italiana, manteve a proibição de os católicos participarem das eleições legislativas, o que favoreceu aos anticatólicos dirigir os destinos da Itália, além de proibir os primeiros de participar de qualquer associação acatólica.

---

<sup>11</sup> D. Dadeus GRINGS. *Dialética da política - História dialética do cristianismo*. p. 269.

<sup>12</sup> Id., *Ibid.*, p. 282-287.

As atitudes de Pio X, incluindo-se a condenação ao modernismo, geraram, por um lado, o temor a todo o progresso científico, além de barrar toda e qualquer interpretação mais atualizada da teologia. Por outro lado, favoreceu a criação de um regime de terror no interior da instituição religiosa e um clima de insegurança geral entre todos os que, de algum modo, procurassem responder aos problemas da época.<sup>13</sup>

O pontífice mostrou que seu pensamento religioso estava voltado à perspectiva de uma Igreja Clerical, em seu sentido mais extremo. Ele defendia a fé "desencarnada" da realidade e o homem, nessa visão, seria temente a Deus e com medo de tudo o que o cercasse. Sua posição, autoritária e reacionária, opunha-se ao próprio sentido da História, até sua morte, em 1922.<sup>14</sup>

Com a morte de Pio X, voltou à Igreja Clerical a política de seu antecessor, Leão XIII, a qual passou a ser linha mestra de todos os sucessores de Pio X: de Bento XV a João Paulo II.

### ***1.5 A Igreja Católica e a transição no Brasil***

No Brasil, a administração central da Igreja Católica concentrou esforços no revigoramento do trabalho missionário, nos incentivos à nacionalização do clero e da alta hierarquia em áreas coloniais de missão. Também se fazia necessário avançar na prestação de serviços educacionais e assistenciais.

No caso da América Latina, e em especial do Brasil, a política expansionista da Santa Sé adotou uma postura patrimonialista, sem abrir mão das metas de romanização, tanto em nível de preparo dos membros do clero, como da distribuição do território brasileiro entre as congregações religiosas.

Ao mesmo tempo em que a Igreja intensificava sua atuação no Brasil, necessitava também adequar-se a uma nova realidade surgida com a Proclamação da República. A separação entre a Igreja e o Estado, que já havia

---

<sup>13</sup> D. Dadeus GRINGS. *Dialética da política - História dialética do cristianismo*. p. 270.

acontecido em algumas nações européias, ocorreu também no Brasil. Pelo decreto 119 A, de 7 de janeiro de 1890, o Estado desvinculou-se do poder eclesiástico: golpe fatal no regime de padroado.

Pelo antigo regime, o clero era funcionário público, e o governo imperial era responsável pela criação de dioceses, paróquias, seminários, etc. Com o fim desse regime, sob o

"... ponto de vista político organizacional, a separação cancelava praticamente todos os direitos de intervenção sobre os negócios eclesiásticos de que dispunha o poder central conforme estipulava o regime de padroado. A criação de novas dioceses e paróquias, a fundação de seminários e outras obras, a distribuição do clero pelos diversos cargos e carreiras alternativas, a indicação e nomeação de prelados, a fixação de normas e diretrizes de interesse para as atividades e serviços eclesiásticos, e outras tantas atribuições até então de competência do próprio imperador ou de seus altos prepostos, passava a depender do alvitre da alta hierarquia eclesiástica."<sup>15</sup>

Esta nova situação colocara um duplo desafio à Igreja nacional. O primeiro era buscar novas formas de obter autonomia financeira, institucional e doutrinária capazes de garantir futuros projetos de influência política. O segundo envolvia a saída da estagnação organizacional em que se encontrava.

Com a separação da Igreja e do Estado, o ensino religioso obrigatório foi retirado das escolas públicas. Os bens da Igreja continuavam nas mãos do clero na condição de proverem a manutenção dos mesmos, mas alguns serviços, como a administração de cemitérios, passaram ao domínio das municipalidades. A República passou a reconhecer apenas o casamento civil, que deveria preceder ao casamento religioso e impediu clérigos e religiosos de qualquer confissão de fazer parte do Congresso Nacional.<sup>16</sup>

É fácil entender que tais medidas, inevitavelmente, desarticularam o episcopado. Tudo o que, antes da República, significava espaço de influência da Igreja, após 1890, ao contrário, favoreceu o prestígio crescente do Estado.

No mesmo ano de 1890, a Igreja, no Brasil, traçou um plano de reformas liderado inicialmente por D. Macedo Costa. Após a morte deste, a

---

<sup>14</sup> Id., *Ibid.*, p. 270.

<sup>15</sup> Sergio MICELI. *A elite eclesiástica brasileira*. p. 19-29.

<sup>16</sup> Ivan LINS. *História do positivismo no Brasil*. p. 355-370.

condução do plano de reformas foi feita diretamente por Roma, através das normas do Concílio Plenário Latino-Americano.

Por este plano, a hierarquia eclesial brasileira, espelhou-se no governo republicano para dar partida em suas reformas. Refletiu-se nas tendências descentralizadoras do regime republicano, promovendo a organização de sedes diocesanas em todas as capitais estaduais, " ... para cuja gestão foram muitas vezes convocados elementos do clero originário de importantes grupos oligárquicos." <sup>17</sup> Dessa forma, a médio prazo, os prelados, pela familiaridade junto aos círculos de mando, obtiveram o levantamento de recursos necessários à formação de um patrimônio diocesano.

Se em nível nacional a Igreja encontrou no sistema da própria República o modelo para reorganizar-se no novo contexto e intensificar as alianças com os detentores locais do poder oligárquico, nos níveis regional e local, a instituição recorreu aos ditames do novo catolicismo europeizado e romanizado. Para tal, adotou estratégias repressivas em relação ao catolicismo mais popular, e de estilo luso-brasileiro.

Na sua investida contra o catolicismo popular, a Igreja enfrentou resistências, tanto à penetração do novo estilo romanizado, quanto às sanções feitas às práticas do cotidiano.

Os "santos" tradicionais enfrentam a concorrência dos novos "santos", introduzidos na sociedade brasileira, pelas congregações européias, e as antigas irmandades são substituídas por associações religiosas. Foi o momento de congregar a sociedade em torno do Sagrado Coração de Jesus, cuja propaganda era sustentada pelo Apostolado da Oração, e, também, dar lugar às Virgens de Lourdes, Salette e Fátima.

As solenidades, procissões e festas que propagandeavam os "santos" europeizados, recém-chegados ao Brasil, converteram-se, assim, em espaços de demonstração e legitimação do poder oligárquico local. Os prelados tornaram-se progressivamente figuras de primeiro plano, participando ativamente na política local de seus estados.

---

<sup>17</sup> Sergio MICELI. *A elite eclesiástica brasileira*. p. 21.

Aos poucos, e de forma sistemática, a Igreja Católica operacionalizou o seu objetivo de estabelecer influência em todo o país. Driblou as medidas impostas pelo governo, que possuía a intenção de cercear a sua influência política e, na estratégia de "estadualização",<sup>18</sup> ganhou campo para educar as elites e recrutar elementos para a formação de novos prelados, dignos de seus quadros.

A formação dos elementos da hierarquia eclesial passava também pelo conjunto de diretrizes da romanização. No momento em que a organização eclesial nacional reaproximou-se de Roma, esta passou a exercer uma orientação doutrinária disciplinar para que houvesse

"... a 'moralização' e profissionalização do clero nos termos das reformas estimuladas por pontífices enfraquecidos politicamente e desejosos de remanejar os recursos internos da organização."<sup>19</sup>

O clero nacional mais profissionalizado era preparado para ocupar postos-chave nos altos escalões da organização eclesial, assim, auxiliaria, também, num melhor relacionamento entre a Igreja e o governo republicano. Em nível nacional, as relações "... entre as duas instituições eram amigáveis, embora oficialmente muito formais ... ." <sup>20</sup> Em nível estadual, o mesmo não acontecia, existindo " ... lacunas organizacionais, falta de coesão, comunicação e lideranças, como pontos nevrálgicos da organização no período em questão." <sup>21</sup>

Naquele momento, foi concentrado todo o esforço na intenção de atrair os novos candidatos que passariam pelos seminários e pela nova formação profissionalizante do clero. E, segundo D. Paulo Evaristo Arns:

" O novo catolicismo romanizado encontra seu habitat natural na área de imigração em regime de pequena propriedade no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Daí saíão as vocações para a maior parte das

---

<sup>18</sup> Sergio MICELI descreve a "política de estadualização" como: "... uma política expansionista adotada pela Igreja (...) foi implementada através de estratégias diferenciadas conforme o peso político e a contribuição econômica de cada unidade federativa para a manutenção do pacto oligárquico e, conseqüentemente, em função da margem de influência e prestígio já conquistada pela Igreja, do grau de receptividade à sua contribuição por parte dos círculos dirigentes locais e do potencial de mobilização dos católicos como grupos articulados de pressão a ponto de influir sobre as decisões governamentais suscetíveis de afetar as áreas vitais de interesse para a própria organização eclesiástica. Sergio MICELI. *A elite eclesiástica brasileira*. p. 22. e 67.

<sup>19</sup> Id., *Ibid.*, p. 27.

<sup>20</sup> Thomas G. BRUNEAU Apud Sergio MICELI. *A elite eclesiástica brasileira*. p. 25.

<sup>21</sup> Sergio MICELI. *A elite eclesiástica brasileira*. p. 25.

congregações européias que ingressavam no país e para o clero secular.”<sup>22</sup>

No contexto de um Brasil em transição, como foi o ocorrido na passagem de um governo imperial para um governo republicano, a Igreja nacional passa pelo desafio da separação Igreja-Estado, utilizando-se das mesmas estratégias do governo republicano. Sua situação, durante todo o período da República Velha, caracterizou-se por um processo de dependência. Uma primeira em relação ao Estado e à oligarquia liberal, e a outra com relação ao centro romano.

A "política de estadualização" reforçava a primeira dependência, e os ditames exigidos pela situação de europeização e romanização, introduzidos no país, reforçavam a segunda. O prelado, por sua vez, precisou preparar-se profissionalmente para atuar nas articulações políticas que se estabeleceram entre a sociedade burguesa, as lideranças provincianas e os membros da hierarquia eclesial.

## **1.6 O Rio Grande e o Catolicismo**

Tendo presente a problemática deste trabalho, a qual se passa na Colônia Caxias, núcleo de imigração italiana, nos deteremos em estudar apenas a inserção do clero secular italiano no estado do Rio Grande do Sul.

Quando a República tornou-se sinônimo de progresso, urbanização e industrialização, a Sé Romana gradativamente transladava para o Rio Grande do Sul, sua política de romanização: enviou para este estado cento e quarenta e oito padres italianos, entre os anos de 1876 e 1930<sup>23</sup>. Foi o momento em que se associaram tarefas de incentivo à formação de um clero natural deste estado com a entrada de um clero estrangeiro. O principal articulador dessas tarefas foi D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, que assumiu a Diocese de Porto Alegre no ano de 1890.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> Paulo E. ARNS. *O que é Igreja*. p. 128-129.

<sup>23</sup> Pe. RUBERT Apud José O. BEOZZO In Luis DE BONI (org.). *A presença italiana no Rio Grande do Sul*. p. 60.

<sup>24</sup> Carlos Albino ZAGONEL. *Igreja e imigração italiana - Capuchinhos de Sabóia um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*. p. 75.

Os padres que aqui chegavam eram formados pelo Seminário Pio Latino-Americano, em Roma, cujo principal objetivo era a formação de membros da hierarquia eclesiástica para atender às necessidades da Igreja de toda a América Latina. Os padres e seminaristas brasileiros, ao voltarem desse colégio para o Brasil, tinham a incumbência de auxiliar na formação de novos seminaristas dentro do mesmo espírito romano e da influência italiana de estudos dos quais haviam feito parte.<sup>25</sup>

No contexto eclesiástico do estado, o número de párocos era reduzidíssimo. Faltavam ordenações de elementos originários da sociedade local, fator este que tornava deficiente o atendimento às freguesias da campanha, bem como o atendimento às famílias de imigrantes que chegavam incessantemente. Embora a diocese promovesse a vinda de padres estrangeiros, agora escolhia-os com um certo rigor, ainda assim

"O serviço pastoral é extremamente dificultado pela extensão e pelo território acidentado; (...) São pequenos grupos semeados entre vales e montes e cada paróquia tem 5, 10, 15 e até 20 capelas."<sup>26</sup>

Os imigrantes italianos recém-vindos, e muitos provenientes dos Estados Pontifícios, ao se instalarem e se depararem com a ausência de quem ministrasse os sacramentos religiosos, acabavam por introduzir, aqui, a figura do *padre-leigo*. Esse poderia ser a pessoa mais velha na comunidade, como poderia ser aquela que tivesse trazido o livro de orações ou mesmo a imagem ou quadro de algum santo. Deveria, ele, exercer a função de um padre de capela, no dizer de Carlos A. Zagonel, significando que poderia realizar procissões, bênçãos de velas e de ramos, missa cantada e exéquias de enterro.

A figura do padre-leigo, não poucas vezes, provocou incidentes, pois comumente, a população " ... tomava a defesa de 'seu padre' contra o exclusivismo dos sacerdotes que lhe proibiam qualquer atividade como indevida e supersticiosa."<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> José O. BEOZZO In Luis DE BONI (org.). *A presença italiana no Rio Grande do Sul*. p. 60.

<sup>26</sup> Carlos A. ZAGONEL. *Igreja e imigração italiana - Capuchinhos de Sabóia um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*. p. 84-85..

<sup>27</sup> Carlos A. ZAGONEL. *Igreja e imigração italiana - Capuchinhos de Sabóia um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*. p. 55.

A capela, na zona rural, foi outro elemento próprio, que assim como o padre-leigo, surgiu da necessidade e do isolamento dos imigrantes. Constituíam-se de um conjunto do qual faziam parte: a igreja, o cemitério e, mais tarde, a torre, o sino e o local para a festa do padroeiro.<sup>28</sup>

A zona de imigração italiana buscou a continuidade de sua vivência religiosa, praticada nas aldeias rurais da Itália. A separação da Igreja e do Estado, no Brasil, obrigava a uma outra prática do catolicismo, quer por parte da hierarquia eclesial, quer por parte do imigrante italiano. As práticas diferenciadas que foram impostas pelo próprio contexto não deixaram de criar um clima de cristandade nessa região de colonização.

Nos dizeres de Luiz Alberto De Boni<sup>29</sup> constituía-se o clima de cristandade, fazendo recordar os tempos áureos da Igreja medieval. Capela e paróquias, escolas religiosas, jornal católico, missões populares, aulas de catecismo e uma severa vigilância exercida pelo confessorário faziam a manutenção e a consolidação desse clima.

Com as características do novo contexto proporcionado pela imigração no estado, as transformações manifestaram-se quer em nível econômico-político com a implementação da pequena e média propriedades policultoras, quer em nível social com a formação de uma classe média urbana; mas sobremaneira em nível cultural, no qual a Igreja, enquanto instituição, participou da formação de uma nova postura moral, ética e intelectual, importando, via romanização, os elementos necessários.

### ***1.7 Os imigrantes italianos católicos e a colonização na região nordeste***

A imigração italiana, toma fôlego a partir de 1875, quando, em nível de Rio Grande do Sul, são criadas e organizadas as colônias na região

---

<sup>28</sup> Pe. Antonio GALIOTTO In Luis DE BONI (org.). *A presença italiana no Rio Grande do Sul*. p. 298-99.

<sup>29</sup> Luis DE BONI In J. H. DACANAL (org.). *RS: Imigração & Colonização*. p. 242-243.

das matas. As terras designadas para isso foram as terras devolutas do então governo imperial.

O imigrante, contratado na Europa, chegava à província para povoar o território e, a médio prazo, produzir gêneros para o mercado interno e para o nascente mercado urbano. Aqui chegando, era instalado em um dos núcleos coloniais, cuja divisão das terras obedecia ao sistema de glebas contínuas, denominadas léguas, e

"A demarcação dos lotes, realizada pelos engenheiros e agrimensores da comissão, era feita a partir da primeira légua, sendo, a partir desta, sistematicamente, demarcadas as demais." <sup>30</sup>

Comumente, os imigrantes eram ocupados como mão-de-obra em trabalhos que envolviam a abertura de caminhos e o desmatamento da região, indiferentemente da profissão exercida antes da imigração. O governo, ao procurá-los, exigia que no mínimo 90% dos embarcados tivessem como profissão a agricultura. Porém, não era feita uma verificação do que os candidatos à imigração diziam de si mesmos. O fato é que, pouco tempo após sua chegada, muitos colonos haviam instalado oficinas de funilaria, carpintaria, ferraria, sapataria, enquanto outros construíram moinhos a água e olarias. <sup>31</sup>

Assim, como a quase totalidade dos imigrantes italianos confessava-se de profissão agricultor, dos 70.000 vênetsos que entraram em terras gaúchas, a maioria confessava-se católico convicto. <sup>32</sup>

Tendo eles saído de uma nação recém unificada, onde o Papa perdera o poder e o direito sobre os Estados Pontifícios, sendo também proibida aos católicos a participação na política, ao retomarem a vida nessas terras, trouxeram a característica de "... população rural aglomerada em torno das igrejas paroquiais onde cultuavam suas devoções mariais e ouviam a pregação do sacerdote." <sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> Loraine S. GIRON In J.H. DACANAL (org.). *RS: Imigração & Colonização*. p. 62-63.

<sup>31</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12 maio 1975. p. 2.

<sup>32</sup> *Jornal de Caxias*. Caxias do Sul, 23 jul. 1977. p. 19.

<sup>33</sup> Carlos A. ZAGONEL. *Igreja e imigração italiana - Capuchinhos de Sabóia um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*. p. 47.

Longe das dissidências políticas entre Igreja e Estado, os italianos, aqui, estavam longe, também, das divergências da Igreja com as ideologias próprias do novo século. Enquanto, na Itália, socialismo, industrialização e urbanização eram idéias com caráter subversivo, aqui, nos núcleos coloniais, aquela população reconstruía suas vidas ao redor de igrejas e capelas imediatamente erguidas. Aqui a preocupação não era com os socialistas, e sim com a organização de comissões para obter do bispo um pároco.

"Famílias de pequenos proprietários, vivendo do trabalho da terra, num ideal frugal de vida que beirava o subconsumo, tudo isto sob a bênção e a vigilância da Igreja, estes colonos pareciam oferecer as mais propícias condições para a criação de algo assim como um estado cristão." <sup>34</sup>

A Igreja aproveita o fértil campo para criar um clima de cristandade, utilizando-se para isso do objetivo de prestar assistência religiosa aos colonos, uma vez que, entre eles, a realidade manifesta era diferente da realidade apresentada pelo catolicismo da campanha gaúcha. Neste, imperava o formalismo religioso quase sem sacramentos e, naquele, gradativamente ocorre a "... participação maciça dos fiéis nas cerimônias da vida religiosa, a freqüência aos sacramentos e a internalização de um código de ética católica ...". Todos esses elementos " ... faziam recordar os períodos áureos da Igreja medieval".

35

A forma de vida rural dos colonos era um fator que cooperava para criar o clima de cristandade, que seria abalado, apenas, pela presença de carbonários, maçons, luso-brasileiros e positivistas. Encontrados nas cidades e vilas maiores, eles representavam obstáculos aos objetivos da Igreja Católica.

A instituição religiosa, na tentativa de recuperar o terreno que havia perdido, desde a Europa, alia o processo de secularização e o clima de cristandade, isto é, tenta a aproximação do que é religioso e do que é leigo, com vistas a reedificar seu poder na sociedade civil.

---

<sup>34</sup> Luis A. DE BONI In J.H. DACANAL (org.). *RS: Imigração & Colonização*. p. 242.

<sup>35</sup> Id., *Ibid.*, p. 242.

Fizeram parte do processo de secularização a criação de inúmeros colégios católicos, por toda a região colonial, com o objetivo de formar uma nova elite intelectual de projeção estadual e nacional. Além dos colégios católicos, a Igreja criou também jornais semanários.

A Igreja consegue, através de sua "assistência espiritual" ao imigrante italiano, tornar o Rio Grande do Sul um "Estado católico"<sup>36</sup>, pois muitos membros atuantes nos movimentos eclesiásticos, tais como congregações Marianas e Ação Católica, destacaram-se como lideranças políticas.

E, se, enquanto necessidade religiosa, o imigrante italiano tinha participação efetiva (festejos e sacramentos), enquanto necessidade política da República Velha, ele era "massa eleitoral de manobra, dentro de uma política de cabresto 'de uma estrutura oligárquica de mando'".<sup>37</sup>

Havia o problema dos intendentess, que não eram pessoas ligadas aos interesses locais. Assim, a região colonial, invariavelmente, estava sujeita aos desígnios de políticos vinculados à região da campanha, influentes tradicionalmente.

Alguns italianos, naquele momento, apoiavam o partido do governo - Partido Republicano Riograndense (PRR) -, na medida em que isso representa ganhos na troca de favores.

No caso específico de Caxias, por longo tempo, só houve intendentess de origem luso-brasileira. Aos italianos era facultada a vice-intendência e, em situações excepcionais (substituições por afastamento temporário ou morte) é que chegavam ao cargo de intendentess. Somente no ano de 1924, um italiano é eleito para esse cargo.

De um lado, o imigrante italiano pertenceu a um grupo considerado secundário, para os trâmites políticos do PRR, de outro lado, os movimentos eclesiásticos e as associações católicas foram de vital importância para o seu engajamento no processo político local e estadual.

---

<sup>36</sup> Luis A. DE BONI In J.H. DACANAL (org.). *RS: Imigração & Colonização*. p. 248.

<sup>37</sup> Sandra J. PESAVENTO In J.H. DACANAL (org.). *RS: Imigração & Colonização*. p. 180.

Parece-nos prudente, agora, inserir nessa análise o processo de formação política da Colônia Caxias.

### **1.8 Formação Política da Colônia Caxias**

A colônia Caxias, por haver sido previamente planejada, desde o seu início, contou com uma administração necessária à acomodação dos imigrantes.

A administração passou por três marcos distintos, sendo o primeiro de 1875 a 1884; o segundo de 1884 a 1890; e o terceiro desde 1890 até hoje.

O primeiro período administrativo, de 1875 a 1884, era denominada Colônia e estava ligada diretamente ao Governo Imperial. Sua administração era feita pela Comissão de Terras, aqui centralizada na pessoa do diretor da colônia. O segundo período de 1884 a 1890, foi caracterizado pela fase de distrito vinculado ao município de São Sebastião do Caí. O terceiro período, inicia em 1890, quando o distrito passa a categoria de município autônomo.

No decorrer dos dois primeiros períodos não havia eleições na Colônia Caxias e mesmo que houvesse, não era facultado ao imigrante ser eleitor. A administração era realizada por funcionários públicos designados pelo governo provincial. Eles dirigiam a distribuição de lotes e recolhiam os impostos e os valores das dívidas contraídas pelos colonos por ocasião de sua chegada.

38

A situação administrativa sofre alterações após o ano de 1890, quando da emancipação. O presidente do Estado, General Cândido José da Costa, nomeou a primeira Junta Governativa, composta pelos imigrantes Angelo Chittolina, natural de Mântua e membro da ordem maçônica<sup>39</sup>, Ernesto Marsiay, natural de Feltre e Salvador Sartori, natural de Vicenza. Essa junta governativa,

---

<sup>38</sup> Anelise CAVAGNOLLI, Mari T.A. MIORELLI. *Boletim Informativo do Museu e Arquivo Histórico Municipal - Ocorrências*. Caxias do Sul, n. 8, out., 1988.

vinculada ao PRR, permanece até 1892, enfrentando todas as controvérsias do período.

No município, a situação política era tão confusa, quanto no estado. Em novembro de 1891, "(...) o poder municipal é tomado por um grupo de revoltosos que assume como Junta Revolucionária Municipal"<sup>40</sup>, permanecendo no poder até dezembro do mesmo ano. Essa junta era liderada pelo italiano Francisco Salerno, que se dizia fiel ao presidente deposto, Júlio de Castilhos.

Meses mais tarde, o governo provisório do estado nomeia dois membros da ex-junta governativa revolucionária colocando-os lado-a-lado com conselheiros eleitos.

A situação do então município é de grave crise política. Para tentar amenizá-la, o governo estadual nomeia o primeiro Intendente Antonio Xavier da Luz.

Simultaneamente a essa situação, na qual os italianos demonstram não formar um grupo homogêneo, sob o ponto de vista político, podiam ser identificadas claramente suas divisões. Os chamados "austríacos" formavam uma corrente; outra era formada pelo grupo maçom; e uma terceira integrada pelos imigrantes ditos católicos.

Segundo o mapa estatístico da Colônia Caxias, no período que se estende de 1872 a 1886, os imigrantes italianos representavam 70% dos povoadores e os imigrantes austríacos 23%. Havia um pequeno número de povoadores brasileiros (2,10%) e também boêmios e alemães (respectivamente 1,38% e 0,95%) .<sup>41</sup>

Os imigrantes italianos eram provenientes do Vêneto, Lombardia e demais regiões do Norte da Itália. " Os chamados 'austríacos' vieram com passaporte do Império Austro-Húngaro, sendo, em sua maioria, trentinos,"<sup>42</sup> e foram isolados dos demais imigrantes desde sua chegada, passando pelo assentamento nas terras, até sua participação política. No aspecto espacial,

---

<sup>39</sup> Heloisa BERGAMASCHI In E. R. ALVES & L. G. GIRON. *Caxias do Sul: homem, tempo, espaço - subsídios*. p. 79.

<sup>40</sup> Id., *Ibid.*, p. 80.

<sup>41</sup> Loraine S. GIRON In E.R. ALVES & L.S. GIRON. *Caxias do Sul: homem, tempo, espaço - subsídios*. p. 70.

foram colocados nos travessões "Tirolês" e "Trentino", permanecendo em sua maioria na zona rural. Foram raros, também, os elementos austríacos que participaram das lutas políticas locais.<sup>43</sup>

Diferentemente, o grupo maçom organizou-se no ano de 1887, agrupando luso-brasileiros e imigrantes italianos que fundaram a loja "Força e Fraternidade".

Os fundadores desta loja foram Cristiano Horn grau 30 (doravante gr.: 30.) Venerável; Benjamim Cortes Rodrigues - gr.:3. 1º Vigilante; Felice Gavioli - gr.:3. 2º Vigilante; José Domingos D'Almeida - gr.: 18. Orador; Rodolfo Felice Laner - gr.: 17. Secretário; Angelo Chittolina - gr.: 3. Tesoureiro; Antonio Pieruccini- gr.:3; Alexandre Canali - gr.:3.<sup>44</sup>

Esta loja permaneceu em atividade até o ano de 1903, quando foi fechada por existirem desavenças internas. Não encontramos documentação que explicitasse quais foram as desavenças, porém uma análise a luz dos fatos sugere uma hipótese: a diferença de postura entre carbonários e maçons, integrantes dessa Loja seria o motivo das desavenças. Não abordaremos essa questão por não se constituir objetivo deste trabalho.

Para os imigrantes católicos, ambos os termos - carbonário e maçom - apontavam para sociedades secretas que haviam lutado contra o Papa, na Península Itálica, e usurpado os Estados Pontifícios em nome da unificação.<sup>45</sup>

As diferentes posturas filosóficas, em um primeiro momento, não impediram maçons e carbonários de participarem ativa e conjuntamente da vida política de Caxias. No ano de 1895, foi nomeado como intendente o maçom

---

<sup>42</sup> L. S. GIRON In E.A. ALVES & L.S. GIRON. *Caxias do Sul: homem, tempo, espaço - susídios*. p. 70.

<sup>43</sup> Id., *Ibid.*, p. 79.

<sup>44</sup> E. A. VASQUES & O.D.B. DUTRA. *Maçonaria em Caxias do Sul*. p. 17.

<sup>45</sup> "Havia grandes afinidades entre a Maçonaria e o Carbonarismo, no tocante aos objetivos. As duas Instituições lutavam pela Liberdade do Homem contra os agressores. Liberdade, Igualdade e Fraternidade, lema da Maçonaria, foi adotado pelos carbonários. Aquelas três palavras sintetizavam um programa de dignificação do Homem. Distinguiam-se pelos processos seguidos, pelo sistema de ação. A Maçonaria preferia e prefere persuadir mas sempre de acordo com seu princípio de tolerância (...). A Carbonária era intolerante, utilizava-se de métodos violentos, procurando atingir mais rapidamente o seu objetivo. A luta pela Liberdade sagrada, pelo direito, livre de pensamento aproximou os maçons e carbonários e explica o fato de muitos elementos da Carbonária terem ingressado na Maçonaria e vice-versa". A. Tenório D'ALBUQUERQUE. *Sociedades secretas - as suas organizações, os seus mistérios, os seus objetivos*. p. 116-117.

José Cândido Campos Júnior, motivo que gerou veemente descontentamento entre os italianos católicos.

Dentre os fundadores da loja, o italiano Angelo Chittolina, em 1890, foi nomeado pelo presidente do estado, para compor a primeira Junta Governativa. José Domingos D'Almeida, natural de Taquari, outro fundador, fez parte do primeiro Conselho, ocupando cargo de secretário. Ele foi o redator de todo o ante-projeto da 1ª Lei Orgânica do nascente município. Benjamim Cortes Rodrigues, uruguaio naturalizado brasileiro, membro fundador da loja, também integrava aquele primeiro Conselho Municipal.

Durante os dezesseis anos de atividades da Loja maçônica " ... o governo republicano designa para cargos político-administrativos, irmãos dessa loja, ... " <sup>46</sup>.

Apresentamos dois quadros a seguir. O primeiro com o número de Conselheiros Municipais, destacando os vinculados à Maçonaria. O segundo, mostrando os intendentess, e sua identificação com a Maçonaria.

**Quadro 1**  
**Integrantes do Conselho Municipal de Caxias do Sul 1890 - 1928**

Conselheiros	Período	Partido político	Maçonaria
Ernesto Marsiaj	1890-1892 1892-1896	PRR	maçom
Hugo Luciano Ronca	1890-1892 1892-1896 1900-1904		
Romano Lunardi	1890-1892 1892-1896		
Agapito Conz	1890-1892 1892-1896		
Salvador Sartori	1890-1892 1892-1896		
Angelo Chitolina	1890-1892 1892-1896		maçom
Benjamim C. Rodrigues	1890-1904		maçom
José Domingos de Almeida	1890-1892	PRR	maçom
Maurício Nunes de Almeida	1896-1900		maçom
Arcádio Pezzi	1896-1900		
Cincinato D'Ávila	1896-1900 1904-1907		
Francisco Bonato	1896-1900 1900-1904		maçom
Vitório Panarari	1896-1900		maçom
Antonio de Oliveira Santos	1900-1904	PRR	maçom

<sup>46</sup> E. VASQUES & O.D.B. DUTRA. *A Maçonaria em Caxias do Sul*. p. 15.

Jacinto Raymundo da Silva Flores	1900-1904		
Miguel Muratore	1900-1904 1912-1916 1916-1920 1920-1924		maçom
Tancredo Appio Feijó	1896-1900 1900-1904 1908-1910		
Antônio José Ribeiro Mendes	1900-1904		
Luiz Pieruccini	1904-1907		maçom
Mansueto Pezzi	1904-1907 1912-1920		
Antonio Moro	1904-1907		maçom
Caetano Boscato	1904-1907		
Francisco Mascarello	1904-1907		
Marco Torelli	1904-1907		
Antonio Azambuja Kroef	1906-1907		maçom
Martim Francisco Ayres	1906-1907		
Antonio Giuriolo	1906-1912		
André Fossati	1906-1907		
Jacinto Tonge	1906-1907		maçom
Aristides Germani	1906-1907 1920-1924		
Antonio de Oliveira Santos	1908-1910		
Angelo Antonello	1908-1910 1910-1912 1924-1928		
Caetano Belincanta	1908-1910 1910-1912		
Antonio Pieruccini	1908-1910 1910-1912 1924-1928		maçom
Adelino Sassi	1908-1910 1910-1912 1916-1920 1920-1924		maçom
Henrique Moro	1912-1916 1916-1920		
João Luiz Guedes	1912-1916		
Orestes Manfro	1912-1916 1924-1928		
Benedeto Bigarella	1912-1916		
João José Rosa	1912-1916 1916-1920		
Samuel Alovisi	1916-1920 1920-1924		
João Crisóstomo Teixeira Gonçalves	1916-1920 1920-1924		
Alfredo da Silva Carvalho	1920-1924		
Henrique Saldanha Figueiredo	1920-1924		
Saverio Defelippis	1923-1924		
José D'Arrigo	1923-1924		
João Francisco da Rosa	1923-1924		
Ruffino Inácio Bezerra	1924-1928		
Armando Antunes	1924-1928		
Angelo De Carli	1924-1928		
Leonel Mosele	1924-1928		

Fontes: Depoimento de Hermes Dip.  
VASQUES, E. A. & DUTRA, O.D.B.. *A Maçonaria em Caxias do Sul*. monografia. 1981.

*Boletim Informativo do Museu e Arquivo Histórico Municipal - Ocorrências. Caxias do Sul, n. 09, dez., 1988.*  
*Relatórios apresentados ao Conselho Municipal pelos Intendentes Municipais. Caxias do Sul, 1904-1928.*  
GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores 1892-1950*. Porto Alegre: EST, 1993.

Neste quadro temos um total de cinquenta e um nomes. Identificamos trinta sobrenomes italianos, dezessete luso-brasileiros e com relação aos quatro restantes não possuímos comprovação documental da origem de seus sobrenomes. O número de sobrenomes italianos corresponde a 58,82%, os luso-brasileiros a 33,33% e os não identificados a 7,85%.

De um lado, o expressivo número de sobrenomes italianos pode significar uma estratégia do PRR de acomodação da situação vigente, pois mais da metade dos conselhos era formada por eles. De outro lado, a dependência dos Conselhos Municipais com relação aos Intendentes, e destes com as diretrizes do PRR estadual, impediam qualquer tomada de decisão por parte dos políticos caxienses. " As decisões do conselho eram estruturadas pelo intendente e pelo Partido Republicano Riograndense, que estava no poder." <sup>47</sup>

Daquele total de Conselheiros Municipais, identificamos quinze como pertencentes à sociedade maçônica, o que representa um percentual de 29%, ou quase 1/3 dos membros dos Conselhos no período em estudo.

Esse percentual torna-se expressivo se pensarmos que, no período de maior concentração de conselheiros maçons, 1890 a 1904, este grupo consolida, no município, a primeira Lei Orgânica que terá vigência até 1934, sofrendo uma reformulação em 1902, no que diz respeito aos Arts. 7º, 8º e 9º, que falavam, respectivamente, da repartição da Intendência e das atribuições do secretário municipal e do contínuo. A Lei Orgânica "... foi revista, alterada e modificada pelo Governo do Estado, conforme se vê no Decreto nº 484, de 26.4.1902." <sup>48</sup>

Uma outra alteração ocorre no ano de 1914, e atingiu os artigos 6º, 8º, 9º, 10º, 17º, 48º, 49º e 50º. As alterações referem-se às responsabilidades

---

<sup>47</sup> Mário GARDELIN. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores 1892-1950*. p. 32.

<sup>48</sup> Mário GARDELIN. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores 1892-1950*. p. 5.

do intendente, a não reeleição deste para o quadriênio subsequente e às formas de substituição no caso do seu impedimento.

**Quadro 2**  
**Relação dos Intendentes Municipais de Caxias do Sul**  
**1890 -1928**

Intendentes Municipais	Período	Partido político	Maçonaria
* Angelo Chitolina	1890-1892	PRR	
* Ernesto Marsiaj	1890-1892		
* Salvador Sartori	1890-1892		
Antonio Xavier da Luz	1892-1894		
José Domingos de Almeida	1894-1895	PRR (nomeado)	maçom
Alorino Machado de Lucena	1895	PRR (nomeado)	maçom
José Cândido de Campos Jr.	1895-1896 1896-1900 1900-1902	PRR (nomeado) PRR (eleito) PRR (eleito)	maçom
Dr. Alfredo Soares de Abreu	1900-1902 1902-1904	PRR (nomeado) PRR (eleito)	
Firmino Paim de Souza	1904	PRR (nomeado)	
Serafim Terra	1904-1907	PRR (eleito)	
Vicente Rovêa	1907-1908 1908-1910	PRR (nomeado) PRR (leito)	
Cel. Tancredo Appio Feijó	1910-1912	PRR ( vice em exercício)	
Cel. José Penna de Moraes	1912-1916 1916-1920 1920-1924	PRR (eleito)	
Ten. Hercules Galló	1914-1915	PRR (vice em exercício)	
Major José Batista	1915	PRR (nomeado)	
Adaucto Cruz	1918	PRR (vice em exercício)	
Celeste Gobbato	1924-1928		

\* Membros nomeados da Junta Governativa instalada após a emancipação do município em 1892.

Fontes: Depoimento de Hermes Dip.

E. VASQUES & O.D.B. DUTRA. *A Maçonaria em Caxias do Sul*. Monografia. 1981.

*Boletim Informativo do Museu e Arquivo Histórico Municipal - Ocorrências*. Caxias do Sul, n. 9, dez., 1988.

*Relatórios apresentados ao Conselho Municipal pelos Intendentes Municipais*. Caxias do Sul, 1904 -1928.

GARDELIN, Mario. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores 1892-1950*. Porto Alegre: EST, 1993.

Nesse quadro, de 15 períodos governativos apresentados, 13 são administrados por luso-brasileiros, representando 86,66% de predomínio. O cargo de intendente permanece nas mãos da Maçonaria de 1894 a 1902, período anteriormente analisado.

A corrente formada pelos italianos católicos, das três já citadas, era a mais numerosa e ressentia-se pelo fato de, politicamente, ocupar cargos secundários, como nos mostram, parcialmente, os quadros já apresentados.

Os cargos da intendência destinados aos italianos católicos eram de sub-intendentes, inspetores, fiscais, zeladores de estradas e cemitérios,

auxiliares de obras públicas, cobradores de impostos e ajudantes. As funções eram desempenhadas no próprio travessão (zona rural) concomitantemente à atividade econômica desenvolvida pelo imigrante.

Construímos uma listagem de funcionários da Intendência, a partir de informações fornecidas pelos relatórios dos intendentes, livro de funcionários e livro de impostos. Dela obtivemos as seguintes informações: de um total de novecentos e sessenta e nove cargos listados a partir das fontes, 85,03% foram ocupados por italianos. Os demais 14,96% foram ocupados por luso-brasileiros, uruguaios e alemães. Com base nessas informações, concluímos que os cargos secundários da administração tinham suas funções desempenhadas pelos colonos italianos católicos.<sup>49</sup>

Por questões políticas, italianos católicos e maçons, no decorrer da administração do intendente José Cândido Campos Jr., vivenciaram intensa crise. Os maçons, mostravam-se voltados ao PRR local e ao governo do estado. Os italianos católicos, cultivavam ainda dissabores pela perda dos Estados Pontifícios e, em Caxias, essa corrente continuou a defender o direito do Papa sobre as regiões pontifícias anexadas pelo Reino da Itália.

Por outro lado, face à forte atuação maçônica local, a Igreja, pelo seu plano de romanização, não poderia perder seu espaço em Caxias e tê-lo ameaçado por aquela sociedade.

Nesse contexto existente, o Bispado, em 1895, enviou para o município de Caxias um jovem padre recém-chegado da Europa: Padre Nosadini. Este funda, na região, os comitatos católicos Santa Tereza e o Círculo São Luiz Gonzaga de Juventude Católica. Ambos expandiram-se em muito pouco tempo, pelas várias linhas e léguas, demonstrando seu antagonismo à Maçonaria, através de manifestações públicas.

A situação de instabilidade política local manteve-se até o ano de 1902, quando o PRR estadual posicionou-se, retirando da intendência Campos Júnior. A loja maçônica foi fechada no ano seguinte.

---

<sup>49</sup> A listagem elaborada não foi anexada ao trabalho devido à grande extensão (969 nomes). A mesma será repassada ao Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, onde poderá ser consultada.

Com a demissão de Campos Júnior, assumiu o vice, Vicente Rovea, imigrante italiano. A seguir os lusos retornaram à intendência, até o ano de 1924.

As articulações políticas posteriores terão nos italianos católicos e na Igreja os personagens principais do movimento pela superação do domínio luso e pela quebra de sua eficácia organizativa, com vistas ao poder local.

Nesse processo não privilegamos a participação dos austríacos, pois, apesar de elemento constitutivo do mesmo, há falta de dados sobre este fato, até o momento. A busca dessas informações certamente poderá render uma pesquisa específica, no futuro.

### ***1.9 A Colônia Caxias: o imbricamento da necessidade política com o clima de cristandade***

A Colônia Santa Tereza de Caxias evidenciou, já nos seus primeiros tempos, uma falta de homogeneidade política entre os seus membros. A ausência de unidade não foi tão somente política. No campo religioso, a atuação do clero, a exemplo dos elementos atuantes no segmento político partidário, era condicionada pelos interesses e necessidades momentâneos. O mau comportamento de alguns padres provocava preocupações e pressões da Igreja estadual, ratificando, também, nessa área a falta de homogeneidade.

Ofícios como o que encontramos no livro ***Conheça-me por dentro***, de nº 37, e data de 05 de fevereiro de 1881, registra a intimação que o engenheiro chefe e diretor da Colônia fez ao Padre Antonio Passagi para que o mesmo se retirasse em 24 horas. O referido padre havia sido suspenso das ordens eclesiásticas, pelo Bispo Diocesano, considerando queixas de desordem e habitual estado de embriaguez.

A desordem na hierarquia eclesial podia não ser somente pelos motivos apresentados. Como registra o ofício nº 430 do referido livro: a diretoria da Colônia comunicava ao Bispo da Diocese da Província a desavença

existente entre o Padre Agostinho Mangom (dito capelão da Colônia) e o Padre Luiz Centini, capelão da 3ª, 4ª, 5ª e 6ª léguas. Existia uma única Igreja na sede e deveria ser utilizada por esses dois padres. Em ofício de 27 de julho de 1884, passados dois anos, conforme o documento de nº 118-B, o mesmo padre Luiz Centini continuava a promover discórdias, desta vez com o Padre Pasquali Matteu e ex-colonos.

Como se não bastassem as difíceis condições do lugar, encontradas pelos imigrantes italianos, praticar as obrigações religiosas era sinônimo de enfrentar vaidades pessoais, antigos conflitos trazidos das regiões italianas, a falta de preparo de alguns religiosos e ainda presenciar a disputa pelo dinheiro arrecadado, através de uma espécie de loteria (a qual não é definida na documentação consultada), entre a comissão de construção da igreja e um grupo de negociantes que desejava dispor do dinheiro como melhor entendesse.<sup>50</sup>

Entre os antigos conflitos regionais, que aqui tiveram continuidade, se fez presente o difícil relacionamento da Igreja com as sociedades secretas. No ano de 1889,

"... carbonários quiseram celebrar o 20º aniversário da tomada dos Estados Pontifícios (1869-1889), prepararam morteiros e um canhão a fim de celebrar a data com tiros e muita alegria, Padre Henrique Vieter, ficou sabendo e com a cooperação de pessoas fiéis às suas ordens, frustraram a festa."<sup>51</sup>

Após o estabelecimento do governo republicano e da separação Igreja-Estado, com a necessidade de buscar recursos materiais próprios, e não mais do governo, a Igreja faz chegar até a Colônia Caxias os indícios da política de romanização. D. Cláudio José Ponce de Leão faz a primeira visita pastoral à colônia italiana. Era 1892, e entre as determinações que deixou, ao constatar a situação local, encontra-se:

" 1º- Recomenda mansidão e não violência; 2º- Proíbe todo e qualquer sacerdote envolver-se em política ou fazer qualquer propaganda, do

---

<sup>50</sup> Ofício n. 55-B de 23 de novembro de 1885. *Conheça-me por dentro*. p. 105.

<sup>51</sup> Ernesto A. BRANDALISE. *A Paróquia Sta. Tereza*. p. 27.

púlpito ou através de cartazes, visando conseguir benefícios para a Igreja; 3º- Reclama da necessidade de uma boa e mais decente Igreja matriz; 4º- Reclama contra o mau estado do cemitério e da Capela do mesmo. Crisma 1995 pessoas e distribui a sagrada comunhão a mais de mil pessoas.”<sup>52</sup>

As observações do Bispo com relação a não violência e à proibição dos sacerdotes de se envolverem em política ratificam os conflitos existentes na comunidade, quer com os carbonários e maçons, que tendiam a crescer em número de adeptos com as idéias positivistas, ganhando campo no governo republicano, quer entre os próprios sacerdotes que disputavam liderança nas comunidades.

Construir e manter uma igreja passou a ser responsabilidade da instituição e era necessário mostrar que a Igreja eram todos os católicos, portanto a responsabilidade de construí-la era da comunidade. O cemitério havia passado à tutela da administração municipal. Configurava-se aí uma dura crítica a ela face às condições em que o cemitério se encontrava.

O alto número de membros que receberam a crisma e a sagrada comunhão demonstram o esforço de D. Cláudio José Ponce de Leão, através da operacionalização dos princípios da romanização, em promover na região o tão desejado clima de cristandade. Em sua segunda visita pastoral, ocorrida em 1900, realizou a benção da nova igreja, formalizando a recomendação deixada oito anos antes e demonstrando que os objetivos da Sé Romana estavam sendo desenvolvidos pelos católicos. As visitas pastorais prosseguiram com as presenças de Mons. Pimenta, em 1911, e Mons. D. João Becker, em 1914, 1918 e 1924.

Se as visitas pastorais amealhavam almas e promoviam simpatias entre os católicos, as associações católicas leigas conhecidas como "comitatos" e círculos católicos ganhavam impulso com a presença de padres italianos na paróquia local.

Em 1893, Padre Nosadini, então Vigário, fundou diversos comitês católicos, pulverizados na zona rural do município. Em quase todas as léguas

---

<sup>52</sup> Id., *Ibid.*, p. 29.

surgia um comitê católico: Santo Antônio (7ª légua); Nossa Sra. das Neves (9ª Légua); Círculo S. Tarcísio (São Marcos da Linha Feijó) e na sede, Santa Teresa, o Círculo São Luis Gonzaga, para os jovens.

O objetivo do Padre Nosadini ao fundá-los era quebrar a influência da Maçonaria local, o que desencadeou lutas e atentados entre os grupos. Nesse episódio, o espírito político positivista, que predominava no grupo maçônico e na administração municipal, foi colocado em um dos lados e, de outro lado, ficou a Igreja, com sua tentativa de europeização e romanização da sociedade.<sup>53</sup>

O Padre Nosadini, preparado para atuar conforme as diretrizes da Sé Romana, iniciou em 1898 a publicação de um boletim mensal intitulado "Il Colono Italiano". Sua publicação era feita na língua italiana e tinha como objetivo defender os interesses dos colonos italianos. Fazia oposição ao jornal "O Caxiense", de propriedade do intendente local, Campos Junior.<sup>54</sup>

A imprensa católica local sofre um recesso motivado pela saída do Padre Nosadini. Em 1909, a publicação do jornal "La Libertà", fundado pelo Padre Carmine Fasulo, põe fim ao recesso. Em sua primeira publicação, no dia 13 de fevereiro, na primeira página lia-se a filosofia pretendida pela Igreja, para o jornal:

"Jornal semanal e de índole essencialmente católica, apostólica, romana, será papal no mais estrito senso da palavra. Nós não saberíamos conceber um jornal católico sem que seja papal. Para um verdadeiro católico, depois de Deus, o Papa é tudo."<sup>55</sup>

Nesses tempos, a Igreja ainda deixava transparecer suas insatisfações com a situação ocorrida Pós-República. A autoridade do Papa era concebida publicamente como acima da autoridade dos governantes republicanos.

---

<sup>53</sup> Este episódio, pela sua importância, será analisado no Capítulo II, uma vez que, estabelecidas as relações, veremos caracterizada a primeira fase de atuação política da Igreja local.

<sup>54</sup> Ernesto A. BRANDALISE. *A Paróquia Sta. Tereza*. p. 31.

<sup>55</sup> O Jornal La Libertà, publicou em língua italiana o que segue:

"Jornale settimanale e d'indole prettamente ed essenzialmente cattolico, apostolico, romano, sarà papale nel piú stretto senso della parola. Noi non sappiamo concepire un giornale cattolico, senza che sia papale. Per un vero cattolico, dopo Dio, il Papa é tuto." *La Libertà*. Garibaldi, 13 fev. 1909. p. 1.

Se anteriormente houve a criação dos comitês católicos que, "... além de fazer surgir líderes no campo religioso e civil, constituiu verdadeiras comunidades eclesiais de base, unindo os católicos contra a perseguição maçônica"<sup>56</sup>, entre os anos de 1911 e 1913, foram criadas novas associações. Nesse momento, o combate ao perigo maçônico já não era o principal objetivo. O essencial estava no preparo das lideranças religiosas e civis que se formariam no interior de associações como o Apostolado da Oração, o Recreio Dante e Damas de Caridade.<sup>57</sup>

Se no primeiro momento os comitês foram instalados nas léguas (zona rural), agora as associações criadas e coordenadas pelo Mons. João Meneguzzi, membro do clero secular, cuidadosamente escolhido para dirigir os caminhos da romanização local, atingiam a população urbana.

Além de envolver os principais membros da comunidade municipal, quer homens, mulheres ou jovens, pois para cada um existia uma associação católica específica para atendê-los, fez demonstrar também que havia chegado o momento de intensificar as relações políticas da sua instituição com o poder de mando republicano local.

A construção da nova canônica foi uma de suas demonstrações, pois, à medida que Mons. João Meneguzzi atendia aos princípios da política de estadualização, também munia o clero da paróquia central de um elegante palacete, visto que:

" O empenho de dotar cada diocese de um prédio luxuoso para servir como residência episcopal prendia-se à tradição romanizante que concebia política e simbolicamente a posição de bispo como chefe supremo da igreja local e representante encarnado da figura do papa. Após a ruptura entre Igreja e Estado, era preciso edificar um espaço arquitetônico ajustado às pretensões de influência política e espiritual de que estavam imbuídos os integrantes da primeira geração de prelados nomeados pós-separação."<sup>58</sup>

O crescente desenvolvimento do município instigava a Igreja a investir na sociedade local. O governo do estado, em 1922, também voltou seus

---

<sup>56</sup> Ernesto A. BRANDALISE. *A Paróquia Sta. Tereza*. p. 33.

<sup>57</sup> Essas três associações serão analisadas no Capítulo II, pela responsabilidade que tiveram no processo de aquisição do poder administrativo municipal e por evidenciarem uma mudança na postura da Igreja.

olhares para a região dos colonos italianos católicos. A intendência local, tradicionalmente, possuía vínculos com o Partido Republicano Riograndense e na campanha eleitoral para Presidente da Província, desse ano, a disputa exaltou os ânimos dos colonos, principalmente, quando não lhes foram entregues os títulos de eleitor.

Padre Ernesto Brandalise externou sua opinião sobre a razão dessa omissão:

"O situacionismo empregou todas as fraudes imagináveis para a quinta reeleição. Não eram entregues os títulos de eleitor aos da oposição. ... Os da oposição resolveram ir até o Comitê Pró Assis. De lá dirigiram-se, novamente, para a Intendência (Prefeitura), de chicote na mão, pois grande número era de colonos, para reclamar o Título que não lhes era entregue."<sup>59</sup>

O enfrentamento político, ocorrido durante as eleições para presidência da Província, entre o intendente Coronel Penna de Moraes e os colonos que reclamavam a falta de seus títulos eleitorais, teve na figura do Mons. João Meneguzzi um pretendente a intermediador e apaziguador. O mesmo foi barrado às portas da intendência pela Brigada, quando pretendia obter justificativas do intendente, pela falta dos títulos.<sup>60</sup> Na ocasião, não houve disponibilidade para o diálogo, por parte do intendente, tendo o vigário que dispersar a multidão, a fim de evitar embaraços e enfrentamentos entre as autoridades civil, eclesiástica e os colonos.

A controvertida atitude do vigário ia de encontro a posição assumida por D. João Becker, Bispo diocesano, pois o mesmo havia-se declarado "simpático" à candidatura de Borges de Medeiros<sup>61</sup>. Tal fato demonstra a divergência de postura entre a Igreja estadual e a local.

As eleições finalizam com a vitória de Dr. Borges de Medeiros para o governo do estado, porém a religião católica ficou marcada, na região colonial, pela propaganda durante a campanha, na qual assistidas acusavam os borgistas de serem inimigos da religião católica. Inimigos pelo fato de serem

---

<sup>58</sup> Sergio MICELI. *A elite eclesiástica brasileira*. p. 142-143.

<sup>59</sup> Ernesto A. BRANDALISE. *A Paróquia Sta. Tereza*. p. 45.

<sup>60</sup> Ernesto BRANDALISE. *A Paróquia Sta. Tereza*. p. 45.

<sup>61</sup> *A Resistência*. Caxias do Sul, 22 nov. 1922. p. 4.

positivistas, portanto, incompatíveis. A propaganda foi de grande peso entre os colonos italianos, em sua grande maioria, confessadamente católicos.

Passados dois anos, em 1924, foi promovida a campanha eleitoral municipal. Desta vez, Dr. Borges de Medeiros e o PRR local lançaram mão, pela primeira vez, de um candidato italiano ao governo municipal.

A imprensa católica apoiava o candidato e, na tomada de posse na Intendência de Caxias, publicou:

"... o nosso Staffetta saúda no ilustre personagem Dr. Celeste Gobbato o grande intendente da paz, da prosperidade e do verdadeiro progresso deste nobre município de Caxias, a pérola das Colônias Italianas. Ele será certamente o homem providencial tendo sido sempre muito amigo dos agricultores e muito dedicado à agricultura."<sup>62</sup>

O intendente parecia ser o legítimo representante da sociedade que havia se formado com a imigração italiana. E, embora ele não fosse radicado no município, o fato de ser um italiano com estreitos vínculos com a atividade agrícola, tornou a sua indicação necessária para atender aos interesses da Igreja local, dos italianos católicos e do PRR estadual.

Para os deserdados da nação italiana e excluídos das decisões e barganhas políticas do situacionismo estadual, o progresso econômico do município trazia possibilidade de enquadramento no contexto sócio-econômico do plano de modernização do país. E no plano político seria necessário adotar estratégias para evitar o fortalecimento oposicionista, liderado por Assis Brasil.

A Igreja já havia educado muitos filhos de prósperas famílias de imigrantes em seus colégios religiosos municipais, durante a última década do séc. XIX e as duas primeiras do séc. XX. A imprensa católica local havia se encarregado de publicar as cartas pastorais, definindo para a população normas e padrões de comportamento e as associações católicas leigas, congregando cada membro da família (o homem, a mulher, os jovens), haviam formado e preparado os novos líderes sociais e religiosos.

---

<sup>62</sup> Conforme o texto original:

"... il nostro Staffeta saluta nell'illustre personaggio Dr. Celeste Gobbato il grande intendente della pace, della prosperità e del vero progresso di questo nobile municipio di Caxias, la perla delle Colonie Italiane. El sarà certamente l'uomo providenziale essendo sempre stato amicissimo degli agricoltori e molto dedicato all'agricoltura." *La Staffeta Riograndense*. Garibaldi, 22 out. 1924. p. 1.

Portanto, a sociedade local encontrava-se essencialmente "romanizada" e "europeizada", a ponto de incluir, além dos membros da sociedade civil já preparados, membros da própria hierarquia eclesiástica, na primeira e efetiva experiência italiana de poder local.

**Capítulo II**  
**Um Processo em Duas Fases**

## **II - Um Processo em Duas Fases**

Neste capítulo discutiremos nossa segunda hipótese, que vem a ser: no período de 1890 a 1924, a Igreja católica intensifica relações com o grupo de imigrantes italianos católicos, através da ativa atuação das associações católicas, para preparar lideranças na sociedade civil. Essas lideranças formariam o grupo social que deteria o poder governativo a partir 1924.

Para desenvolvermos esta hipótese, o capítulo terá por objetivo: (a) apresentar a versão do positivismo castilhisto e sua atuação em Caxias, versão essa geradora de descontentamentos em alguns grupos da sociedade caxiense; (b) analisar os conflitos travados entre clero, maçons e italianos católicos; as relações Igreja x Maçonaria; o caso Padre Nosadini e sua expulsão da Colônia; o fechamento da Loja maçônica; o papel desempenhado por Monsenhor João Meneguzzi e as associações católicas por ele organizadas.

### **2.1 A extensão do PRR em Caxias**

A versão castilhisto do positivismo como ideologia partidária para a sociedade rio-grandense demonstrou em sua aplicação: a burocratização do PRR; uma forte centralização, manifesta a partir da figura de Castilhos ; e a

constante valorização da perfeição da ordem constitucional, à qual atribuíam o progresso e a ordem vigentes no estado.<sup>1</sup>

A falta de alternância no poder também imprimiu uma das características dessa versão, o que a tornava extremamente autoritária. Contribuía para essa postura, também, a ausência de divisão dos poderes na administração pública, centralizando-os, assim, nas mãos do Presidente do Estado.

A submissão do indivíduo ao Estado, como forma de garantir a ordem e o progresso, atribuíram ao Estado conotação de Estado anti-liberal. Essa seria a forma de organizar a sociedade de maneira impessoal e de levar a termo o objetivo de regeneração da sociedade através de uma política moralizadora.<sup>2</sup>

Em 1891, em Caxias, foi redigida e aprovada a primeira Lei Orgânica Municipal, seguindo as diretrizes da Constituição Estadual do mesmo ano. Pela Lei Orgânica, ficara definido o território do município de Caxias, as atribuições e responsabilidades do intendente e sub-intendentes, assim como do Conselho Municipal.

Somente dois anos depois, em 1894, é que ficou estabelecida a Lei Eleitoral, qualificando os candidatos e eleitores, que deveriam ser cidadãos brasileiros, maiores de 21 anos e alfabetizados. Para os candidatos a cargos municipais, exigia-se, além da cidadania brasileira, idade mínima de 25 anos e residência no município há mais de um ano.<sup>3</sup>

Pela Lei Eleitoral estabelecida, ficava difícil o preenchimento dos cargos municipais por italianos e seus descendentes. Desta forma, até a metade da década de 20, os intendentes foram quase todos de origem lusa, salvo exceções ocorridas por rápidas substituições de vice-intendentes de origem italiana.

---

<sup>1</sup> Artur C. ISAIA. *O caxado da ordem - catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo*. p. 90-96.

<sup>2</sup> Id., *Ibid.*, p. 92.

<sup>3</sup> A. CAVAGNOLLI & Mari T.A. MIORELLI. *Boletim Informativo do Museu e Arquivo Histórico Municipal - Ocorrências*. Caxias do Sul, n. 8, dez., 1988.

As indicações dos lusos estavam ligadas ao controle centralizador exercido pelo PRR estadual, mantendo como intendentess os correligionários que fizeram de Caxias um de seus redutos até a década de 30.

Até as eleições de 1924, os italianos participaram do Conselho Municipal e dividiram com os lusos, os cargos dessa instituição. Porém, essa participação era cerceada pelas relações da política castilhistas, e, posteriormente, borgista, na qual não eram tidos como prioridade municípios de colonização italiana. Por outro lado:

" A razão do controle restrito sobre os 11 municípios coloniais parece situar-se no relacionamento dos colonos para com o governo estadual e na sua falta de integração dentro da cultura brasileira. O domínio imperfeito da língua portuguesa bastava para tolher a mobilização política fora do partido 'oficial'." <sup>4</sup>

Os Conselhos Municipais não possuíam poder de mando ou decisão, uma vez que a Constituição do estado dava ao seu presidente todo o poder de legislar e, se conveniente fosse, substituir intendentess, exercendo controle direto sobre as localidades.

Em Caxias, com a política articuladora do PRR estadual, os sobrenomes lusos mantinham-se nos cargos da intendência. Com freqüência, os membros vinculados ao PRR indicados para o cargo de intendente, ou ainda, para ocupar uma vaga no Conselho Municipal, eram, também, maçons.

Nos primeiros anos da administração republicana em Caxias, a participação dos maçons ganhou considerável espaço, seguindo uma tendência da qual:

"... o Marechal Deodoro, chefe da nação, sendo maçom, houve por bem colocar em postos-chaves da nova administração política, econômica e social, irmãos da mesma filosofia ...". <sup>5</sup>

Não fôra difícil para Caxias organizar um quadro republicano em consonância com os quadros estadual e nacional, vigentes no período. Embora a situação fosse de conformidade entre as estruturas políticas e díspares no que se referia às prioridades de atendimento, o município, reiteradas vezes,

---

<sup>4</sup> Joseph LOVE. *O regionalismo gaúcho*. p. 143.

necessitava organizar comissões para negociar diretamente com o governo do estado.

Em março de 1898, uma dessas comissões, nomeada pelo intendente municipal, José Cândido de Campos Jr., e integrada por Edmundo Gonçalves de Carvalho, João Antunes de Cunha Netto e José Domingos de Almeida, representou o "povo" de Caxias na posse de Borges de Medeiros. Ao presidente do estado afirmaram

“... que não lhe faltaria o apoio do povo caxiense.

O presidente salientou reconhecer o merecimento da região colonial e que, pela votação recebida em 25 de novembro último, percebeu como é arraigado o sentimento republicano dos caxienses, ao mesmo tempo em que se compromete a levar adiante o trabalho iniciado por seu antecessor, Julio de Castilhos.”<sup>6</sup>

Na troca de favores entre as comissões e os líderes do PRR, os caxienses engajavam-se no sistema de cooptação, como nas demais regiões do estado. A cooptação, em nível municipal, era feita através dos mecanismos utilizados pelo aparato ideológico, sendo exemplo disso discursos, cerimônias de homenagens políticas, elogios, inaugurações de retratos, entre outros.

No Jornal O Cosmopolita de 15/11/1902, uma nota publicada diz :

" ... Tenente Coronel Germano Parolini, oferecerá uma magnífica festa a seus amigos que vierem votar na eleição do dia 25, para a reeleição do dr. Borges de Medeiros.”<sup>7</sup>

O elogio a Borges era dado por escrito, e em língua italiana para que todo o povo pudesse compreendê-lo. O elogio vinha mesmo quando o candidato indicado para as eleições municipais era de descendência lusa, o candidato Serafim Terra .

A nota da imprensa publicava :

"O dr. B. de Medeiros não podia designar pessoa mais adequada para o cargo de intendente de Caxias, nesta vila que necessita de um dirigente que realize todas as suas reais necessidades. O sufrágio de todos os habitantes de Caxias será a verdadeira prova da grande estima, e das esperanças depositadas no novo intendente.

---

<sup>5</sup> E. VASQUES & O.D.B. DUTRA . *Maçonaria em Caxias*. p. 15.

<sup>6</sup> *O Caxiense*. Caxias, 15 mar. 1898. p. 1.

<sup>7</sup> *O Cosmopolita*. Caxias, 15 nov. 1902. . p. 1.

Não é um sonho político, mas é um dever administrativo que cada habitante de Caxias vote para o dr. Serafim Terra.”<sup>8</sup>

À medida que o PRR cristaliza-se no poder local, as simpatias e os ideais de progresso tomavam corpo junto a uma camada da sociedade civil, cujos interesses eram atendidos, mesmo que de forma morosa. Uma outra parte da sociedade civil solicitava, aos administradores, uma maior atenção com relação aos mais pobres e pedia também que suas intenções não fossem apenas com os *graúdos*.<sup>9</sup>

Os descontentes com os planos regidos pelo Partido Republicano Riograndense consideravam os chefes locais meras figuras decorativas, que, a exemplo dos conselhos municipais, não governavam, obedeciam.

Outros grupos da economia local revelavam seus descontentamentos, quando atingidos por atitudes como a do intendente, de indeferir os requerimentos dos exportadores de vinho, que pretendiam a liberação de multas contraídas.<sup>10</sup>

Os grupos aliçados das barganhas do PRR encontraram campo favorável para manifestarem seus descontentamentos, por ocasião das eleições estaduais de 1922. Na disputa entre Borges e Assis Brasil, uma parte da sociedade civil de Caxias manifestou-se pró-Assis, engrossando o caldo da oposição emergente. No município houve situações perturbadoras, levando a Intendência a qualificar o povo de “ingrato”.

Pouco tempo depois, na tentativa de reverter o contexto oposicionista instalado no município, ao realizarem-se as eleições municipais, o PRR facultou a candidatura de um elemento italiano, para concorrer ao pleito e assumir as diretrizes republicanas, velha aspiração do grupo de italianos católicos.

---

<sup>8</sup> No jornal, a matéria foi publicada em língua italiana, como segue: “Il dott. B. de Medeiros non poteva designare persona piú adatta per l’ufficio d’intendente di Caxias, in questa villa che necessita di aver un capo che provveda a tutti i suoi reali bisogni. Il suffragio di tutti gli abitanti di Caxias sarà prova palese della grande stima, e delle sperranze riposte nel nuovo intendente.

Non è un sogno politico, ma è un dovere amministrativo che ogni abitante di caxias ha di votare per il dott. S. Terra”. *O Cosmopolita*. Caxias, 12 ago. 1904. p. 2.

<sup>9</sup> *Il colono Italiano*. Garibaldi, 03 fev. 1912. p. 2.

<sup>10</sup> *O Cosmopolita*. Caxias, 20 set. 1904. p. 2.

Para o grupo de maçons, imbuídos do espírito republicano, as possibilidades políticas mantiveram-se até 1903, momento em que a Loja Maçônica foi fechada. Esse período foi concomitante à implantação e à sedimentação da versão castilhistas para o governo estadual, cujo discurso privilegiava os objetivos de ordem, progresso, evolução para o estado positivo da sociedade, bem como a regeneração moral da sociedade.

No município, foi o momento de maiores embates e entraves entre a administração republicana com influências maçônicas e a facção católica. A Igreja e também os italianos, ainda descontentes com a perda dos Estados Pontifícios, viam na administração e nos elementos maçons os inimigos anticlericais.

Observando o processo político, podemos concluir que a Igreja, pretendendo estabelecer um clima de cristandade na região colonial, e encontrando a facção dominante politicamente aliada a elementos maçônicos, procurou atacar essa presença, enfrentando, conseqüentemente, as administrações do PRR.

Vemos, assim, que em um mesmo contexto interagiam duas posturas filosóficas diferentes, ambas buscando ascendência na sociedade civil. Com relação à filosofia positivista e ao pensamento católico vigentes, Artur C. Isaia escreve:

"Estado forte, antiliberalismo, política moralizadora, conservadorismo; essas idéias tão caras ao comtismo, servem de ponto de intersecção entre dois sistemas de idéias alicerçados em parâmetros opostos: positivismo e catolicismo. Tanto o comtismo quanto sua reinterpretacão castilhistas, coincidem com posições que no terreno político, identificavam o ideário difundido pela Igreja."<sup>11</sup>

Embora a nível de idéias existisse um ponto de intersecção entre as duas posições gerenciadoras, a nível prático, em Caxias, o anticlericalismo dos administradores, visto pelo clero italiano aqui atuante, mobilizou os imigrantes italianos católicos contra uma administração dependente, sem

---

<sup>11</sup> Artur C. ISAIA. *O cajado da ordem - catolicismo e projeto político n Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo.* p.96-97.

poderes decisórios, que, na maioria dos casos, não atendia aos interesses dos colonos.

A Igreja assumiu parte desse papel político, angariando com isso, além da efetivação da política de romanização local, um posto de confiança que lhe conferiu, em um segundo momento político, o papel de formadora de uma elite representante do grupo de italianos católicos e ela própria, também, passou a representar esse grupo.

## ***2.2 O primeiro momento: enfrentamentos***

O Estado da República Velha, no Rio Grande do Sul, possuía características positivistas, tais como, a visão harmônica da sociedade, o autoritarismo, o aparato estatal administrativo burocratizado, o indivíduo submetido a uma sociedade rígida e hierarquizada. Seu papel era modernizador, o que se traduzia na tentativa de industrialização, na viabilização de entrada de capital estrangeiro, na proposta de urbanização e também na tentativa de facilitar a circulação interna dos produtos gaúchos, através da encampação de portos e estradas de ferro. Essa modernização auxiliaria na ultrapassagem da condição secundária, ocupada pelo Rio Grande do sul, com vistas ao enfrentamento da hegemonia do estado paulista no contexto nacional.

Para a construção da hegemonia rio-grandense, a região de colonização italiana foi uma base pela sua dinamização econômica e social, expressa no modelo vitivinícola e na agricultura diversificada das pequenas e médias propriedades rurais.

A articulação social foi favorecida pelos elementos da política de romanização, implementada pela Igreja católica, com o objetivo de retomar o clima de cristandade em nível local .

Tanto o Partido Republicano Riograndense, quanto a Igreja católica buscaram sempre a hegemonia dos grupos em Caxias. O PRR cooptou,

com seu idela de ordem e progresso, nos primeiros tempos da Colônia, os membros da Maçonaria, ligados ao incipiente comércio e a algumas profissões liberais. A Igreja atuou na camada rural dos colonos italianos, através de idéias que levavam à esperança e à fé em uma vida de conforto espiritual e material, em contrapartida ao abandono e às dificuldades do reinício pós-imigração.

Desde a fundação da 1ª Loja Maçônica, em Caxias, no ano de 1887, os italianos católicos viam o fortalecimento dos membros da sociedade que se estruturava, principalmente em nível administrativo, ou seja, o poder decisório estava em mãos anticlericais. Aos olhos da hierarquia eclesial era uma dupla heresia : uma por serem maçons e outra por empunharem o ideário positivista.

Embora Leão XIII, nesse período, tenha tentado reverter a postura da Sé romana, renovando-a com a *encíclica Rerum Novarum*," A neo-escolástica permitiu a aliança do catolicismo com o positivismo ... ." <sup>12</sup> Na Colônia, a posição do clero ainda era a vivenciada no período anterior a Leão XIII. Posição essa de condenação ao Modernismo, ao Racionalismo e ao Liberalismo.

Frente ao processo em análise e à documentação pesquisada, podemos dizer que o atraso na postura da Igreja local promoveu o seu enfrentamento com os membros da Maçonaria em sua maioria, elementos do PRR atuantes na administração pública.

O PRR, naquele momento, já tinha o consenso local, pela confiança depositada na doutrina positivista. Cabia à hierarquia eclesiástica, contrária àquela ideologia e àquele poder político-administrativo do PRR, obstaculizar o processo hegemônico.

Como mencionamos no primeiro capítulo, a fim de reverter esse quadro, a Igreja transferiu para Caxias um jovem membro de sua hierarquia, Padre Nosadini. Ele chegou em fins de 1895, e uma de suas primeiras providências foi a fundação das Sociedades Católicas, também conhecidas como Comitês ou Comitatos. O objetivo primordial dessas sociedades era formar líderes nos campos religioso e civil, congregando-os, também, em torno

---

<sup>12</sup> Antonio GRAMSCI. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. p. 340.

da luta anti-maçônica. O Padre Nosadini trabalhou ativamente, organizando as sociedades na zona rural. A Paróquia Santa Tereza sediava um dos Comitês, e os demais, organizados nas léguas, eram considerados seções daquele. Na presidência de todos estava Padre Nosadini .

Tornou-se uma prática instituir uma pessoa como "padrinho" de cada seção dos comitês, preferencialmente algum membro de destaque na comunidade. Na mesma cerimônia em que se instituía o "padrinho", procedia-se à benção de uma bandeira representativa da seção.

No ano de 1898, os comitês reuniam oitocentos italianos como associados <sup>13</sup> da Federação Católica Caxias, distribuídos nos seguintes comitês:

**Quadro 3**  
**Comitês da Federação Católica Caxias**

Comitês e Círculos	Légua	Padrinho
Comitê Sto. Antonio	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Léguas	-----
Comitê S. Giuseppe	9ª Légua	-----
Comitê B.V. della Neve - S. Marco da Linha Feijó e Círculo Tanisio	9ª Légua	-----
Comitê S. Fermo	4ª Légua	Germano Parolini
Comitê Sto. Antonio e B.V. del Caravaggio	6ª Légua	Francisco Meneguzzo Luigi Michielin
Comitê S. Luigi	6ª Légua	Antonio Florian
Comitê S. Ambrósio	6ª Légua	Ambrosio Bonalume
Comitê B.V. Monte Bérico	-----	Antonio Moro
Comitê B.V. della Salute	9ª Légua	G.B. Grossi e Presidente Giuseppe Andrezza
Comitê Sta. Giustina	9ª Légua	-----
Comitê S. Vigilio	6ª Légua	-----
Comitê S. Gregorio	5ª Légua	-----

Fonte:. *Il Colono Italiano*. Caxias, 15 jul. 1898. p. 1.

Esses comitês, reunidos sob a liderança da Federação Católica Caxiense, esclareciam que as sociedades não possuíam nenhum fim oculto e nem mesmo causariam perigo à ordem pública ou ao governo. Vejamos as palavras do Padre Nosadini , em sessão solene do dia 14 de outubro:

<sup>13</sup> *Il Colono Italiano*. Caxias, 01 jan. 1898. p. 1-3

" Eu, a princípio de tais declarações, tenho somente a dizer que a política está absolutamente excluída de nossa Sociedade, e que nós, italianos católicos que as compomos, faremos voto para o bem-estar e a prosperidade do país que nos hospeda e não faremos a desobediência à lei e às autoridades legitimamente constituídas ".<sup>14</sup>

O padre se referia ao fato de aquelas sociedades serem condenadas e perseguidas na Itália sob a acusação de terem cunho anarquista. O jornal *O Caxiense*, de propriedade do então intendente municipal, Campos Junior, publicou telegrama enviado de Roma, pelo Marquez de Rudini, o qual dizia sobre as mesmas:

"Estas são ameaças à manutenção da ordem pública, são centros subversivos; tanto que o Governo ou regime político vigente na Itália, é sólido o suficiente para não se deixar abalar por tais idéias. No entanto, sempre é possível que surjam daí perturbações da ordem pública." <sup>15</sup>

Com a publicação desse telegrama, o referido jornal pressionou os brasileiros a não se filiar a tais associações, sob pena de incoerência flagrante.

Pelos estatutos das Sociedades Católicas <sup>16</sup> eram previstas algumas prerrogativas para seus filiados, tais como:

a) deveriam dilatar cada vez mais, entre os católicos, a Ordem Terceira Franciscana, bem como as associações católicas, meio excelente de aperfeiçoamento dos indivíduos para obterem rapidamente o triunfo do Reino de Deus sobre o do Diabo;

b) atuar efetivamente para começar uma corrente em prol do repouso aos domingos, em consonância com as normas existentes na Itália. A presidência ficaria encarregada de buscar meios para que fosse instituído em Caxias um mercado semanal e fosse suspenso aquele existente aos domingos;

---

<sup>14</sup> Transcrição da nota conforme original: "Io al principio di tale adunanza tengo a solennemente dicchiare che la politica é assolutamente esclusa dalle nostre Società e che noi cattolici italiani che le componiamo facciamo voti pel benessere e per la prosperità del paese che ci ospita e non verremo mai meno all'obbedienza alle leggi ed all'Autorità legittimamente costituite.". *Il Colono Italiano*. Caxias, 1 jan. 1898. p. 1-3.

<sup>15</sup> *O Caxiense*. Caxias, 15 jan. 1898. p. 2.

c) manter vigília para que houvesse o catecismo nas escolas italianas, e manter os seus filhos longe daquela em que tal ensinamento esteja excluído;

d) considerando que o objetivo da sociedade católica era o de providenciar não só o bem-estar espiritual, mas também o material dos seus membros, deliberava instituir uma Secretaria do Povo, na qual os membros da sociedade obteriam, gratuitamente, conselhos, endereços e ajuda nos momentos em que não conseguissem resolver sozinhos seus problemas;

e) todos os membros da sociedade católica deveriam abster-se de ler qualquer jornal que não fosse de sentido católico. Para que esse item fosse atendido, uma vez por mês circularia o jornal *IL Colono Italiano*. Este manter-se-ia longe da política, mas animando os católicos a desenvolver uma ação católica e sobretudo a obediência às autoridades civis e eclesiásticas legitimamente constituídas.

Tais estatutos demonstravam, no nosso entender, as desconfianças da Igreja em relação aos comportamentos da sociedade moderna, e também em relação ao poder governativo nos aspectos da não-obrigatoriedade do ensino religioso e da não-observância do descanso aos domingos. Suas prerrogativas enquadrariam a população de imigrantes católicos no mais perfeito clima de cristandade.

O processo de romanização, além de buscar o triunfo do Reino de Deus, buscava: legalizar o descanso aos domingos (movendo para os dias de semana o mercado); auxiliar oficialmente na busca de meios materiais e escolas apenas com ensino religioso, excluindo as públicas. Tal processo culminava com a recomendação da leitura de jornais com espírito católico.

Essas determinações acabaram por provocar desconforto junto à administração pública. Alguns membros de grupos representativos do comércio local voltaram-se contra os italianos católicos que, àquelas alturas, eram parte da massa devota do referido padre.

---

<sup>16</sup> *Il Colono Italiano*. Caxias, 01 jan. 1898. p. 1-3.

Ricardo da Cruz Netto, membro da sociedade maçônica, em 1977, sobre o assunto escreveu:

" O povo em geral era bem intensionado e pacífico, mas, naquela época, sem instrução e muito obediente e crente nos sacerdotes, aceitou o que se lhe pregava, passando a constituir o 'eleitorado' do padre, que assim adquiriu 'poder'. Isto é preparou a 'massa', .... e, assim, do pulpito começou a investir contra os maçons, e fora dali, por sua influência, começaram as intrigas, subornos, denúncias, difamações, brigas, emboscadas, ameaças e boicotes e tudo quanto os pudesse atormentar."  
17

Aos grupos de comerciantes e funcionários da administração, a atuação do Padre oferecia grandes obstáculos à hegemonia por eles mantida.

Podemos afirmar que Padre Nosadini atuou como um intelectual de tipo rural, identificado por Gramsci como aquele membro ligado à massa social camponesa e pequeno-burguesa das cidades, o qual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local, o que lhe confere uma grande função político-social<sup>18</sup>. Na zona rural, o intelectual, representado pelo padre, era visto pelo contadino, como uma representação do que gostaria de ser. A possibilidade de algum membro da família vir a ser um religioso, isto é, um intelectual, conferia a ela um grau de status. Padre Nosadini interpretou exatamente o papel atribuído ao intelectual de tipo rural, pois a organização dos colonos italianos, para solicitar resoluções de seus problemas, iniciou a partir de sua atuação. O padre conseguiu, até certo ponto, reunir em torno de si, os colonos, e estes, por sua vez, dependiam de Nosadini para se fazerem ouvir.

Durante sua permanência em Caxias, o Padre mobilizou os colonos de tal forma, em torno dos 'comitatos' que, ao menor sinal de descontentamento, os católicos, promoviam manifestações de desagrado, criticando sempre a administração.

Um exemplo disso foi a cerimônia na qual brasileiros e italianos deveriam comemorar, na data de 20 de setembro de 1897, o aniversário da unificação italiana e da proclamação da república rio-grandense. A cerimônia organizada pela intendência expôs os retratos de Giuseppe Garibaldi, Bento

---

<sup>17</sup> Ricardo da C. NETTO In E. VASQUES & O.D.B. DUTRA. *Maçonaria em Caxias*. p. 29-30.

Gonçalves, Floriano Peixoto, Deodoro da Fonseca, Julio de Castilhos e da família imperial da Itália. Descontente com o toque político da confraternização, o padre manifestou-se contra a mesma condenando-a do púlpito.<sup>19</sup>

Outro exemplo de manifestação aos descontentamentos refere-se aos casamentos. Conforme nota no jornal *O Caxiense*, de 6 de novembro de 1897, o vigário realizava os casamentos, efetuando a cerimônia religiosa, desaconselhando, no entanto, o casamento civil. Nessa nota, o jornal aconselhava que o mesmo fosse realizado, uma vez que apenas ele possuía força de lei no país.

A obrigatoriedade do casamento civil, vista pela Igreja como um ato coercitivo, representava a invasão do domínio alheio e o abuso do poder temporal para intervir no domínio da consciência, no domínio do poder religioso.

20

Esta mescla entre poder temporal e poder espiritual subjacente na ótica da hierarquia católica facultava a ela sustentar

"... que não pode haver dupla soberania sobre a mesma ordem de objetivos, isto exatamente porque sustenta a distinção dos fins e declara-se a única soberana no terreno espiritual."<sup>21</sup>

As manifestações de descontentamento entre a massa devota do padre Nosadini e os grupos que administravam Caxias, tiveram seu clímax no assalto à casa canônica, na noite de 07 de fevereiro de 1897, de onde retiraram o padre Nosadini e o expulsaram de Caxias. Segundo informou Ricardo da Cruz Netto<sup>22</sup>, um estudioso em Maçonaria, tal feito foi atribuído ao grupo maçom, alvo constante do padre e suas sociedades. Embora toda a oposição católica local, a Maçonaria crescia, tendo neste período, ingressado na Ordem " ... em 1895, entraram 12 iniciados, em 1896 entraram 16, e em 1897 entraram 32."<sup>23</sup>

---

<sup>18</sup> Antonio GRAMSCI. *Os intelectuais e a organização da cultura*. p. 13.

<sup>19</sup> Heloísa BERGAMASCHI In E.R. ALVES & L.S. GIRON. *Caxias do Sul: homem, tempo, espaço - subsídios*. p. 82.

<sup>20</sup> *La Libertà*. Garibaldi, 25 set. 1909. p. 3.

<sup>21</sup> Antonio GRAMSCI. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. p. 314.

<sup>22</sup> Ricardo da C. NETTO In E. VASQUES & O.D.B.. DUTRA. *Maçonaria em Caxias*. p. 30.

<sup>23</sup> Id., *Ibid.*, p. 31.

O jornal católico, *Il Colono Italiano*, questionava a Maçonaria com malícia ao perguntar se uma sociedade fraterna e beneficente, " precisa ser secreta? Porque não expõe à clara luz seus objetivos ? " <sup>24</sup>

As críticas às sociedades secretas, por parte da Igreja católica, não eram apenas locais. A cada novo papado, novas encíclicas condenatórias eram promulgadas. Vejamos a seguir:

" De Pio IX a Leão XIII, ou seja de 1846 a 1903, encontramos nada menos do que 350 intervenções pontifícias contra a Maçonaria. Praticamente todas elas vêem nas Lojas uma espécie de conspiração contra a Igreja e os regimes monárquicos. (...). A separação entre a Igreja e o Estado, e a proclamação da liberdade de consciência, com a conseqüente secularização da vida social, propugnadas pelos liberais, aparecem, naquela época, aos olhos de muitos católicos como ações diretamente dirigidas contra a Igreja Católica e contra os legítimos poderes constituídos. Daí a repetição das condenações da Maçonaria, que se apresenta como impulsora dessa separação." <sup>25</sup>

A Maçonaria, por sua vez, empenhava-se em fazer fracassar a propaganda ultramontana em favor do ensino religioso nas escolas. Visava impedir, também, o triunfo do movimento social católico e recolocar a sociedade secreta em posição-chave política e socialmente. <sup>26</sup>

Após a expulsão do padre Nosadini, as acusações de envolvimento da Maçonaria na execução do atentado à casa canônica levaram o intendente maçom Campos Jr., a questionar a Loja sobre seu envolvimento no atentado. Segundo Ricardo da Cruz Netto, o intendente, ouvindo uma resposta negativa, falou: " ... teria sido um gesto muito delicado e perigoso, pois com isso estariam atraindo a animosidade da população." <sup>27</sup>

O intendente Campos Jr., em relatório ao presidente do estado, sobre a questão Nosadini, dizia temer sua deposição e alertava para os perigos da permanência do vigário, uma vez que aconselhava os colonos a solicitar a saída do intendente. <sup>28</sup>

---

<sup>24</sup> *Il Colono Italiano*. Garibaldi, 09 out. 1913. p.2.

<sup>25</sup> Pe. Jesús HORTAL. *A Maçonaria e a Igreja, in Pergunte e responderemos*. p. 62.

<sup>26</sup> *Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 22 abr. 1920. p 2.

<sup>27</sup> Ricardo da C. NETTO In E. VASQUES & O.D.B.. DUTRA. *Maçonaria em Caxias*. p. 31.

<sup>28</sup> J.S. ADAMI. *História de Caxias do Sul*. p. 248.

As autoridades eclesiásticas acharam por bem transferir o padre Nosadini para a localidade de Nova Pádua e

"... durante o tempo em que lá estive, assinava os registros: 'Pe. Pedro Nosadini, Vigário de Caxias'. Os caxienses iram batizar os filhos ou casar-se em Nova Pádua."<sup>29</sup>

A expulsão do padre Nosadini não fez diminuir as queixas dos colonos. Os ressentimentos existentes, diante do predomínio luso, levavam os colonos a solicitar cónsules italianos mais enérgicos, pois os que residiam em Caxias, necessitavam recorrer contra a prepotência das autoridades locais. Queixavam-se os colonos que os funcionários enviados pelo PRR em suas acomodações de cooptação eram viajantes nesta cidade e enriqueciam às custas da sopa preparada pelos imigrantes.

O clero, por sua vez, demonstrava seu descontentamento pelo fato de lusos deterem o poder local. Por vezes, negavam atendimento aos brasileiros. Padre Donato, em uma madrugada, recusou-se a atender a um chamado, pois o mesmo havia sido feito por um emissor que falava português. Na manhã do dia seguinte, o padre relatou:

"... dirigindo-me para a agencia do correio para buscar minhas correspondências, ahi me disseram que havia fallecido quasi improvisamente d. Luiza Sassi. Nesta ocasião exclamei: Meu Deus, eu pensei, que fosse a brasileira."<sup>30</sup>

A senhora Sassi era italiana e pertencente a uma família de muita influência. O episódio provocou ainda mais dissabores entre os luso-brasileiros, diretamente atingidos pelo descaso do clero italiano.

Quando da realização do IIº Congresso Católico Italiano em Caxias, em maio de 1898, o número de participantes foi superior a duas mil pessoas, e, segundo a imprensa católica, poderia ter sido o dobro, caso não tivessem ocorrido pressões para que a população ficasse em casa.<sup>31</sup>

Até aqui caracterizamos a primeira fase do processo de confrontos entre a hierarquia eclesial, os italianos católicos, os maçons e os membros da

---

<sup>29</sup> Pe. Ernesto BRANDALISE. *A Paróquia Sta. Tereza*. p. 32.

<sup>30</sup> *Il Colono Italiano*. Garibaldi, 01 jul. 1911. p. 1.

intendência. O período estende-se até o ano de 1911, quando é nomeado um novo coadjutor, Monsenhor Meneguzzi .

No tempo que sucedeu à saída de Padre Nosadini, a Paróquia Santa Teresa enfrentou sucessivas trocas de párocos. Segundo Padre Ernesto Brandalise, Caxias foi castigada pela expulsão do Padre Nosadini e ficou sem Vigário durante seis meses. Apenas em dezembro de 1898, nomearam um Vigário, Padre Antonio Pertille, cuja tarefa Brandalise informou ter sido *reconciliar* os ânimos exasperados devido à luta religiosa, sustentada pelos antecessores com os carbonários e maçons.<sup>32</sup>

As constantes trocas de padres, ao que indicam os documentos disponíveis, ocorreram por desentendimentos entre esses e a comunidade. Até mesmo o jornal "*Lá Libertá*", fundado pelo Padre Carmine Fasulo e posteriormente sob direção do Pe. Baldasserre "... tornou-se inútil e escandaloso, insultando sacerdotes, fabriqueiros e fiéis."<sup>33</sup>

Até mesmo os livros de registros como batismo, casamento e óbitos tiveram prejuízos irrecuperáveis. O livro de registro de óbitos ficou sem registro dos assentamentos desde o ano de 1893 até o ano de 1909.<sup>34</sup> Neste ano, assumiu Pe. Ângelo Donato, cujo trabalho esteve voltado à reorganização administrativa da Paróquia. Um aspecto era resolvido, porém continuava faltando um sacerdote que articulasse novamente os princípios da política de romanização. Ele havia sido recomendado por D. Cláudio José Ponce de Leão em sua visita pastoral de 1904, que via a necessidade de um sacerdote secular, preparado o bastante para uma sociedade civil em franco desenvolvimento.

Não foram apenas as Sociedades Católicas de Padre Nosadini que congregaram os italianos católicos durante aquele primeiro momento. Existiu também o Círculo S. Luis Gonzaga para os moços católicos, tendo sido nomeado presidente Carlos Balen. Esse Círculo estava integrado ao Círculo da

---

<sup>31</sup> *Il Colono Italiano*. Caxias, 15 maio 1898. p. 1.

<sup>32</sup> Pe. Ernesto BRANDALISE. *A Paróquia Sta. Tereza*. p. 32-33.

<sup>33</sup> Id., *Ibid.*, p. 35.

<sup>34</sup> Id., *Ibid.*, p. 35.

Juventude Católica que postulava sobre a defesa da pequena propriedade e sobre a salvação do patrimônio da fé.<sup>35</sup>

Dentre as atividades desenvolvidas pelos moços do Círculo, estava o grupo de teatro católico, cuja idéia era manter os jovens católicos longe do indiferentismo social.<sup>36</sup>

Se aquelas sociedades preparavam os espíritos dos mais velhos para tentarem a ruptura da estrutura vigente em nível local, esta segunda impelia os espíritos, desde jovens, a buscar respostas espirituais e também políticas.

Neste momento, a atuação das Sociedades Católicas desempenharam um papel fundamental que foi além dos objetivos da romanização. Este papel foi o de instigar, no grupo de italianos católicos, a busca da unidade e do consenso com vistas ao poder de mando local. Nesse sentido, foi necessário o enfrentamento com o grupo politicamente dominante, naquele momento, composto por lusos e maçons republicanos.

O PRR local, a exemplo da hierarquia eclesial, passou por um período no qual suas ações administrativas concentravam-se em reagir às tentativas de cisão de sua preponderância político-administrativa .

De 1898 a 1911, as crises políticas sucediam-se provocando trocas de intendentes, bem como dos conselheiros. A falta de consonância entre intendente, fiéis ao PRR estadual e à prática castilhistas, e o conselho, formado pelos interesses locais, provocava crises como a de 1905. Nesse ano, o Conselho não aprovou as contas do intendente Serafim Terra e reduziu consideravelmente o orçamento para o ano seguinte. O intendente recorreu ao PRR, em Porto Alegre, obtendo ganho de causa quanto ao orçamento. Os conselheiros sentindo-se desautorizados exoneraram-se, sendo necessárias novas eleições.<sup>37</sup>

O novo conselho pareceu corroborar as intenções do intendente, pois segundo comentou o historiador Mário Gardelin, em recente trabalho sobre

---

<sup>35</sup> Pe. Ernesto BRANDALISE. *A Paróquia Sta. Tereza*. p. 35.

<sup>36</sup> *Il Colono Italiano*. Garibaldi, 19 nov. 1910. p. 2.

<sup>37</sup> Mário GARDELIN. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores 1892-1950*. p. 38.

a Câmara Municipal, o conselho eleito anulava atos do conselho anterior, dava parecer favorável às contas municipais e sobretudo passava telegrama ao Presidente do Estado, "... assegurando indefectível fidelidade partidária."<sup>38</sup>

Quando as sociedades católicas ganharam impulso, pela liderança de Padre Nosadini, o grupo que representava o poder político local demonstrava sua falta de coesão . O intendente representava uma facção de interesses, enquanto o Conselho representava outra. A falta de paridade entre intendentess e conselhos, que parece ter sido uma constante, levou italianos católicos a aproveitarem o fato, avançando na formação de líderes civis que pudessem, oportunamente realizar a consonância entre ambos .

Os maçons, por sua vez, permaneciam na Intendência, porém a situação " ...naquelle templo onde a fraternidade devia ser rigorosamente observada, era, pelo contrário, o foco da discordia, da difamação e da anarchia ...".<sup>39</sup> Configurou-se o desequilíbrio, que levou ao fechamento da Loja Maçônica no ano de 1903, por determinação do Grão Mestre do Grande Oriente de Porto Alegre.<sup>40</sup> Essa atitude significou, posteriormente, uma redução da participação desse grupo na intendência local. Essa situação, associada ao avanço social e político promovido pelas organizações católicas leigas, favoreceu o início da passagem do grupo dirigido a grupo dirigente.

Com o fechamento da Loja Maçônica perdurando até o ano de 1931, quando foi fundada uma nova loja, os membros que fizeram parte dela, acabaram fundando novas associações e "pulverizando-se" entre elas no momento em que a referida loja foi encerrada em 1903. Uma dessas associações foi a Associação dos Comerciantes, hoje Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul.<sup>41</sup>

Nessa primeira fase, o catolicismo vigente no grupo de imigrantes italianos possibilitou à Igreja retomar seus desejos de, se não ser o próprio

---

<sup>38</sup> Mário GARDELIN. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores 1892-1950*. p. 39.

<sup>39</sup> *O Cosmopolita*. Caxias, 21 jun. 1903. p. 1.

<sup>40</sup> Id., *Ibid.*, p. 1.

<sup>41</sup> Ricardo da C. NETTO In E. VASQUES & O.D.B. DUTRA. *A Maçonaria em Caxias*. p. 26.

Não é objetivo deste trabalho investigar a atuação dos maçons em situações que não sejam de envolvimento direto com a administração pública e a hierarquia eclesial, no período proposto para essa pesquisa. Portanto, esse assunto fica como sugestão para um futura investigação.

Estado, ao menos penetrar nele, apoiando-se, para isso, na ação leiga das associações e ou sociedades católicas. Ratifica essa análise as palavras de Gramsci:

"A Igreja, na sua fase atual, em virtude do impulso proporcionado pelo Papa à Ação Católica, não pode concentrar-se apenas em formar padres; ela almeja permear o Estado (...) e para isso são necessários os leigos, é necessária uma concentração de cultura católica representada por leigos. Muitas personalidades podem-se tornar auxiliares mais preciosos da administração, etc., do que como cardeais ou bispos."<sup>42</sup>

Embora os "Comitatos" fundados por Nosadini ficassem sem uma de suas tarefas a partir de 1903, a de lutar contra o avanço da Maçonaria, o período que segue parece ter sido marcado pela tentativa de conciliação entre Igreja e republicanos lusos e italianos. Essa postura já era vivenciada em nível de estado, uma vez que, castilhismo e catolicismo possuíam um padrão de relacionamento harmônico.<sup>43</sup>

A tentativa de conciliação da Igreja local, com os republicanos, no período que se seguiu à expulsão do Padre Nosadini, comparou-se a um remédio amargo que precisava ser ingerido para a melhora do corpo político. A divisão dos grupos não era salutar, pois mantinha Caxias afastada do poder decisório estadual e poderia ser analisada como uma postura liberal, quando o positivismo castilhista possuía a idéia de *colaboração corporativa* como mecanismo para o progresso.

Conciliar os grupos locais foi tarefa empreendida pela Arquidiocese, cujo pensamento político corroborava idéias do positivismo castilhista, especialmente aquela sobre os homens que deviam conduzir a sociedade. Para o arcebispo, "condutores de homens" seriam aqueles que têm "... a vontade de moldar e conduzir outros a um fim elevado".<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> Antonio GRAMSCI. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. p. 308.

<sup>43</sup> Artur C. ISAIA. *O cajado da ordem - Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo*. p. 103.

Com relação ao padrão de relacionamento castilhismo-catolicismo, consultar a tese de doutoramento de Artur C. Isaia acima citada.

<sup>44</sup> D. João BECKER Apud Artur C. ISAIA. *O cajado da ordem - Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo*. p. 110.

Em Caxias, a tarefa do "condutor" seria obter o consenso dos grupos locais, com vistas à aproximação da política local com a estadual. Para a Arquidiocese, o homem era Monsenhor Meneguzzi, cujo desempenho prepararia o grupo de italianos católicos para o consenso.

Enfrentamentos; criação de associações católicas; divisões e enfraquecimento político; ausência, no PRR, de uma liderança altruísta e identificada com o bem comum; tentativa de conciliação entre Igreja e republicanos foram características da primeira fase do processo de aquisição do poder político- -administrativo pelos italianos católicos.

### ***2.3 Segundo Momento: Monsenhor Meneguzzi e a Mudança de Postura da Igreja Local***

Iniciada a ruptura da hegemonia do PRR local, pela Igreja, via associações e sociedades católicas leigas, o processo de aquisição do poder político-administrativo de Caxias passará por uma segunda fase, a partir de 1911, com a chegada de Monsenhor João Meneguzzi. Orientado pelos superiores da Arquidiocese de Porto Alegre para reconduzir a Igreja local nas relações com o estado, Meneguzzi atuou com base nas associações e sociedades católicas leigas.

Homem de larga visão política, conhecia os caminhos que levavam a Igreja a uma aproximação dos grupos fundamentais, e, ao mesmo tempo, conhecia os caminhos que a afastavam do grupo dominante, como acontecera na primeira fase do processo, contrariando o padrão de posicionamento do catolicismo rio- -grandense. Este padrão, segundo Artur Cesar Isaia, era " baseado em um 'modus vivendi' harmônico" <sup>45</sup> com a prática castilhista.

---

<sup>45</sup> Artur C. ISAIA. *O cajado da ordem: Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo.* p. 103.

Ainda segundo o mesmo pesquisador,

"... o catolicismo rio-grandense via com simpatias uma experiência governamental fundamentada em princípios como a moralidade como norma administrativa, o apelo à ordem, o desdém à consulta popular como princípio legitimante e realizador do bem comum ...".<sup>46</sup>

Fora da tutela do estado, existia a necessidade constante de prover a Igreja e suas obras de verbas que garantissem o aumento do seu patrimônio e não o desgaste do mesmo.

Assim, era preciso investir em uma postura que não fosse de oposição e nem de enfrentamentos ao poder do partido dominante, mas que, enquanto instituição, a Igreja fizesse muitas concessões aos adversários para se defender melhor<sup>47</sup> e continuar conduzindo os italianos católicos ao consenso.

O Padre João Meneguzzi assumiu a paróquia Santa Teresa no ano de 1911, tendo encontrado uma dívida de réis 16.181\$550. Seu vicariato de trinta e dois anos foi realizado com base nas obras apostólicas, entre as quais destacaram-se a fundação do Apostolado da Oração, Associação Damas de Caridade e Sociedade Recreio Dante.

Essas associações e a sociedade Recreio Dante seguiram o mesmo papel das associações e sociedades criadas no primeiro período. Como já procedemos anteriormente à análise daquelas, resta fazermos, agora, o estudo das que seguem.<sup>48</sup>

As sociedades e associações leigas haviam demonstrado que, se bem conduzidas, eram pontos estratégicos tanto à Igreja quanto a alguns grupos da sociedade civil. Para a Igreja local era imprescindível entrar em consonância com o papel político do catolicismo promovido pela Arquidiocese de Porto Alegre. Para os italianos católicos era o meio de congregar as

---

<sup>46</sup> Artur C. ISAIA. *O Cajado da ordem: Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo*. p. 104.

<sup>47</sup> Antonio GRAMSCI. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. p. 284.

<sup>48</sup> Cabe aqui uma observação de cunho metodológico: das três associações selecionadas, a única que possui um arquivo próprio e organizado é a Associação Damas de Caridade. O Apostolado da Oração da Paróquia Santa Teresa, primeiro a ser fundado, só possui documentação a partir do ano de 1960. Do Recreio Dante, são raras as informações ainda existentes, tendo persistido unicamente os registros realizados no livro Tombo de nº 1 da Paróquia S. Teresa

diferenças regionais e culturais em um ideário comum: os princípios moralizadores e regeneradores do catolicismo.

Esses princípios duplamente utilizados, pelos italianos católicos e pela Igreja, atuaram em uma missão com vistas a dois objetivos: um social e outro político. O social consistia em afastar homens, mulheres e jovens de reuniões perigosas e prejudiciais ao indivíduo ou à família. Lembramos que estas reuniões ditas "perigosas" poderiam levar os membros da sociedade ao contato com os preceitos da sociedade moderna.

A missão política voltava-se a uma sólida formação intelectual e cultural dos membros associados, com vistas ao fato de posteriormente poderem permear o estado, conciliando, assim, o poder de mando de um grupo da sociedade civil que se fará representar e, concomitantemente representando o ideário católico, promover a continuidade do processo de romanização local.

Dessa forma, Mons. João Meneguzzi criou a Associação Apostolado da Oração, no mesmo ano em que assumiu. Essa associação, em nível de Brasil, existia desde o ano de 1867, quando foi fundada pelo Pe. Bento Schembri, no Recife. No ano de 1888, já eram 300 centros do Apostolado da Oração, com mais de 400.000 membros.<sup>49</sup>

À época, o Cardeal D. Sebastião Leme afirmou ter sido o Apostolado da Oração (A.O.) o principal responsável pela renovação espiritual do Brasil<sup>50</sup>, pois a renovação da família pela Consagração ao Divino Coração era o objetivo fundamental do A.O..

Essa associação procurava atingir às famílias através de pequenos grupos de oração e vivência cristã, às quais era passada a corresponsabilidade na salvação do mundo.

Para desenvolver esses objetivos, o Apostolado da Oração formou uma organização que possuía como hierarquia: Diretor Geral; Secretários nacionais e regionais; Diretores diocesanos; e Centros Paroquiais, formados por uma diretoria, um corpo de zeladoras e famílias zeladas.

---

<sup>49</sup> Hilda SCHNEIDER. *O Apostolado da Oração*. p. 140.

Em nível local, atuavam, e ainda atuam, os membros constantes nos últimos itens, cabendo à diretoria diocesana ao vigário, uma diretoria de leigos, um corpo de zeladoras com sólida formação espiritual e apostólica e, por último, as famílias zeladas. Estas deviam ser distribuídas entre os zeladores e não deviam ultrapassar o número de 15 famílias por zelador, segundo informações dadas por D. Paulina Moretto, ex-presidente do Apostolado da Oração.

A formação dos zeladores dava-se a partir de reuniões mensais, retiros, turnos de reflexão e palestras. Os estudos para formação de zeladores estavam previstos nos Estatutos do A.O., assim como na V seção estava previsto que para haver uma efetiva adaptação da Igreja e das pessoas, a associação devia ter seções peculiares para jovens, para homens, para os doentes, para a união de todos os cristãos, etc.

Conforme essa orientação, o Apostolado da Oração fundado por Mons. Meneguzzi, abriu uma seção para os homens e outra para as mulheres, sendo que a frequência maior estava justamente na seção dos homens. Em entrevista realizada com D. Paulina Soldatelli Moretto, que presidiu um dos centros do Apostolado da Oração em Caxias durante 50 anos, ela relata que, antes de casar, seu marido também fazia parte desse grupo, " e eles *enchiam aquela Catedral*". As maiores batalhadoras que ela conheceu foram D. Clélia Manfro, D. Angelina Comandulli, D. Zulmira de Lavra Pinto.

A primeira diretoria leiga instituída pelo Padre fora composta por D. Amazília Pinto de Moraes (presidente), D. Hermelinda de Lavra Pinto (secretária) e D. Luiza Ronca (tesoureira). Não encontramos dados para nos certificarmos se esta diretoria respondia por todo o A.O., incluindo, assim, as seções masculina, feminina e demais, ou se esta diretoria era específica para a seção feminina. O fato é que iniciava, com a indicação dessa diretoria, o jogo político de Monsenhor Meneguzzi.

As senhoras integrantes da diretoria eram nada mais nada menos do que a esposa do Cel. José Penna de Moraes, que veio a ser Intendente no

---

<sup>50</sup> Id., *Ibid.*, p. 140.

ano seguinte. A tesoureira era esposa de um membro da sociedade que havia realizado três mandatos consecutivos como conselheiro municipal. A secretária era a esposa de um dos diretores do jornal *Cidade de Caxias*, de tendências republicanas, fundado no ano de 1911.

A Igreja aproximava-se do Partido Republicano Riograndense. Eram oferecidos cargos diretivos aos leigos, porém preferencialmente leigos que possuíssem laços familiares com membros daquele partido. Se para a associação Apostolado da Oração o objetivo essencial era atuar na família, considerada base para a formação moral e social, a ocasião não poderia ser melhor para corroborar o catolicismo local com o estadual que pautava por aquele tipo de formação.

Essa prática repetiu-se quando da criação da Associação Damas de Caridade, no ano de 1913. Segundo a ata de abertura datada de 12 de agosto de 1913,

"... a base essencial desta associação será de empregar todos os meios possíveis para difundir a Fé de Cristo afim de que não morra pessoa em pecado mas sim confortados pela nossa Santa Religião.

2º Socorrer os pobres desvalidos, fornecer-lhe, se necessário for Médico, medicamentos, mantimentos e leitos.

3º Para suprir as despesas ficou resolvido organizar uma Directoria para angariar associados contribuindo com certa quantia mensalmente ou com outro qualquer donativo, não ficando estipulada taxa fixa dando cada uma o que entender."<sup>51</sup>

A diretoria foi formada pelo Vigário João Meneguzzi como Diretor Presidente; Pe. Vincenzo Testani: Diretor; D. Amazília Pinto de Moraes: Presidente; Ighes Parolini Thompson: Vice; Madre Felicidade: Secretária; Santana Sartori: tesoureira. A associação teve constituído, também, um conselho do qual faziam parte: Tereza Rossi, Carolina Bonalume, Giovanetta Corso, Angela Spinato, Maria Filipini, Domênica Sartori, Elisa Eberle, Basílica Brand, Teresa Duso, Fiorentina Iotti, Angela Canali, Orsolina Lavra Pinto, Rosa Dal Canalli e Júlia Fochesatto.

---

<sup>51</sup> *Livro de Atas da Associação Damas de Caridade. Caxias, [s.p.]*

Também nesse grupo, o vigário teve o cuidado de fazer presente os elementos com vínculos representativos em nível de partido político, profissionais liberais, industriais e até mesmo padrinhos dos comitês organizados anteriormente por Pe. Nosadini.

Um ano após a fundação da associação, a presidente Amazília Pinto de Moraes, em reunião com o diretor presidente Monsenhor Meneguzzi e demais membros da diretoria, frente ao crescente número de chamados para atendimento a carentes, decidiu por não mais fazer o atendimento a domicílio. A partir daquela reunião, os esforços da associação se voltariam para a construção de um hospital beneficente.

Posteriormente a essa decisão, Monsenhor Meneguzzi anunciou a doação de três terrenos para a construção do hospital. A doação teria sido realizada pelo então intendente Cel. José Penna de Moraes. No momento, a associação contava com mais de 150 associadas<sup>52</sup>, cuja contribuição revertia para a construção do hospital beneficente.

O terreno doado pelo intendente à associação, na época causou desconforto pelo mesmo ter pertencido à Maçonaria. Essa sociedade secreta o havia comprado quando a loja ainda estava em atividade. Tendo fechado logo em seguida, o terreno ficou inaproveitado, até o momento em que a associação Damas de Caridade por ele se interessou.

"O então Intendente, senhor José Penna de Moraes, escreveu ao Mestre a carta com fotocópia inclusa, dizendo que 'devido ao fato de que nenhum proveito a Maçonaria auferia do terreno, bem podia fazer doação àquela entidade'."<sup>53</sup>

Oficializada a doação pelo Sr. Marechal Carlos Frederico de Mesquita, DD. e PP. Gr.: Mestre do Grande Oriente do RS, o mesmo transferiu a propriedade do terreno recebendo em troca, o Grande Oriente, o título de

---

<sup>52</sup> *Livro de Atas da Associação Damas de Caridade. Caxias, 17 dez. 1914. [s.p.]*

<sup>53</sup> Ricardo da C. NETTO Apud E. VASQUES & O.D.B. DUTRA. *A Maçonaria em Caxias*. p. 27

Benfeitor do Hospital. Com a criação do Bispado de Caxias tal propriedade foi incorporada à Mitra.<sup>54</sup>

Após a construção do hospital, a associação permaneceu na sua administração, situação mantida até os dias de hoje.

A terceira associação destacada neste trabalho trata-se da Sociedade Recreio Dante, que iniciou suas atividades com uma freqüência de 40 alunos e atuou durante dez anos, de 1913 a 1923. Seu alvo era junto à mocidade católica de Caxias com o objetivo de instruí-la mediante aulas noturnas. Com ela, a Igreja desempenhou "a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual."<sup>55</sup>

A direção deste grupo ficou com José Panceri: presidente; Vicente Argenta: vice; Cel. José Penna de Moraes: presidente honorário; Anuncio Ungaretti: secretário; Alexandre De Antoni: vice-secretário; Abramo Eberle: tesoureiro e mais nove conselheiros. O vigário seria sempre o diretor-presidente. Abramo Eberle, em 1924, um ano após a extinção da Sociedade, faria parte da chapa republicana para concorrer à sucessão intencional.

A mudança de postura da Igreja se fez notar além das concessões feitas ao outro partido. Agora as estratégias para penetrar no estado passam antes pelo preparo e pela formação não só moral, mas também intelectual do grupo de italianos católicos. No primeiro momento das associações, a ênfase maior estava na sólida formação moral, e esta deveria ser o exercício para a ruptura do grupo hegemônico. A própria convivência com outros partidos parecia inaceitável, mediante a filosofia impressa pela hierarquia local de então.

No segundo momento, as associações e sociedades tiveram mudanças ocorridas sob dois aspectos: a formação deveria dar-se, além do aspecto moral, também no aspecto intelectual e houve o deslocamento do interesse da zona rural para a zona urbana.

Com estas mudanças de comportamento, a Igreja formou uma camada de intelectuais capazes de discordar da hegemonia coercitiva realizada pelo PRR, assim como preparou os associados para acompanhar as discussões

---

<sup>54</sup> Id., Ibid., p. 27.

e os envolvimento ideológicos monopolizados pelo Partido Republicano Riograndense.

Prova disso foram os acontecimentos no ano de 1922, quando era preparada a reeleição de Borges de Medeiros para a presidência do estado.

Desde 1892 não havia alternância no poder estadual. A interação entre o poder da máquina partidária e o controle do aparelho de estado foi constante. A continuidade fôra garantida pela Constituição de 1891, que previa todo o poder ao governador, tanto para cancelar eleições municipais como para interferir na política dos mesmos, se necessário fosse, até mesmo por decretos.

Outra estratégia utilizada para a continuidade era o controle dos assuntos partidários em nível municipal, através de coronéis e mandatários leais exclusivamente ao governador. Os coronéis mobilizavam os votos em seus distritos, e conforme a necessidade, empregavam a fraude e a violência para garanti-los. Também a Brigada Militar podia ser empregada para fins políticos.<sup>56</sup>

A necessidade de coronéis leais ao governo estadual justificava a presença constante de elementos lusos na intendência de Caxias. A correlação de forças se reproduzia nos pontos estratégicos da economia gaúcha, preservada até meados da década de 20, sobre o setor agromercantil. Caxias até esse momento fugia do alvo de tal setor, pois esteve com sua economia, até então, voltada para o setor agrícola policultor, desenvolvendo, a partir da segunda metade da década de 10, o setor de exportação vitivinícola.

A economia caxiense, assim diferenciada do padrão sulino, ofereceu condições para acabar com o isolamento da região colonial e, posteriormente, baseada no binômio comércio-indústria, adquiriria maior força na engrenagem econômico-política do estado.

Após a 1ª Guerra Mundial, o estado sofreu alterações no setor econômico, pelas dificuldades da situação nacional e mundial. Os produtos mais atingidos foram os do setor agromercantil, levando seus produtores a solicitarem a intervenção e proteção do estado. Essa solicitação não foi atendida, uma vez que não caberia tal atitude por parte de um partido cujo

---

<sup>56</sup> Antonio GRAMSCI. *Os intelectuais e a organização da cultura*. p. 15.

ideário possuía base positivista, o que não permitia privilegiar setores com a intervenção estatal. A partir de tal negação, o descontentamento abriu condições para a aproximação das oposições no estado.<sup>57</sup>

Aliado ao contexto econômico, ocorreu um processo, ao nível político, de "reestruturação das oposições conservadoras-liberais"<sup>58</sup>, promovidas a partir da brecha deixada pelo governo ao falhar na tentativa de atender às reivindicações pecuaristas.<sup>59</sup>

As oposições congregadas abrangiam democratas, federalistas e dissidentes republicanos. Apesar de um fundo ideológico liberal comum, houve dificuldades em conciliar um programa que, durante a campanha, acabou por defender

"... a necessidade da 'tutela governamental' e da emissão de 'papel moeda' como medidas capazes de fazer face à crise. (...) Assis defende a intervenção governamental em questões econômicas e com seu 'realismo conservador' passa a 'consubstanciar uma tendência mais de acordo com a situação e necessidade dos produtos gaúchos em suas relações do pós-guerra'."<sup>60</sup>

À época da campanha eleitoral, a imprensa caxiense circulava com três correntes principais: a Pró-Assis, a republicana e a católica.

A corrente Pró-Assis sustentou toda sua campanha sobre dois pilares. O primeiro foi a religião, e sob esta bandeira os assisistas afirmavam que Borges de Medeiros, por ser positivista, era um inimigo declarado da religião cristã. O segundo foi o ataque à falta de entrega dos títulos eleitorais.

O jornal dessa corrente alertava constantemente a população para que não deixasse de adquirir seu títulos eleitorais e

"Caso lhes sejam negados, como continua e continuará acontecendo, devem fazer o possível para adquirir as segundas vias dos mesmos. No Comitê Pró-Assis Brasil, encontrarão, diariamente, pessoa competente encarregada de prestar os necessários esclarecimentos a respeito."<sup>61</sup>

---

<sup>56</sup> Joseph L. LOVE. *O regionalismo gaúcho*. p. 83.

<sup>57</sup> Helgio TRINDADE In J.H. DACANAL (org.). *RS: Economia & Política*. p. 152-153.

<sup>58</sup> Id., *Ibid.*, p. 153.

<sup>59</sup> Id., *Ibid.*, p. 159.

<sup>60</sup> Id., *Ibid.*, p. 157-158.

<sup>61</sup> *O Democrata*. Caxias, 29 dez. 1922. p. 3.

O processo de campanha foi dos mais agitados do interior, sendo matéria constante nos jornais. Em jornal da capital, a nota registrada era:

"Como è do dominio publico, é grave a situação política de Caxias com os ultimos acontecimentos ali occorridos de ultraje á nacionalidade da colonia e mais dexasperação publica com o acto do intendente e chefe politico sonegando titulo á população eleitoral suspeita de não acompanhar o 'borgismo' enfermo."<sup>62</sup>

A corrente republicana defendia-se das acusações, tornando pública a idéia de falsa propaganda a que os caxienses de boa fé estavam sendo submetidos. Complementavam dizendo :

"Eles abusam da vossa fé religiosa e a exploram, caluniando o atual governo, eles abusam da vossa ignorancia política e em beneficio próprio e exclusivo apresentam o seu candidato como o novo messias portador de riquezas, de paz, de bem-estar, de felicidade ...".<sup>63</sup>

Com relação ao fator religioso, os republicanos publicavam matérias, questionando aos colonos se alguma vez as autoridades haviam feito qualquer censura à crença religiosa proferida por eles. Também questionavam se em algum momento as festas religiosas em honra a qualquer santo haviam sido proibidas. As contribuições do governo estadual para a construção de Igrejas e capelas, naquele momento, foram constantemente cobradas pelos fervorosos republicanos. No limite das cobranças de campanha eleitoral, os republicanos escreviam:

"Mas não! Pobres colonos!.. Sois valorosos porém inconscientes! Procurae emancipar-vos dessa onda negra que vos offusca toda felicidade que buscaes na terra e toda a gloria que aspiraes no céu!"<sup>64</sup>

Pouco tempo depois os membros situacionistas irão perceber que a pregada ignorância política dos italianos católicos já não estava em tão alto grau. A falta de consciência e a ingenuidade não haviam feito parte do currículo das aulas ministradas pela Igreja em seus cursos noturnos para jovens, nem

---

<sup>62</sup> *A Resistencia*. Caxias, 3 nov. 1922. p. 3.

Nota publicada originalmente pelo jornal *A Ultima Hora* de 30 de outubro de 1922.

<sup>63</sup> *A Resistencia*. Caxias, 9 nov. 1922. p. 1.

A nota foi publicada em italiano como segue: "Essi abusano della vostra fede religiosa e la esplorano, calluniando l'attuale governo; essi abusano della vostra ignoranza política e ne profitano a proprio ed esclusivo vantaggio presentando il loro candidato qual novello Messia portatori dio ricchezza, di pace, di benessere, di felicità ...".

nas reuniões de formação dos membros do Apostolado da Oração ou das Damas de Caridade.

A imprensa de corrente católica, por sua vez, em Caxias, tentou manter-se sem revelar seu real posicionamento. Em nota do dia 8 de novembro de 1922, *La Staffetta Riograndense* publicava:

"Os leitores e amigos do Staffetta Riograndense estão esperando alguma palavra de ordem, algum direcionamento.

Entretanto sabemos que é tempo perdido. O Staffeta decidiu não dar nenhuma direção sobre este ponto, e por razões que são fáceis de compreender.

O Staffetta só pede que deixem a mais absoluta liberdade de voto aos eleitores. Seria vergonhoso que em um estado como o nosso Rio Grande se adotassem métodos eleitorais antiquados e incivilizados."<sup>65</sup>

A hierarquia eclesial local procurou permanecer em tal postura até o momento dos resultados finais da votação. Embora o Arcebispo D. João Becker já tivesse feito uma declaração de simpatia à reeleição de Borges de Medeiros, em nível local, mediante todas as especificidades do contexto, e já analisadas, esta postura parece não ter sido corroborada, nem pela hierarquia eclesial, tampouco por boa parte da população.

No dia marcado para as eleições, a falta dos títulos eleitorais para os cidadãos declaradamente da oposição provocou confrontos que dariam uma prévia da revolta civil do ano seguinte.

O relato de todo o enfrentamento político está registrado em duas folhas do Livro Tombo nº 1 da Paróquia Santa Teresa. O relato, registra que a Brigada Militar aguardava apenas que a população desse mais alguns passos para poder movimentar-se. Mediante às dificuldades, a população mandou chamar Monsenhor Meneguzzi, a esta altura já com onze anos de administração diocesana e grande ascendência sobre a sociedade civil. Chegando ao local, este também foi barrado pela Brigada, sendo advertido:

"Retire-se Vigário, vai correr bala disse um sargento. O Vigário respondeu: 'Vai correr bala nada. Quero falar com o Intendente' (Prefeito). Então um da Brigada o acompanhou. Na presença do Intendente, que se encontrava rodeado pelos do partido, verberou energicamente seu proceder, responsabilizando-o por tudo que pudesse acontecer. O

---

<sup>64</sup> *A Resistencia*. Caxias, 15 nov. 1922. p. 3.

<sup>65</sup> *La Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 8 nov. 1922. p. 1.

Intendente empalideceu, mas disse: 'Se o povo der ainda três passos, será fuzilado'." <sup>66</sup>

Pela análise realizada, Monsenhor Meneguzzi, aproveitou o enfrentamento entre colonos e governo republicano para demonstrar, à sociedade, sua autoridade e como andavam as relações da Igreja local com o poder administrativo "republicano". Neste momento, ficou exposto o posicionamento político da hierarquia eclesial caxiense. Conseguiu, ele, dispersar os colonos e na noite deste dia foi realizada em frente à casa canônica uma grande manifestação na qual os colonos denominaram o Vigário como "Salvador de Caxias".

A derrota de Assis provocou a revolta de 1923, quando os grupos de oposição enfrentaram-se com as forças leais ao governo estadual.

Em Caxias, o registro feito pela autoridade eclesial no Livro Tombo nº 1, revela:

"Durante esse período de revolução as autoridades em geral portaram-se muito mal. As de Caxias foram dignos emulos de Nero, Imperador de Roma. Para implantar o terror, mataram no dia imediato ao das eleições, em plena rua de Caxias, um jovem filho do professor Marcos Martini." <sup>67</sup>

A revolta de 23 cessou com a assinatura do Acordo de Pedras Altas, no qual foram previstas desde a proibição das reeleições nos cargos executivos, a garantia de que o PRR não disputaria um lugar para Deputado em cada um dos Distritos, até a anistia e a presença do Ministro de Guerra por ocasião do pleito para Deputado Federal e Senadores em maio de 1924. <sup>68</sup>

Mais do que o acordo de paz, Assis conseguiu demonstrar habilidade política ao reunir as oposições. As eleições de 22 marcaram o início de uma luta comum na qual foram surgindo novos laços que, progressivamente, sedimentariam a aliança da oposição.

Nessa hora coube ao Partido Republicano Riograndense fazer concessões. Em Caxias, os italianos católicos demonstraram que a Colônia

---

<sup>66</sup> Pa. Ernesto BRANDALISE. *A Paróquia Sta. Tereza*. p. 45.

<sup>67</sup> *Livro Tombo da Paróquia Sta. Tereza*. Caxias, v.1, 1923. p. 62.

<sup>68</sup> Helgio TRINDADE In J.H. DACANAL. *RS: Economia & Política*. p. 163.

estava se desenvolvendo econômica, política e socialmente, e que a intelectualidade católica estivera agindo.

Na quarta visita pastoral, realizada por D. João Becker, cumprindo uma das determinações da política de romanização, ele declarou:

"Depois agradecermos essa manifestação de apreço e carinho demonstramos que a religião catholica tem sido o factor principal do progresso e prosperidade que hoje admiramos por toda a parte, porquanto foi a Religião e só ella que deu força, alento e constancia aos desbravadores destas mattas nas arduas luctas que tiveram de travar." <sup>69</sup>

A Igreja estadual neste momento já permeara o governo estadual. Os acontecimentos do ano de 1922 não poderiam, politicamente, interromper aquele processo iniciado em 1911, com a fundação das associações e sociedades católicas leigas, possibilitando o mesmo processo em nível local. Essa visita pastoral ao município esteve, então, voltada a uma conciliação entre a hierarquia católica local, o grupo de italianos católicos e o PRR local.

Concessões partidárias foram exigidas de ambas as partes. Ao PRR cabia indicar um italiano para as eleições municipais de 1924, como intendente municipal. À Igreja local exigia-se desistirem da candidatura do Cônego Meneguzzi à Intendência de Caxias, lançada quando "... um grupo de senhores dirigiu ao Vigário um officio proclamando-o candidato a Intendente de Caxias...". <sup>70</sup>

Essa candidatura foi oficialmente lançada à população caxiense pela Aliança Libertadora Caxiense. Os republicanos, tentando manter a postura política exigida pelo partido estadual, procuraram não discutir as "qualidades e virtudes" do Sr. Cônego Meneguzzi. Discutiam, sim, o insulto e a calúnia à administração vigente, contidos no lançamento de tal candidatura.

Para o PRR local a questão centrava-se no fato de o cônego ter consentido ou não na apresentação de seu nome pela facção política que hostilizava o governo do estado. No último caso, ele deveria protesar publicamente contra o fato, o que não ocorreu.

A visita pastoral, realizada às vésperas da campanha eleitoral municipal, já reuniria em suas cerimônias as autoridades representativas da

---

<sup>69</sup> *Livro Tombo da Paróquia Santa Tereza*. Caxias, v.1, 04 abr. 1924. p. 65.

<sup>70</sup> *Livro Tombo da Paróquia Santa Tereza*. Caxias, v.1, 10 abri. 1924. p. 64.

população italiana, da mocidade de Caxias , do partido republicano e da Aliança Libertadora Caxiense, restando ao Monsenhor Meneguzzi a tarefa de assimilar a posição da Arquidiocese da capital.

Entretanto, a igreja católica estadual não poderia ter outra atitude, senão aquela autoritária, removendo a candidatura do cônego, pois Arquidiocese e Partido Republicano Riograndense estavam empenhados em manter uma convivência harmoniosa. Durante a visita pastoral de D. João Becker, o jornal republicano "O Brasil" exalta de forma gloriosa a visita de tão alto mandatário da hierarquia eclesial.

Naquelas eleições, Celeste Gobbato, engenheiro agrônomo italiano, simbolizava a concessão do PRR para os caxienses naquelas eleições. Com o apoio do clero local, Gobbato representaria o elemento de interseção capaz de atenuar o avanço das oposições assistidas e romper com o poder luso local. A esfera da sociedade civil e do poder político-administrativo falariam a mesma língua.

**Capítulo III**  
**A Experiência Italiana de Poder**

### **III - A Experiência Italiana de Poder**

Em 1924, a eleição do engenheiro agrônomo italiano, Celeste Gobbato, vinculado ao PRR, representaria a primeira experiência do grupo de italianos católicos na administração de Caxias. Esta eleição se dá em detrimento do grupo luso-brasileiro, que possuía entre seus membros atuantes um número expressivo de maçons.

Essa terceira hipótese originou um capítulo cujo texto analisa a administração do intendente Celeste Gobbato, como representante de consenso entre PRR e italianos católicos.

Destacam-se, neste capítulo, três momentos da experiência italiana: um plano de consenso; o positivismo da administração: o progresso pelas obras; e o isolamento gerando crise.

#### ***3.1 Um Plano de Consenso***

Estabelecido o consenso entre o PRR e a hierarquia eclesiástica locais, a sucessão intencional foi articulada pelo Dr. Otavio Rocha. Elemento de confiança de Borges de Medeiros, criou uma comissão de propaganda eleitoral com a participação de trinta e nove membros, entre eles Major Abramo Eberle, Adelino Sassi, Miguel Muratore, Ettore Pezzi, Caetano Mattana, Alfredo

Carvalho, José D'Arrigo, Mario Caorsi.<sup>1</sup> Otavio Rocha reuniu o Centro Republicano de Caxias por três vezes, até conseguir um acordo entre os republicanos e o grupo de dissidentes filiados à Aliança Libertadora Caxiense. A chapa submetida à assembléia foi aprovada por 50 votos contra 12, ficando constituída da seguinte forma:

Intendente Dr. Celeste Gobbato - engenheiro agrônomo, natural de Treviso, Itália;

Vice-intendente Major Abramo Eberle - industrialista e membro da diretoria da Sociedade Recreio Dante;

Conselheiros: Orestes Manfro - industrialista e marido de Clélia Manfro, membro ativo no Apostolado da Oração e, mais tarde, na Sociedade Damas de Caridade; Armando Antunes - industrialista; Angelo Antonello - comerciante; Alexandre Zaniol - comerciante; Antonio Pieruccini - industrialista maçom; Angelo de Carli - comerciante; Leonel Mosele - industrialista.<sup>2</sup>

A chapa formada ficou conhecida como "chapa de conciliação", pois julgavam ter sido combinada de acordo com os "homens condutores" e de maior responsabilidade na coletividade caxiense. Visava apaziguar os espíritos e congregar coletivamente a população em busca do bem comum.

Neste momento histórico, no qual estava sendo "permitida" a candidatura de um elemento italiano à sucessão intencional, uma questão merece especial atenção: como a sociedade civil caxiense, envolvida pelo clima de cristandade, permitia o rompimento de uma regra na Legislação Eleitoral?

Como informamos anteriormente, por aquela Legislação, o candidato deveria estar residindo no município a, no mínimo, um ano. O indicado e futuro intendente não residia em Caxias e só se transferiu para cá às vésperas das eleições para assistir ao pleito.

A necessidade de ser um intendente que pronunciasse o discurso na mesma língua dos imigrantes católicos justificaria a transgressão da legislação? Poderia ser, o italiano intendente, um eficaz promotor da ordem e progresso, ambição não só dos republicanos locais, mas também dos demais

---

<sup>1</sup> *O Brasil*. Caxias, 11 mar. 1924. p. 2.

grupos da sociedade civil? A Igreja silenciara diante do fato de ser o futuro intendente "um de fora". O desconhecer os problemas do município, em profundidade, já não representava uma heresia como havia sempre sido propalado, nos casos anteriores, quando assumiam intendentes lusos vindos de outras regiões.

A estratégia do Partido Republicano Riograndense fundira-se à da Igreja. Se esta foi buscar seus líderes entre a população de italianos católicos, via associações católicas leigas e dali retirando alguns candidatos para a chapa de conciliação, que participou das eleições de 1924 (como por exemplo: Abramo Eberle, diretor do Círculo Dante e Dr. Felix Spinato, cuja esposa era conselheira da Associação Damas de Caridade, iniciadora do Hospital Pompéia), o PRR, por sua vez, também foi buscar reforços políticos entre os elementos do mesmo grupo; agora industriais e comerciantes ligados às categorias urbanas.

Desde o momento da formação da “chapa de conciliação”, os líderes republicanos e/ou católicos, estavam tentando demonstrar haver a possibilidade de se fazer uma firme harmonia política e aliá-la a uma dinâmica de desenvolvimento local. Nesse processo, os líderes republicanos deveriam trabalhar, não com base em ideais pessoais, mas sim com base em ideais que visassem o bem comum. A Igreja, por seu turno, compreendeu esse pensamento como um benefício à pretendida reforma moral, também da sociedade local.

A comissão de propaganda encarregou-se de divulgar durante o período de campanha eleitoral as principais metas a serem alcançadas pelo governo republicano que sucederia ao de Penna de Moraes. As metas deveriam atingir pleno êxito no setor de transportes, nas áreas de higiene e saúde pública, no sistema de abastecimento e distribuição de água, no setor agrícola, nos setores da administração da intendência, no setor de obras de saneamento e urbanização, na reforma tributária, e na criação de um setor para elaboração de estatísticas necessárias ao município.

---

<sup>2</sup> *O Brasil*. Caxias, 27 jul. 1924. p. 1.

O programa republicano, para a campanha eleitoral, atingia todas as camadas sócio-econômicas do município. Os adeptos a esse programa haviam pensado na população da zona rural, na população da zona urbana, nos industrialistas e comerciantes. A promessa de reforma tributária, especialmente aquele imposto que envolvia bens imóveis, era solicitação antiga de republicanos, católicos, libertadores e tantos grupos quantos fosse possível existir.

A melhoria na prestação de serviços da intendência também era solicitação da população em geral, visto que o intendente Penna de Moraes, reeleito por três administrações sucessivas, não a havia promovido, ao longo do tempo. Saúde pública, higiene, agricultura e obras de saneamento e urbanização complementavam as promessas de campanha.

Homogeneizados os interesses dos vários grupos na proposta de campanha eleitoreira ou aplacados interesses divergentes pelo posicionamento autoritário de altos mandatários do PRR, a população entusiasmada com a idéia de "italianos no poder" votou na chapa republicana, referendando os elementos indicados por Borges de Medeiros.

### ***3.2 O início da experiência***

A eleição do engenheiro agrônomo italiano procedeu-se sem surpresas. A comissão de propaganda havia realizado o seu trabalho com eficiência e a Igreja cooperou com eficácia, tendo em vista todo o processo já desenvolvido pela instituição. O quadro verificado na votação das eleições municipais de 12 de agosto de 1924 ficou assim registrado:

**Quadro 4**  
**Eleições municipais - 1924**

Candidato	Total de votos
Dr. Celeste Gobbato	1119
Abramo Eberle	1118
Armando Antunes	893
Angelo De Carli	778
Angelo Antonello	776
Orestes Manfro	772
Leonel Mosele	770
Antonio Pieruccini	769
Alexandre Zaniol	607
Dr. Felix Spinato	249
Dr. Rufino Bezerra	254
Henrique Rossi	150

Fonte: *O Brasil*. 18 ago. 1924. p. 1.

Eleito, Gobbato tomou posse no dia 12 de outubro e, desde as primeiras semanas no cargo, demonstrou possuir larga experiência em administração pública. Uma de suas primeiras medidas foi a criação da Comissão Pró-Caxias, formada por pessoas de destaque entre a população caxiense. Gobbato atribuiu-lhe a função de "collaboração junto aos poderes publicos municipaes na solução dos variados problemas que affectam a vida de Caxias." <sup>3</sup>

A fundação da Comissão Pró-Caxias foi em 29 de novembro de 1924 e ela permaneceu até o final dessa administração. A diretoria foi composta por Abramo Eberle (presidente), Tancredo Appio Feijó (vice-presidente), Aristides Germani (2º vice-presidente), Paulo Rache (1º secretário), Felix Spinato (2º secretário), Jorge de Mello Guimarães (3º secretário), João Ahrends (1º tesoureiro), Joaquim Pedro Lisboa (2º tesoureiro), Hyginio Bernardi (3º tesoureiro), Dante Marcucci (orador), e mais os seguintes diretores: Miguel Muratore, João Pillar Guerreiro, João Chrysostomo, *Cônego João Meneguzzi*, Vicente Bornacini e Olympio Rosa. Os diretores ficaram responsáveis pelas sub-comissões criadas para promover os estudos necessários à resolução dos problemas existentes no município.

<sup>3</sup> *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. Celeste Gobbato 1924-1925. Caxias, 12 out. 1924 a 31 dez. 1925. p. 22.*

A forma de trabalho foi centrada nos estudos promovidos em cada uma das sub-comissões, reunindo-se, a seguir, a grande comissão Pró-Caxias que, em sessão aberta, discutia os resultados dos mesmos. A sub-comissão de finanças, por exemplo, apresentou, na sessão do dia 31 de dezembro, um estudo metucioso sobre caixas rurais e cooperativas. Como resultado do estudo, opinou pela criação de uma caixa municipal de depósitos populares. Posto em votação o projeto de criação da Caixa, o mesmo foi aprovado por unanimidade e o seu autor solicitou aos presentes que fizessem a devida propaganda .

A propaganda oficiosa desta administração ficou ao encargo de outra sub-comissão: a sub-comissão de propaganda, composta por seis padres (Henrique Compagnoni, Giacomo Bombardelli, Albino Agazzi, Angelo Donato, Antonio Rizzoto e Miguel Camandulenzi) presididos pelo Cônego João Meneguzzi e secretariados por João Paternoster e padre Antonio Zattera.

Essa sub-comissão demonstra a penetração que a Igreja conseguiu estabelecer no governo local. Não foram apenas os associados católicos leigos que abriram espaço nas disputas elitorais para a administração do município. Educados pela hierarquia eclesial para serem líderes, membros das associações católicas, assumiram os postos-chave e o industrialista Abramo Eberle, colaborador das sociedades católicas, vice-intendente e presidente da Comissão Pró-Caxias, efetivou a participação da Igreja no governo de Celeste Gobbato, quando aprovou a criação daquela sub-comissão. A Igreja não participara diretamente do processo eleitoral de 1924, mas investia durante longo tempo na organização e formação de um “grupo de pressão” <sup>4</sup>, cuja atuação lhe facilitasse o acesso ao poder político com vistas a influenciar suas decisões. A instituição católica não administraria o município por conta própria, no entanto, estava organizada para influenciar e mudar aspectos da sociedade, segundo seus interesses.

---

<sup>4</sup> Em definitivo, podemos concluir que são os grupos de pressão os grupos organizados que, apesar de influenciarem na distribuição dos recursos dentro de uma sociedade, seja para mantê-la inalterada, seja para mudá-la em seu favor, não participam diretamente no processo eleitoral, em certo modo, não estão interessados realmente em administrar por conta própria o poder político, mas sim em ter um acesso fácil

A característica administrativa do governo de Gobbato foi a de não governar apenas com o partido republicano. A prática de governar respaldado por comissões e sub-comissões foi uma constante, pelo menos nos anos de 1924, 1925 e 1926.

De todas as sub-comissões a que mais se destacou, enquanto atuação, foi a de propaganda, pois estando nas mãos da hierarquia eclesial, estavam à disposição da máquina governativa a imprensa católica, os sermões dominicais, as capelas... . Para Monsenhor Meneguzzi, habituado aos jogos políticos e às incursões pelos vários grupos sociais, recolher adeptos e contribuidores para o novo governo não era difícil. Em reunião realizada pela sub-comissão de propaganda, no dia 7 de setembro de 1925, presidida por Meneguzzi, estavam presentes

"... muitos commerciantes e industrialistas, bem como o sr. Vigário da 3ª Legua, rev. Angelo Donato e o Dr. Celeste Gobbato.

Com entusiasmo os presentes subscreveram elevadas quantias, collocando-se a disposição da Comissão " Pró-Caxias", para propagar e levar avante esta tão util e nobre iniciativa, que bem demonstra, mais uma vez, o civismo deste povo laborioso ... ." <sup>5</sup>

Tanto as quantias arrecadas pela comissão de propaganda como pela Caixa de depósitos populares, destinavam-se às obras do plano de metas, traçado pelo governo republicano.

No plano traçado pela Igreja, para valorização e apoio ao governo de Celeste Gobbato, além das constantes matérias publicadas na imprensa católica enaltecendo o intendente e o seu desempenho, havia a necessidade de esse administrador participar das freqüentes comemorações promovidas pela Igreja. Festas aos Santos, missas de aniversários, bençãos de sinos em várias capelas. Tanto que, no Livro Tombo da Paróquia Santa Teresa, Celeste Gobbato aparece como padrinho da benção dos sinos da Capela de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. de Monte Bérico, da Capela de S. Valentim, da Capela de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Pedancino e

---

a este último e em influenciar suas decisões. Norbeto BOBBIO y Nicola MATTEUCCI. *Diccionario de política*. p. 753.

<sup>5</sup> *Correio Colonial*. Caxias, 01 out. 1925. p. 2.

da Capela de S. José da VIª Légua. Todas as solenidades de benção dos sinos foram realizadas pelo Cônego Meneguzzi.

À medida que a hierarquia eclesial articulava a propaganda do Intendente e sua "laboriosa administração", o governo municipal, por sua vez, autorizava subvenções aos padres ou intermediava a liberação de benefícios doados pelo governo do estado. No primeiro caso, em 3 de janeiro de 1925, a comissão de petições e reclamações deu parecer favorável aos despachos requeridos pelo Padre Thiago Bombardelli, mantendo o subsídio por ele recebido e ao Vigário Meneguzzi foi deferida sua petição, cabendo ao intendente estabelecer uma subvenção que era compreendida como razoável.<sup>6</sup>

No outro caso as subvenções foram enviadas pelo governo do estado ao hospital dirigido pelas "Damas de Caridade". O valor da importância recebida foi de 2:000\$000<sup>7</sup>. O Instituto Nª. Sª. do Carmo e Sociedade Porvir Científico obtiveram aprovação do intendente para o requerimento no qual solicitavam isenção de impostos, durante dois anos, para os prédios onde funcionava o Instituto.

Atenção especial foi dada às escolas religiosas e aulas paroquiais da municipalidade, no sentido de que estas também recebessem subvenções. No primeiro ano da administração foram concedidas verbas ao Colégio Nª. Sª. de Lourdes, ao Juvenato S. Carlos de Nova Milano e de S. Miguel, ao Colégio D. João Becker, de S. Marcos, ao Colégio Nª. Sª. de Pompéia, de Ana Rech e às aulas paroquiais da cidade. O benefício totalizou 618\$330.

As solicitações de Gobbato eram prontamente atendidas pelos membros da hierarquia eclesial, como foi o caso em que o intendente enviou uma circular às autoridades e vigários do município, solicitando que conseguissem, amigavelmente, dos colonos, os animais necessários para a montaria das forças legais da 3ª região militar. Em 48 horas foram reunidos nada mais do que quinhentos animais.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> *Correio Colonial*. Caxias, 03 jan. 1925. p. 1.

<sup>7</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 1.

<sup>8</sup> *O Regional*. Caxias, 08 jan. 1927. p. 2.

Arquitetadas as bases da administração de Celeste Gobbato com a Comissão Pró-Caxias, as sub-comissões e a hierarquia eclesial, o intendente iniciou um processo de valorização da região de colonização italiana, bem como de tudo o que fizesse referência ao que era italiano.

Caxias, município de colonização italiana, contava em 1925 com 27.034 habitantes, com uma produção agrícola, industrial e extrativa avaliada em 70.000:000\$000 dos quais 22.000:000\$000 eram exportados. A elaboração do vinho produzia mais de 7.000:000\$000 por ano e a vitivinicultura ocupava uma área de 5.500 hectares. Somando-se à produção das indústrias metalúrgica, de tecelagem, moagem e serrarias, as reservas do município, em 1924, chegaram a 764:824\$300.<sup>9</sup>

A produção acima referida bem como sua diversidade foram usadas para dar mostras do trabalho, empenho e desempenho dos italianos. Em 1925, Celeste Gobbato promoveu as festividades comemorativas aos cinquenta anos de imigração italiana no estado.

Como era do seu costume, convocou uma reunião na intendência com o objetivo de organizar e eleger uma grande comissão que ficaria encarregada de organizar todas as comemorações daquela festividade. A comissão foi constituída por Luigi Arduini, Celeste Gobbato, Vico Barbierie e Cônego Meneguzzi, como presidentes honorários. Aristides Germani foi o presidente efetivo; Dr. Felix Spinato, Mario Caorsi, Vincenzo Bornancini, Leonel Mosele, Adelino Sassi, Tancredo Feijó e Angelo Antonello, vice-presidentes. Os tesoureiros ficaram Galleazzo Paraneli e Fulvio Minghelli. Para secretários: Mauricio Viola, Bruno Battocchio e Dante Marcucci.

Para marcar o evento de forma que as gerações futuras tivessem a idéia da apologia realizada por tal administração, o intendente nomeou sub-comissões que receberam o encargo de apresentar uma monografia alusiva aos cinquenta anos da imigração, bem como a importância do elemento italiano para o progresso da região e do estado. À outra sub-comissão coube a tarefa de

---

<sup>9</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 06 dez. 1925. p. 10.

organizar a exposição agro-industrial, na qual seria divulgado o potencial econômico do município.

A auto-promoção do grupo de italianos católicos, subjacente aos festejos do cinquentenário da imigração italiana, certamente trabalhou mais na divulgação do "imigrante que lutou e venceu", do que, propriamente, na promoção do manancial econômico do município.

Enquanto a grande comissão do cinquentenário trabalhava, uma outra era articulada. No mês de maio de 1925, Celeste Gobbato realizou a instalação do Congresso de Intendentes dos municípios da região de colonização italiana, com a finalidade de estudarem os assuntos de vital importância para essa região.<sup>10</sup>

Na visão administrativa de Celeste Gobbato não poderia persistir, na região, formas tão diversificadas de administração pública e condução de questões vitais, quando a semelhança de condições agrícolas, econômicas e sociais exigiam uma completa uniformidade de ações.<sup>11</sup>

Para a realização deste Congresso, o intendente, usando de diplomacia e cautela, solicitou a aprovação para sua realização ao presidente do estado Borges de Medeiros. Obtendo aprovação e licença para concretizá-lo, Gobbato enviou ofício aos intendentes dos municípios de Alfredo Chaves, Antonio Prado, Bento Gonçalves, Encantado, Garibaldi, Guaporé, Nova Trento, Prata, S. Francisco de Paula e S. Sebastião do Cai.<sup>12</sup>

A proposta para estudos e discussões abordava essencialmente seis pontos:

- 1- Unificação, se possível, das leis de impostos;
- 2- Substituição do imposto de estatística e expediente por outro imposto equivalente;
- 3- Um estudo sobre as estradas rurais e intermunicipais;
- 4- Ensino elementar e profissionalizante;
- 5- Unificação eventual dos códigos de posturas municipais;

---

<sup>10</sup> *La Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 29 abr. 1925. p. 10.

<sup>11</sup> *Ib.*, *Ibid.*, p. 10.

<sup>12</sup> *Ib.*, *Ibid.*, p. 10.

6- Criação de um viveiro intermunicipal e meios modernos para ativar a cultura racional nas colônias.<sup>13</sup>

Mediante aprovação do presidente do estado, Celeste Gobbato realizou o Congresso de Intendentes nos dias 3,4,5 e 6 de maio de 1925. O mesmo foi organizado em quatro reuniões, com uma pauta específica para cada momento e, como determinava a ética política, estavam presentes o representante de Borges de Medeiros, Dr. Renato Costa, eleito presidente do Conselho, e o Cônsul da Itália Luigi Arduini.

A primeira reunião teve na sua pauta os discursos de abertura nos quais o presidente esclarecia a aprovação dada por Borges de Medeiros à iniciativa de Gobbato, e que contassem, os intendentes ali presentes, com a sua colaboração na obra iniciada por aquele intendente. Finalizados os discursos, os participantes enviaram um telegrama ao Presidente do Estado.

Os temas discutidos na segunda reunião versaram sobre as estradas de rodagem, a unificação dos códigos de posturas municipais e a criação de campos de ensino para a agricultura.

As estradas de rodagem mereceram ampla discussão, sendo deliberado pelo Conselho que a soma necessária para a conservação das mesmas seria dividida entre o governo do estado e os municípios interessados na sua manutenção. A Associação Comercial de Caxias aproveitou o momento e solicitou a abertura de uma grande estrada que, ligando Caxias a Nova Trento, Antonio Prado e Vacaria, pudesse facilitar o escoamento dos produtos regionais. Os congressistas, considerando o volume de tal obra, decidiram, prudentemente, colocar tal pedido à apreciação do Presidente do Estado.

A unificação dos códigos de posturas parecia ser mais uma necessidade do poder estadual do que do regional, tanto que foi Dr. Renato Costa quem explicou as vantagens que poderiam ser adquiridas com tal unificação. Para tanto, escolheram o código de posturas do município de Bento Gonçalves para servir de base aos estudos necessários.

---

<sup>13</sup> *La Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 29 abri. 1925. p. 10.

A criação de campos para o ensino da agricultura, que deveriam ser organizados ao lado das escolas, ficou como compromisso dos intendentes, porém estes solicitavam ao Dr. Gobbato um maior número de explicações. Novamente foi Dr. Renato Costa quem justificou essa necessidade. Precisava a agricultura da região utilizar métodos mais modernos e mais científicos. O Conselho decidiu, então, pela criação de um estabelecimento onde funcionaria uma escola agrícola e um viveiro intermunicipais, cuja finalidade seria atender a todos os agricultores, inclusive no fornecimento de mudas de árvores frutíferas. Foi nomeada uma comissão para estudar e realizar a criação do referido estabelecimento.

Os impostos e as rendas municipais foram os principais pontos de discussão da terceira reunião. Os intendentes primavam pela extinção do imposto de exportação regulador das mercadorias que passavam de um município ao outro. A proposta apresentada pelo representante do estado não cogitava a hipótese de extinção, mas uma nova tabela com taxas uniformizadas para todos os municípios. Mais uma comissão foi nomeada para fazer os estudos necessários à confecção de tal tabela.

Um aparte de Celeste Gobbato com relação aos tributos foi a proposta de elevar a taxa de impostos das casas de comércio que não fechavam aos domingos. O jornal católico *Staffetta Riograndense* acrescentou ao final da nota a frase: *Muito bem!*.<sup>14</sup> As Caixas Rurais e Cooperativas foram discutidas para alertar aos intendentes da necessidade de valorização dos produtos de seus municípios. Ficou a promessa de ajuda do governo do estado para promover aquelas instituições de bem comum, assim consideradas pelo Dr. Renato Costa .

Nessa reunião, a última proposta de Gobbato foi lançar a idéia de uma lei que proibisse a devastação das florestas pelos colonos, bem como oferecer prêmios aos que promovessem o reflorestamento em suas colônias.

---

<sup>14</sup> *La Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 13 maio 1925. p.1.

A última reunião foi registrada apenas com os discursos de encerramento, os quais primaram pela esperança de maiores progressos para a região colonial italiana.

Ao findar o ano de 1925, Caxias havia sido palco de espetáculos promocionais, capazes de provocar esquecimento nos mais ferrenhos adversários políticos. A sub-comissão de propaganda, formada por membros do clero, encarregava-se de valorizar os imigrantes italianos e a dinâmica administração daquele momento. Essa sub-comissão enquadrava-se, também, no plano recristianizador, isto é, de regeneração da sociedade moderna sob seu aspecto moral. Ao mesmo tempo em que o jornal católico *Staffetta Riograndense* divulgava as cartas pastorais do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, a sub-comissão possuía um espaço destinado à divulgação das obras do “grande” administrador Celeste Gobbato. Enquanto em uma Carta Pastoral falava-se das muitas dificuldades de atendimento aos paroquianos e dos muitos sacrifícios que a Arquidiocese fazia para atendê-los, e que a confiança em Deus tudo possibilitava, em uma outra coluna, do mesmo semanário, lia-se um extenso artigo falando do inatacável intendente, o qual desenvolvia uma administração de fecundo e febril trabalho, não se deixando abater pela dificuldade e complexidade dos problemas que até ele chegavam. Os redatores lembravam que todo o sacrifício era válido para o progresso do município e para o bem-estar de seus habitantes e, certamente, ao final do mandato, o intendente receberia de seus administrados aplausos e gratidão.

Por ocasião dos cinquenta anos da imigração italiana no estado, Gobbato promoveu um período de festividades, no qual os eventos alusivos à imigração receberam ampla cobertura do jornal católico *Staffetta Riograndense*. Nele a sub-comissão de propaganda publicou, em essência, o projeto reformador da sociedade. O discurso enfatizou o trabalho constante, os suores fecundos e o contínuo progresso daqueles cinquenta anos. Eram dadas glória à família cristã, aos bons costumes e à religião dos colonos, pois as igrejas estavam cheias e as prisões vazias. Assim, um tripé havia se formado em busca de cristianização: trabalho, oração e paz. Também destacaram, e sobremaneira,

o papel do administrador, enaltecendo-o por levar a bom termo as idéias que permeavam as comemorações, e a execução de uma obra repleta de ideais. Honra e gratidão foram palavras constantes nos registros da imprensa católica para com aquele administrador.

Administrador público habilidoso, o intendente italiano reuniu, fora do Conselho Municipal, representantes dos vários grupos da sociedade civil. Igreja, industrialistas e comerciantes estavam sempre representados nas comissões criadas para auxiliar na promoção de qualquer evento. A administração havia começado com o consenso e a aprovação da sociedade.

As promessas de campanha aos poucos foram cumpridas, contando com o indispensável apoio do governo estadual. Segundo o próprio intendente

"... para a ordem e o progresso de nossa administração não economizarei esforços a fim de proporcionar as melhorias de caráter municipal que ainda são necessárias." <sup>15</sup>

### ***3.3 O Positivismo da administração: o progresso pelas obras***

As lutas partidárias travadas nos anos anteriores à eleição de Gobbato, afetaram a organização administrativa da intendência bem como os serviços que por ela deveriam ter sido desenvolvidos. O intendente eleito promoveu um diagnóstico da situação interna, resultando na modificação dos serviços de secretaria e tesouraria. Deu aos dois setores o aspecto de dependências comerciais, tornando-os mais ágeis e permitindo ao intendente ter o conhecimento de todos os fatos acontecidos diariamente. Foi necessária a organização de um arquivo, tendo em vista a ausência de qualquer tipo de tratamento ou guarda dos papéis e documentos da Intendência, até então.

A necessidade crescente de escolas fez surgir a Inspetoria Escolar que tinha por finalidade primeira organizar a parte administrativa escolar e

---

<sup>15</sup> *La Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 28 out. 1925. p.1-2.

preparar os seus quadros estatísticos. A partir de sua criação, Gobbato via a possibilidade de dar ao ensino um caráter obrigatório. Até aquele momento a única obrigatoriedade conseguida pelos positivistas do PRR local era a comemoração, nas escolas, das datas de 7 de setembro e 15 de novembro.

A política de melhoramento da produção agrícola era liderada pelo próprio intendente, cuja formação profissional o avalizava. O estado de abandono ao qual foram submetidos os colonos durante as administrações anteriores, dificultou o desenvolvimento dessa política. Intransigentes e resistentes aos novos métodos científicos para a agricultura, obstaculizavam qualquer tipo de modificação. A alternativa encontrada foi criar a Inspetoria Agrícola Municipal, iniciando seu trabalho com um pomar didático.

O pomar começou com 500 exemplares de árvores frutíferas, de 10 espécies diferentes e 90 variedades. Organizou um vinhedo com 500 vinhas divididas em mais de 20 variedades e um viveiro destinado a distribuir mudas de videiras de boa qualidade. Também era tarefa da Inspetoria Agrícola distribuir sementes de plantas para reflorestamento, promover o ajardinamento e a arborização da cidade e publicar um boletim informativo que era distribuído entre os habitantes do município.

Como incentivo à agricultura, o Conselho Municipal aprovou uma Lei segundo a qual ficaria isento de pagar o imposto de conservação de estradas o colono que:

- a) plantasse 1/2 Ha ( 5.000 m<sup>2</sup>) de videiras apropriadas;
- b) plantasse 1/2 Ha de eucaliptos;
- c) plantasse 1/2 Ha de plantas frutíferas;
- d) plantasse 1/2 Ha de erva-mate;

A inspetoria de Limpeza Pública também foi reformada, com o objetivo de fiscalizar os estabelecimentos que comercializavam alimentos. A partir dessa reforma, foram controladas a qualidade dos produtos, especialmente o leite, a forma de exposição dos mesmos e suas embalagens. Um técnico do Laboratório de Higiene do estado auxiliava na fiscalização.

A incidência de doenças venéreas fez surgir o Serviço de Profilaxia, dirigido por um médico e com o auxílio de uma enfermeira.

As obras de saneamento e melhoria das condições urbanas ficaram ao encargo da Secretaria de Serviços Públicos, que realizou, junto a um engenheiro da Comissão de Saúde do Governo do Estado, um estudo para o abastecimento eficaz de água potável. Nas obras de saneamento, foi introduzida a utilização de tubos de cimento, tidos como material econômico e proporcionador de agilidade aos trabalhos.

A zona rural foi alvo constante na ampliação, manutenção das estradas e construção de pontes. Para os colonos que seguissem a tabela indicada pela Intendência, no que se referia à quantidade de vinhas e plantas de reflorestamento, seria concedida a isenção do imposto de conservação de estradas.<sup>16</sup>

A isenção de impostos foi uma prática comum durante essa administração. Usada como incentivo, foi oferecida, pelo prazo de três anos, aos proprietários de imóveis, que construíssem os prédios de alvenaria e não mais de madeira, tanto nos limites urbanos como suburbanos. O imposto de estatística e expediente foi abolido pelo prazo de 10 anos, para quem instalasse no Município, moinhos com uma produção mínima de 300 sacos de farinha. Para quem instalasse uma fábrica de refino de banha, a isenção seria pelo prazo de cinco anos.

A característica positivista de administração pública "às claras" era seguida por Celeste Gobbato. A imprensa católica, preferencialmente, publicava com regularidade as propostas e realizações de sua administração. Era rotina, também, a publicação dos relatórios anuais naquele jornal. Esse, não poupando elogios, escrevia:

"Ele abraça a gestão administrativa em todas as suas formas, em todos os seus pontos de contato, diríamos assim com a coletividade caxiense; lembra as datas e festas importantes, explica com quadros e cifras o movimento comercial, industrial, financeiro, agrícola e profissional do Município."<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> *Il Corriere Coloniale*. Caxias, 03 jan. 1925. p. 5.

<sup>17</sup> *La Staffetta Riograndense*. Garibaldi, 19 maio 1926. p. 2.

Todo o apoio externalizado pela Igreja local, ao intendente, obteve deste o máximo empenho para a criação do Bispado de Caxias. No ano de 1927, o intendente viajou ao Rio de Janeiro, para, junto às autoridades competentes, interceder pela referida criação, porém, foi no ano de 1934, que ocorreu a fundação da Diocese e, no ano seguinte, a nomeação do 1º Bispo.

Ainda nesta viagem, Gobbato tentou adotar medidas para evitar a falsificação dos vinhos rio-grandenses, que estava ocorrendo nos estados do centro do país. Getulio D. Vargas, ministro da fazenda, recebeu na ocasião o pedido de adoção de um selo de consumo especial para o vinho elaborado no Rio Grande do Sul.

Durante a entrevista com o Ministro, o intendente solicitou, também, a concessão de impostos de direitos alfandegários para o material que seria empregado nas obras de saneamento urbano e mais um auxílio de 200\$000, anteriormente prometidos pelo Governo Federal, para a instalação hidráulica no município.

O pedido de instalação de uma agência do Banco do Brasil na cidade também fez parte da pauta desta viagem. No ano seguinte à entrevista concedida pelo Ministro da Fazenda, Getulio D. Vargas, em visita a Caxias, em seu discurso

comentava:

"...Caxias já não era a Perola das Colonias, como muito justamente a chamara Julio de Castilhos ha mais de 30 annos, e sim a verdadeira metropole, intellectual e moral de toda a rica e bella região colonial italiana." <sup>18</sup>

O desejo de progresso, acalentado pelos imigrantes, havia chegado pela administração de um italiano ligado ao partido republicano. Para o grupo que passou da situação de dirigido para dirigente, o momento não poderia ser mais vantajoso. Para os republicanos dissidentes, integrantes do grupo de oposição, a situação parecia calamitosa. Tanto progresso deixaria o município individado. E mesmo havendo a publicação, na imprensa católica e republicana, das contas municipais, o aumento do patrimônio não era suficiente.

Para realizar uma administração, cujo objetivo era modernizar o município, conforme os desejos das elites conservadoras locais, Gobbato necessitou de empréstimos para resgatar a dívida municipal com o Banco Nacional do Commercio. O valor do empréstimo realizado pelo governo do estado, foi de trezentos e cinqüenta e sete mil, cento e quarenta e dois dólares-ouro com oitenta e seis centavos, pagáveis no prazo de 40 anos, devendo as amortizações e os juros serem pagos a cada seis meses.<sup>19</sup>

Modernizar os municípios fazia parte do ideário republicano. O processo por nós observado até aqui estava sendo vivenciado, também, pela intendência de Porto Alegre. Nessa cidade, a política de modernização exigiu a reforma tributária, a aquisição de vultuosos e sucessivos empréstimos saldados a longo prazo, bem como, fez-se necessária a reforma administrativa. A arquitetura e os serviços dos municípios deveriam causar "... impressão capaz de atestar a eficiência do governo perrepista, através da ação de seus intendentes."<sup>20</sup>

### **3.4 O progresso gerador de crise**

Nos primeiros tempos da administração, o intendente italiano, como rezava a cartilha borgista, não realizava os projetos sem obter o consentimento do Presidente do Estado. A atitude de Gobbato tinha uma dupla finalidade: a primeira, atender às determinações de Borges e a segunda disfarçar as razões pelas quais ele afastou das funções os antigos correligionários lusos do PRR, da administração municipal. Esta é uma das razões da futura crise do governo italiano.

Enquanto a Igreja promovia a propaganda pró-administração Gobbato, os membros do partido que haviam sido isolados por essa administração, o qualificavam de político sem habilidade, infeliz no que dizia

---

<sup>18</sup> *O Regional*. Caxias, 23 abr. 1928. p.1.

<sup>19</sup> *O Regional*. Caxias, 20 jun. 1927. p. 1.

<sup>20</sup> Margaret M. BAKOS In Günter WEIMER. *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. p. 76.

respeito às suas atitudes partidárias e com absoluta falta de tino <sup>21</sup>. As figuras mais prestigiadas do partido republicano, em outras administrações, julgavam-se diminuídas pela sonegação sistemática de atenções e consultas para os assuntos referentes às exigências da política e da administração.

Esses republicanos acusavam o intendente de agir sozinho na administração e,

"...que enfraqueceu e desarticulou, inteiramente, o partido Republicano deste Município, deixando-o em condições de ineficácia absoluta, sem arregimentação e sem disciplina, criando divergências em todos os cantos e desgostos em todas as partes." <sup>22</sup>

Também o acusavam de preferir os industriais e comerciantes italianos para a realização de negócios necessários à Intendência. Quando foi proposta a divisão do cartório dirigido pelo Major Aducto Cruz, ex-intendente, a acusação era de que o intendente fazia tal proposta "... para aquinhoar um seu patricio." <sup>23</sup>

O processo político instaurado levou aquele grupo a nomear uma comissão que buscou entendimentos com o presidente do estado. Se as divergências políticas pouco ou quase nada alteraram o relatório de obras da gestão de Celeste Gobbato, elas certamente alteraram os rumos da sucessão intencional.

As vésperas de uma nova campanha eleitoral, Gobbato foi alvo constante de boatos sobre sua renúncia, fato que não aconteceu, porém retirou a indicação, por ele realizada, à sua sucessão. Interesses ligados às categorias dos industriais, comerciantes, advogados, médicos e outros elementos representativos da sociedade civil, levavam aqueles grupos a promoverem manifestações de solidariedade ao intendente, pela sua atuação na administração e no processo de sucessão.

Por outro lado, a Igreja começou a manifestar certo mal-estar pelo rumo que a sucessão estava tomando. No Livro Tombo da Paróquia Santa Teresa encontramos o seguinte registro:

---

<sup>21</sup> *Caxias*. Caxias, 03 maio 1928. p.1.

<sup>22</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 1.

<sup>23</sup> *Caxias*. Caxias, 09 fev. 1928. p. 2.

"O Dr. Celeste Gobbato, Intendente de Caxias, estando prestes a terminar o seu quadrenio em doze de Outubro p.v., apresentou para candidato a Intendente de Caxias um homem de religião positivista. O clero não deve meter-se em questões partidárias, porquanto elle é o pae dos fieis afillados a qualquer partido, mas tratando-se de candidatos aversos a religião catholica, permanecer na indiferencia seria o mesmo que renegar a fé. Por isto o Conego João Meneguzzi oppoz-se com toda a destreza e não tendo podido conseguir que o Dr. Gobbato mudasse de candidato, conseguiu que o povo o fizesse mudar, digo o povo sem distincão partidária." <sup>24</sup>

À Igreja local seria necessário manter o seu espaço no governo municipal. No momento em que se abria a possibilidade do rompimento, o clero articulou-se com um outro grupo, ou seja, a opposição. Esta assumiria o antigo discurso da Igreja

"...impugnando o candidato que lhe querem impôr e procurando escolher outro que satisfaça os interesses da população, que mereça a sua confiança e tenha o apoio da maioria do povo e esse candidato, deve ser um homem daqui que conheça os interesse de Caxias.." <sup>25</sup>

A instituição que havia dado apoio incondicional àquela administração, por ter sido parte dela, mudou o jogo político. Aos seus olhos e do partido Republicano, esse governo intencional chegava ao seu término enfraquecido pelas críticas de indvidamento do município, pela má condução dos rumos internos do próprio partido e principalmente por indicar um positivista à sucessão. Para evitar a saída da Igreja do governo local, D. João Becker, enviou ao Cônego Meneguzzi a seguinte carta:

"O portador desta é meu eminente amigo General Firmino Paim, que vae a Caxias, a fim de solucionar definitivamente o caso da renovação intencional dahi. Como a direção suprema do partido republicano tem de resolver esse problema a bem da paz e tranquilidade social desse importante municipio, é necessário que o clero preste todo apoio. Claro está que os cathólicos republicanos antes duma deliberação definitiva do governo tem o direito de apresentar esse ou aquelle candidato, uma vez porem que o candidato seja oficializado, exige a boa disciplina partidaria que não haja nenhuma reluctancia e que todos estejam de accordo. O mesmo deve-se dizer com relação a qualquer outro partido ao qual por ventura outros catholicos pertençam." <sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> *Livro Tombo da Paróquia Sta. Tereza.* Caxias, n.1, 1 jul. 1928. p. 81.

<sup>25</sup> *Caxias.* Caxias, 28 jun. 1928. p.1.

<sup>26</sup> *Livro Tombo da Paróquia Sta. Tereza.* Caxias, n. 1, 13 jul. 1928. p. 81.

A ordem política emitida pelo Arcebispo teve de ser obedecida pelo clero caxiense, especialmente por Monsenhor Meneguzzi, cujo apoio foi dado ao candidato indicado pelo PRR estadual e, com a intervenção do arcebispo, sendo designado um candidato católico.<sup>27</sup> O sucessor foi Thomáz Beltrão de Queirós e seu vice Miguel Muratore.

Nesta primeira experiência italiana de poder, a administração política, buscou como estratégia para o consenso a utilização de comissões formadas por vários grupos da sociedade civil. A Igreja, como membro efetivo desse poder, continuou assegurando, segundo terminologia de A. Gramsci, a relação entre o catolicismo dos intelectuais e o dos " simplórios"<sup>28</sup>. Foi através dessa relação que a instituição possibilitou a formação de líderes dentro do contingente de imigrantes italianos via associações católicas leigas.

A disciplina de ferro mantida sobre os intelectuais, levou-os a constituir um bloco cultural e social, que, a luz dos estudos daquele teórico, observa-se:

"... a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais fossem, organicamente, os intelectuais daquela massa, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social."<sup>29</sup>

Portanto, a experiência italiana de poder enquanto administração pública respaldada pelo grupo de imigrantes católicos, evidenciou: (a) a participação de políticos que haviam feito parte de pelo menos uma associação católica, quer no Conselho, quer nas comissões; (b) a formação de opinião na sociedade civil ficou ao encargo da Igreja que, através de sua hierarquia eclesial, formou a sub-comissão de propaganda; (c) a constante parceria Igreja e governo municipal comprovada, tanto pelas comemorações e solenidades religiosas como pelas subvenções públicas para obras da Igreja; (d) a

---

<sup>27</sup> Loraine S. GIRON. *Às sombras do Littorio - o fascismo no Rio Grande do Sul*. p. 88.

<sup>28</sup> Antonio GRAMSCI. *Concepção dialética da História*. p. 19.

<sup>29</sup> Id., *ibid.*, p. 18.

participação de Monsenhor Meneguzzi, sem a qual nada se realizava na Intendência, representando a instituição eclesial dentro do governo municipal; (e) Celeste Gobbato, em nível político, executou o papel de "*condutor de homens*", cuja vontade moldou e conduziu outros homens a um fim maior, na exata definição do Arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker.

Verificamos que Gobbato e Monsenhor Meneguzzi desempenharam papel semelhante. Se este era o intelectual que mantinha a disciplina sobre a massa italiana católica, aquele tentou a disciplina entre os intelectuais de outros municípios da região de colonização italiana.

Desde sua eleição, Celeste Gobbato acumulou os cargos de Intendente, sub-chefe de polícia e diretor político, isto é, possuía nas mãos a função coercitiva partidária, necessária à manutenção da coesão para o Estado. O Partido Republicano Riograndense, com essa administração, vivenciou uma fase de hegemonia entre grupos locais. O Estado foi, então, concebido como organismo próprio de um grupo (italianos católicos), cuja função foi criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo.

As obras materiais que revelaram as premissas positivistas "ordem e progresso" servirão a um grupo fundamental, cuja super-valorização tornou o município de colonização italiana permanente reduto do conservadorismo político- -católico. Ou teria sido católico-político?

## **Conclusão**

Esta pesquisa buscou demonstrar o processo de aquisição do poder administrativo local, pelo grupo de imigrantes italianos católicos, bem como as expressivas manifestações desse grupo, que, associados ao clero, enfrentou maçons e lusos na luta pelos seus fins. A Igreja demonstrou ter sido o elemento centralizador daquele processo.

Os imigrantes italianos católicos instalados na Colônia Caxias formaram um núcleo de povoamento cujas características foram moldadas pela religiosidade e por uma forma de vida, na qual, a população se aglomerava em torno das Igrejas paroquiais.

A religiosidade estava permeada por princípios moralizantes, ortodoxos e críticos da sociedade moderna. Nesse contexto o racionalismo e o liberalismo eram vistos pela Igreja como seus inimigos, tanto quanto as sociedades secretas acatólicas (Maçonaria e carbonária) o eram. Essa postura era determinada pela Sé Romana e o clero, por sua vez, recebera a tarefa de manter os católicos longe dos perigos da modernidade, utilizando-se, para isso, da política de romanização. A vigilância realizada pelo confessorário, as visitas pastorais, a formação de opinião pública através dos jornais de espírito católico, as escolas religiosas, as associações de leigos e as obras pias integraram aquela tarefa, que aliada ao plano de secularização da sociedade civil, mesclaram-se na formação de um “Estado Católico”.

As visitas pastorais recomendavam, aos padres, mansidão e não envolvimento em causas políticas. O jornal católico começou em 1896, com o nome de *Il Colono Italiano*, depois denominou-se *La Libertá* e logo em seguida *La Staffetta Riograndense*. As associações de leigos e as obras pias iniciaram com o trabalho de Padre Nosadini que, chegando a Caxias em 1896, organizou os Comitatos e os difundiu na zona rural.

Os imigrantes italianos, integrantes do processo de formação da pequena e média propriedades, obtiveram intensa participação, conjuntamente à Igreja, não só em nível religioso, mas também em nível social. Econômica e politicamente formaram um grupo heterogêneo, o que não os impediu de

desenvolverem uma economia florescente, centrada a princípio, na produção agrícola.

A hegemonia política, em Caxias, naquele momento, era a do Partido Republicano Riograndense, cuja essência estava centrada na versão do positivismo castilhistas. Nela, o grupo dominante, em nível estadual, era o vinculado à grande propriedade agropastoril e tradicionalmente composto por luso-

-brasileiros. Devido às relações de acomodação dos interesses do PRR, em nível estadual, era comum os intendentes de Caxias serem lusos. Com o desenvolvimento econômico de alguns grupos locais, a Intendência é ambicionada, também, pelo grupo de imigrantes italianos católicos. Esses necessitariam buscar a hegemonia política para se assumirem como poder político e administrativo local.

A busca da hegemonia revelou um processo no qual a Igreja como instituição foi a principal articuladora. Ela possibilitou a formação de lideranças na sociedade civil, ditou princípios morais e intelectuais e, articulou a massa católica: primeiramente congregando-a contra o avanço do grupo maçom presente na Intendência e, posteriormente, em torno da conciliação com o grupo politicamente dominante em Caxias. Em ambos os casos os Comitês ou associações católicas leigas foram o veículo.

No primeiro caso, destacamos a atuação de Padre Nosadini que, através de seus comitatos, promovia a formação moral dos associados. Sua posição crítica e denunciadora, facilitava a condução da massa católica, uma vez que a Igreja era vista como a fonte das verdades absolutas.

No segundo momento, destacamos a atuação de Mons. Meneguzzi, que organizou as associações e obras pias no sentido de promover, além da formação moral, um preparo intelectual e cultural dos membros associados com as atividades centralizadas na zona urbana. O papel desempenhado por Meneguzzi proporcionou a formação de uma camada de intelectuais capazes de discordar da forma coercitiva que se sobressaía na

hegemonia coercitiva do PRR. Os líderes preparados por ele, reivindicavam a igualdade político-jurídica junto ao governo local.

Durante o período de atuação de Mons. Meneguzzi, Igreja e Estado mantiveram relações de colaboração. Se esta não foi a tônica durante a atuação de Nosadini, foi certamente a de Meneguzzi. Para ele, conciliar os interesses do grupo de católicos e reconduzir a Igreja local a um processo de relações harmoniosas com o governo municipal, eram tarefas que levariam a um mesmo objetivo: a formação de um governo católico em Caxias do sul.

Aquela posição de consonância entre as posturas da Igreja estadual e governos castilhistas não foi respeitada quando da atuação de Nosadini. Retomada por Meneguzzi, sofreu nova ruptura, quando do processo eleitoral de 1922. A Igreja local posicionou-se a favor da oposição. A troca de acusações e a campanha opondo catolicismo e positivismo promoveram um lance de oportunismo, no qual a Igreja aplicou o golpe final no PRR. Foi o exato momento de ser obtida a concessão necessária para as eleições municipais que se aproximavam. O candidato do PRR era o italiano Celeste Gobbato. Esse, para o grupo de italianos católicos, representava a retirada dos lusos do poder, e para a Igreja católica era a possibilidade de efetivação do plano de moralização da sociedade, através de um representante de seu grupo. Esse plano seria corroborado, também, pelo governo positivista-castilhista.

Assim a Igreja configurou-se como um grupo de pressão. As ideologias “germinadas” anteriormente via associações e obras pias, possibilitaram-lhe essa condição. As lideranças por ela preparadas conseguiram a unicidade política, intelectual e moral da sociedade. O grupo de pressão conseguiu a aprovação de uma “chapa de conciliação” formada por “homens condutores”, aspiração tanto da Igreja quanto do governo positivista-castilhista. A hierarquia eclesial alterou seu discurso, esquecendo-se uma antiga reivindicação; de que o intendente deveria ser um membro da sociedade local, e passou a fazer parte da primeira experiência italiana de poder. Nela, os luso-brasileiros tornaram-se oposição.

Celeste Gobbato administrou Caxias no mais perfeito estilo positivista-castilhistas: muitas obras demonstrando desenvolvimento e modernização; administrador público agente do bem comum e contribuidor do estabelecimento de relações harmoniosas entre Estado e Igreja. Nessa administração, a hierarquia eclesial, responsabilizou-se pela boa propaganda da administração.

Monsenhor Meneguzzi foi membro ativo nas várias comissões criadas por Gobbato. A consonância existente entre Igreja e governo estaduais passou a fazer parte também do contexto local. Assim, evidenciou-se a participação de políticos que haviam feito parte das associações católicas, a contribuição da Igreja na formação de opinião da sociedade civil e a constante parceria Igreja e governo municipal, quer em solenidades e comemorações, quer através de subvenções públicas.

Essa parceria tendeu a diminuir ao final da administração, quando, por pressões estaduais, Gobbato indicou um positivista para ser seu sucessor. O fato desagradou a hierarquia eclesial que mudou de postura levando seu discurso para o grupo de republicanos dissidentes, os quais haviam sido excluídos do poder durante a administração italiana.

Como vimos, o grupo de italianos católicos consolidou, ao longo do processo de aquisição do poder administrativo local, sua hegemonia, necessária àquela primeira experiência de governo, através de elementos como: política de romanização; a luta contra sociedades secretas; a formação moral, intelectual e cultural da massa católica; e via associações leigas e obras pias. Nesse processo, Fé e Vitória tornaram-se sinônimos de Política e Poder.

Alguns pontos não foram aprofundados neste trabalho por desviarem-se do objetivo do mesmo. Alguns já sugerimos para uma pesquisa futura, como foi o caso do grupo maçons. Após o fechamento da Loja Força e Fraternidade, em 1903, poderia ser investigado o papel desempenhado por aquele grupo, nas associações das quais fizeram parte. Outro problema a ser pesquisado e, também já mencionado, é a inserção (ou não) do grupo austríaco, na sociedade local, que, a princípio, foi isolado política e socialmente.

A causa deste isolamento foram as dissidências políticas ou poderiam ter sido religiosas?

Na área de arquivologia, poderia ser desenvolvido um projeto com o objetivo de se fazer um levantamento da documentação envolvendo a atuação da Igreja católica, nas colônias italianas, classificando-a segundo temáticas que visem ultrapassar a visão de uma História Eclesiástica.

Pela riqueza do tema, são inúmeras as fontes ainda inexploradas, que poderíamos apontar, levando-nos a pensar que estamos apenas no início do resgate histórico das relações entre Igreja e política em Caxias do Sul.

## Referências bibliográficas

- ADAMI, João S. *História de Caxias do Sul*. 2 ed. Caxias do Sul: Gráficas das Ed. Paulinas, 1971.
- ALBUQUERQUE, A. Tenório de. *Sociedades secretas*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Alvorada, [s.d.].
- ALVES, Eliana Rela & GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: homem, tempo, espaço - subsídios*. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul /SMEC, 1992.
- AMADO, Wolmir. Gramsci e a questão partidária. *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 21. n. 93, p. 331-337, set. 1991.
- ARNS, Paulo Evaristo. *O que é Igreja*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BAKOS, Margaret M. Municipalização e endividamento. In: WEIMER, Günter (org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.
- BARÉA, D. José. La vitta spirituale nelle colonie italiana dello stato. In: *Álbum Cinquentenário della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925)*. Porto Alegre: Globo, 1925.
- BEOZZO, José Oscar. O clero italiano no Brasil. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A presença italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/Fundazione Giovanni Agnelli, 1987.
- BEOZZO, José Oscar et al. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

- BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul. *Boletim Geográfico*. Porto Alegre, n. 171, p. 1-63, nov./dez. 1962 e jan./fev. 1963.
- BOBBIO, Norberto y MATTEUCCI, Nicola. *Dicionario de política*. México: Siglo Veintiuno editores, 1985.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Conte. In: DACANAL, José H. (org.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- CAVAGNOLLI, A. & MIORELLI, Mari T. A. *Boletim Informativo do Museu e Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul - Ocorrências*. Caxias do Sul, n. 8, dez. 1988.
- CAVAGNOLLI, Anelise. *Os parceiros do vinho: a vitivinicultura em Caxias do Sul (1911-1936)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1989 (dissertação de mestrado).
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COSTA, Rovílio (org.). *Imigração italiana no Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1986.
- COSTAMILAN, Angelo R. *Homens e Mitos na história de Caxias do Sul*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1987.
- DACANAL, José H. (ogr.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- DE BONI, Luis A. Catolicismo da imigração do triunfo à crise. In: DACANAL, José H. (org.). *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- DE BONI, Luis A. *A Itália e o Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EST/UCS/ Fundazione Giovanni Agnelli, 1983.
- DESCHAND, Padre Deisderio. *A situação actual da religião no Brazil*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier- Livreiro Editor, 1910.
- DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS. Leão XIII: sobre os males da sociedade moderna, suas causas e seus remédios. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1950.
- DÓRIA, Carlos A. Religião e política em Gramsci (elementos de uma pesquisa). *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 143-161, out. 1978.

- FÉLIX, Loiva O. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FOLLMANN, Ivo. *Igreja, ideologia e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FOYACA, Pe. Manuel. *As encíclicas sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1967.
- FREITAS Jr., Augusto Teixeira de. *Terras e colonização*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier Livreiro-Editor, 1882.
- GALIOTO, Antonio. O significado das ceplas nsa colônias italianas do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A presença italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/Fundazione Giovanni Agnelli, 1987.
- GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul: Câmara dos Vereadores 1892-1950*. Porto Alegre: POA Edições/EST, 1993.
- GARDELIN, Mário & COSTA, Rovílio. *Os povoadores da Colônia Caxias*. Porto Alegre: EST/FH/ Fundazione Giovanni Agnelli, 1992.
- GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL José H. (org.). *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- \_\_\_\_\_. *As Sombras do Littório: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Parlenda, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 8 ed. Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura* 8 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Cartas do cárcere*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRINGS, D. Dadeus. *Dialética da Política: História dialética do cristianismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- HORTAL, Pe. Jesus. A Maçonaria e a Igreja. *Pergunte e responderemos*. Rio de Janeiro, n. 369, p. 58-80, fev. 1993.

- ISAIA, Artur Cesar. *O cajado da ordem - catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo*. São Paulo: USP, 1992 (tese de douramento).
- . *Catolicismo, regeneração social e castilhismo na República Velha Gaúcha. Estudo Íbero-Americanos*. Porto Alegre, n.18, v. 1, p. 5-18, jul. 1992.
- KHOURY, Yara Aun (coord.). *Guia de pesquisa Igreja e movimentos sociais*. São Paulo: Com - Arte/ PUC/CEDIC, 1991.
- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1964.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.
- LUSTOSA, Oscar de F. (org.). *A Igreja católica no Brasil e o Regime Republicano*. São Paulo, Edições Loyola, 1990.
- MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MASSA, Gaetano (org.). *Contributo alla storia della presenza italiana in Brasile*. Roma: Instituto Italo-Latino Americano, 1975.
- MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MIORANZA, Ciro et al. *Imigração italiana: estudos*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1979.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: Urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- MOURA, Sergio L. de. & ALMEIDA, José M. G. de. *A Igreja na Primeira República*. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1978.
- OSÓRIO, Joaquim Luiz. *Constituição Política e as Diretrizes de Ordem - Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul: comentário*. Brasília: UNB, 1982.
- PESAVENTO, Sandra J. *O imigrante na política rio-grandense*. In: DACANAL, José H. (org.). *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

- PORTELLI, Huges. Gramsci e o bloco histórico. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci e a questão religiosa*. 2 ed. São Paulo: Ed. Paulina, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Os socialismos no discurso social católico*. São Paulo, Ed. Paulina, 1990.
- POULAT, Emile. Compreensão histórica da Igreja e compreensão eclesiástica da história. *Concilium*. Rio de Janeiro, n. 67, p. 811-824, jul 1971.
- RABUSKE, Arthur. *Os inícios da colônia italiana do Rio Grande do Sul em escritos jesuítas alemães*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1978.
- RICHARD, Pablo. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. 2 ed. São Paulo: Col. Paulinas, 1984.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. Max Weber - Da tese à crítica da religião. *Religão e Sociedade*. Rio de Janeiro, p. 58-83, 13 jul. 1986.
- SAUCEROTTE, Antoine. As sucessivas autocompreensões da Igreja vistas por um marxista. *Concilium*. Rio de Janeiro, n. 67, p. 906-914, jul. 1971.
- SCHNEIDER, Hilda. *Apostolado da oração*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- SILVA, Américo de Paula. *A Igreja católica e o Estado autoritário brasileiro: a LEC (1930-1950)*. São Paulo: PUCSP, 1980 (dissertação de mestrado).
- VASQUES, Edelweiss A. & DUTRA, Odilla D.B. *Maçonaria em Caxias do Sul*. Caxias do Sul: UCS, 1981 (monografia).
- VEINE, Paul. *Como se escreve a história*. 2 ed. Brasília: UNB, 1992.
- ZAGONEL, Carlos A. *Igreja e imigração: Capuchinhos de Sabóia - um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*. Porto Alegre, EST/Sulina, 1975.
- ZILLES, Urbano. A Igreja católica e a modernidade. *Teocomunicação*. Porto Alegre, v. 21, n. 91, p. 3-18, mar. 1991.

## **Fontes consultadas**

### *Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul*

#### **Fontes oficiais e manuscritas** (séries):

Relatórios da Intendência Municipal de Caxias do Sul.

Atas da Comissão Municipal.

Atas do Conselho Municipal de Caxias do Sul.

Atas da Comissão Eleitoral.

Lei Orgânica Municipal de Caxias do Sul.

Demonstrativo dos funcionários municipais.

Livros de registro de impostos de indústrias e profissões.

#### **Fontes impressas formadas por periódicos da época:**

O Caxiense ( 1897 a 1898);

Il Colono Italiano (1898);

O Cosmopolita ( 1902 a 1908);

O 14 de Julho ( 1902 a 1904);

Gazeta Colonial (1905 a 1909);

Cidade de Caxias (1911 a 1912);

Cittá di Caxias (1913 a 1923);

O Evolucionista (1915 a 1916);

A Resistência (1922 a ...);

O Democrata (1922 a 1923);

O Regional (1926 a 1928);

O Popular (1928 a 1930);  
Caxias (1927 a 1932).

**Almanaques italianos e brasileiros (1894 a 1928):**

Almanaque Editores João Mayer Jr. & Comp.

Almanacco Novissimo - Remo Sandron Editore.

Almanach da Estrella do Sul - Edição do Centro da Boa Imprensa do R.

G. do Sul.

**Fontes formadas por coleções especiais:**

A candidatura do Cônego D. João Meneguzzi para o cargo de Intendente

A vida espiritual do colonos.

Sacerdotes italianos.

Padres Salesianos.

Missionários de S. Carlos.

Padres S. José.

*Arquivo Jornal Correio Riograndense*

**Fonte periódicos católicos no período de 1909 a 1928:**

Jornal La Libertà (1909 a 1910) - Ordem dos Capuchinhos.

Il Colono Italiano (1910 a 1917).

La Staffetta Riograndense (1917 a 1941), o período de análise foi de 1917 a 1928.

*Arquivo Paróquia Santa Teresa*

Livro Tombo nº 1.

*Arquivo Pio Sodalício Damas de Caridade*

Livro de Atas da Associação Damas de Caridade.

*Biblioteca Pública de Caxias do Sul*

Publicações bibliográficas de temas locais

**Fontes complementares:**

Entrevista com o Sr. Hermes Dip.

Entrevista com a Sr<sup>a</sup> Sueli Bascù.

Entrevista com a Sr<sup>a</sup> Paulina Moretto.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)